**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Demandas sociais e o Movimento Ambientalista: um estudo de caso na
Rede de Educação Cidadã**

Estela Maria de Azevedo Nery Ferreira

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em
Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2019**

Estela Maria de Azevedo Nery Ferreira
Bacharel em Imagem e Som

**Demandas sociais e o Movimento Ambientalista: um estudo de caso na Rede de
Educação Cidadã**

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientadora:
Profª. Dra. **LAURA ALVES MARTIRANI**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em
Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Ferreira, Estela Maria de Azevedo Nery

Demandas sociais e o movimento ambientalista: um estudo de caso na rede de educação cidadã / Estela Maria de Azevedo Nery Ferreira. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2019.

192 p.

Tese (Doutorado) - - USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.
Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Ambientalismo 2. Ecologia 3. Movimentos Sociais 4. Ambiente e Sociedade
L. I. Título

DEDICATÓRIA

Dedico o esforço deste trabalho de pesquisa a todas as pessoas que acreditam num novo mundo possível, e mais do que acreditar, trabalham para que esse mundo sobreviva e floresça, apesar das intempéries: inevitáveis e sempre fugazes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, pelo aporte financeiro sem o qual a realização deste trabalho não seria possível.

EPÍGRAFE

*Às vezes eu acho que todo preto como eu
Só quer um terreno no mato, só seu
Sem luxo, descalço, nadar num riacho
Sem fome, pegando as frutas no cacho
Aí truta, é o que eu acho
Quero também, mas em São Paulo
Deus é uma nota de R\$100
Vida Loka!*

Racionais MC's, 2002 – Disco: Nada como um dia após o outro dia - Ri depois.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS	9
1.1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	9
1.2. OBJETIVOS	11
1.2.1. <i>Objetivo geral:</i>	12
1.2.2. <i>Objetivos específicos:</i>	12
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1. BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA	14
2.1.1. <i>Breve histórico do Movimento Ambientalista no Brasil</i>	17
2.2. A COSMOVISÃO ECOLÓGICA.....	18
2.3. POLISSEMIAS E/OU DISPUTAS CONCEITUAIS DENTRO DO AMBIENTALISMO	22
2.4. AMBIENTALISMO E MODERNIDADE	27
2.5. MOVIMENTO AMBIENTALISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	31
2.5.1. <i>Movimento Ambientalista e Movimentos Sociais no Brasil</i>	37
2.6. ALGUMAS TENDÊNCIAS POSSÍVEIS NOS ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	40
2.7. EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS ARTICULADOS EM REDE: A EXPERIÊNCIA DA REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ (RECID)	41
2.7.1. <i>Educação Popular no Brasil</i>	42
3. MATERIAIS E MÉTODOS	47
3.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	47
3.2. APROXIMAÇÃO	48
3.3. ANÁLISE DOCUMENTAL.....	49
3.4. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	50
3.4.1. <i>Questionários</i>	51
3.5. ENTREVISTAS.....	52
4. RESULTADOS E ANÁLISE	55
4.1. HISTÓRICO DA REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ (RECID)	55
4.2. ARTICULAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS PARTICIPANTES DA RECID.	68
4.2.1. <i>Principais parcerias da Recid e temáticas mais trabalhadas nas atividades desenvolvidas</i>	68
4.2.2. <i>Principais bandeiras de luta ambientalistas da Recid na região sudeste do Brasil - Observação Participante</i>	75
4.3. ATIVIDADES DE CUNHO AMBIENTALISTA DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO DA RECID.....	76
4.3.1. <i>Eixo Temático das atividades: “Soberania Alimentar e sustentabilidade”</i>	82
4.4. RELATÓRIOS PEDAGÓGICOS.....	87
4.5. CONCEPÇÕES DE “SUSTENTABILIDADE” DOS ATORES SOCIAIS E SUAS PERCEPÇÕES A RESPEITO DA ARTICULAÇÃO ENTRE SEUS MOVIMENTOS DE ORIGEM E O AMBIENTALISMO	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXO I - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS.	111
ANEXO II – RELATÓRIOS PEDAGÓGICOS SELECIONADOS	155
ANEXO III – RECID E MOVIMENTO AMBIENTALISTA – CONSIDERAÇÕES SELVINO (INFORMAÇÃO PESSOAL)	189

RESUMO

Demandas sociais e o movimento ambientalista: um estudo de caso na rede de educação cidadã

Apresenta-se um estudo sobre o pensamento ecológico e movimentos sociais contemporâneos, desenvolvido junto à Rede de Educação Cidadã (Recid), gestada no ano de 2003 de forma interligada ao Programa Fome Zero, durante o primeiro mandato do governo Lula. A rede aglutinou membros de diversos movimentos sociais brasileiros em um amplo programa de educação popular. O estudo buscou identificar quais ideais e valores ambientalistas expressavam-se nos discursos e práticas de militantes participantes da rede e, assim, avaliar a penetração de pautas ambientais junto a esses movimentos. Partindo da premissa de que o movimento ambientalista possui enorme apelo junto à opinião pública, e que ainda é raro observarmos a efetivação de políticas públicas ambientais, partimos da hipótese de que a reduzida eficácia política do pensamento ecológico se deve ao fato de que o ambientalismo ganha penetração nas pautas políticas na mesma proporção em que perde sua radicalidade. A metodologia adotada foi o estudo de caso. Os dados foram coletados através de: observação participante, análise documental; questionários e entrevistas e examinados pelo método da análise de conteúdo. Os principais resultados organizam-se em três categorias: articulações, práticas e percepções dos membros participantes da Recid sobre temáticas ambientais. Considerando o viés das articulações entre o ambientalismo e as demandas sociais presentes na Recid, destacam-se as questões agrárias, como propriedade, distribuição de terras e uso do solo e o fomento a modelos de agricultura agroecológica, familiar, camponesa e urbana. Destaca-se também a aproximação do ambientalismo com movimentos em defesa da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, em especial contra os agrotóxicos; bem como a aproximação do ambientalismo com iniciativas de economia solidária e geração de emprego e renda, enfatizando o reaproveitamento de materiais recicláveis e gestão de resíduos sólidos, envolvendo cooperativas e catadores. As práticas de cunho ambientalista estudadas apresentam forte presença de atividades focadas na educação para preservação ambiental como: debates sobre a importância da preservação da natureza, criação e manutenção de hortas comunitárias, artesanato com resíduos recicláveis. Finalmente, nas percepções dos entrevistados evidencia-se a crítica à banalização do conceito de sustentabilidade socioambiental e dos valores do ambientalismo e a responsabilização do modelo de desenvolvimento capitalista como principal culpado pela crise ambiental. Observa-se intencionalidade em politizar as questões ambientais ao transversalizá-las nas diversas frentes das lutas sociais, em especial pelo interesse dos membros da Recid em fomentar e monitorar políticas públicas voltadas ao meio ambiente. Para estes atores, o ambientalismo busca construir uma visão de mundo alternativa, que valoriza conhecimentos tradicionais e populares, concebe as relações entre ambiente e sociedade sob uma perspectiva holística pautada por uma ética de cuidado com a vida, defende uma organização social coletivista e considera a natureza como sujeito de direitos. Ficou claro que os elementos mais críticos do pensamento ecológico atingiram penetração nas políticas públicas durante o período no qual a Recid se manteve institucionalizada, e a suposta perda de radicalidade e flexibilização dos ideais do movimento apresentou-se mais como reflexo das disputas conceituais intrínsecas ao momento histórico, e não decorrente de uma fragilidade do Pensamento Ecológico.

Palavras-chave: Ambientalismo; Ecologia; Movimentos Sociais; Ambiente e Sociedade.

ABSTRACT

Social demands and the environmental movement: a case study in the citizen education network

It presents a study on ecological thinking and contemporary social movements, developed with the Citizen Education Network (Recid), created in 2003 in an interconnected way with the Zero Hunger Program, during the first term of the Lula government. The network agglutinated members of diverse Brazilian social movements in an ample program of popular education. The study wanted to identify which environmental ideals and values were expressed in the discourses and practices of militants participating in the network and, thus, evaluate the penetration of environmental guidelines along these movements. Based on the premise that the environmental movement has a great appeal to public opinion, and that it is still rare to observe the implementation of environmental public policies, we assume that the reduced political efficacy of ecological thinking is due to the fact that environmentalism gains penetration in the political guidelines in the same proportion in which it loses its radicalism. The methodology adopted was the case study. Data were collected through: participant observation, document analysis; questionnaires and interviews and examined by the content analysis method. The main results are organized into three categories: articulations, practices and perceptions of members participating in Recid on environmental issues. Considering the bias of the articulations between environmentalism and the social demands present in Recid, the agrarian issues, such as property, land distribution and land use, and the promotion of models of agro ecological, family, peasant and urban agriculture stand out. It is also worth highlighting the approach of environmentalism with movements in defense of food and nutritional security and food sovereignty, especially against agrochemicals; as well as the approximation of environmentalism with initiatives of solidarity economy and generation of employment and income, emphasizing the reuse of recyclable materials and management of solid waste, involving cooperatives and waste pickers. The environmental practices studied have a strong presence of activities focused on environmental preservation education, such as: debates about the importance of nature preservation, creation and maintenance of community gardens, handicrafts with recyclable waste. Finally, in the interviewees' perceptions the criticism of the trivialization of the concept of socio-environmental sustainability and of the values of environmentalism and the responsibility of the capitalist development model as the main culprit for the environmental crisis is evident. There is an intentionality in politicizing environmental issues by mainstreaming them on the various fronts of social struggles, in particular by Recid members' interest in promoting and monitoring public policies focused on the environment. For these actors, environmentalism seeks to construct an alternative worldview, which values traditional and popular knowledge, conceives the relations between environment and society under a holistic perspective guided by an ethic of care for life, defends a collectivist social organization and considers the nature as subject of rights. It was clear that the most critical elements of ecological thinking reached a penetration in public policies during the period in which Recid remained institutionalized, and the supposed loss of radicalism and flexibility of the ideals of the movement was more a reflection of the conceptual disputes intrinsic to the moment historical, and not due to a fragility of Ecological Thinking.

Keywords: Environmentalism; Ecology; Social movements; Environment and Society.

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

1.1. Introdução e justificativa

A força motriz que impulsionou o presente trabalho de pesquisa vem de longa data, e no início era uma inquietação difusa, que pode ser resumida em uma questão bastante simples e um tanto mais ingênua: o que é ‘sustentabilidade’ para as pessoas?

Foi esse o ponto de partida da pesquisa de mestrado desenvolvida entre os anos de 2011 a 2013, junto ao Programa Interunidades de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada¹ (PPGI - EA), e que teve como resultado a dissertação intitulada “Discursos sobre sustentabilidade nas redes sociais digitais: uma análise no Twitter”.

Em linhas gerais, as conclusões da pesquisa realizada durante o curso de mestrado demonstraram que o conceito ‘sustentabilidade’ tomado genericamente vem se constituindo como um valor social de peso e por vezes até indiscutível; ao mesmo tempo em que ficou evidente um predomínio de discursos da ‘sustentabilidade’ alinhados à lógica do pensamento neoliberal hegemônico. Ficou claro que no *Twitter*, embora existissem vozes críticas se expressando quanto à temática ambiental, essas vozes eram uma minoria, e que no geral, os indivíduos cultivavam um discurso de responsabilização do mercado e do Estado no tocante ao enfrentamento da crise ambiental; produzindo e reproduzindo discursos pouco propositivos, com ênfase em definições de caráter cômico e jocoso, descomprometidos com a transformação da realidade concreta em nível pessoal e coletivo.

O desenvolvimento daquela pesquisa revelou o que atualmente é extensivamente discutido na literatura referente ao tema: que não existe um conceito único de ‘sustentabilidade’, mas uma disputa conceitual; que a ideia de sustentabilidade se compõe de uma constelação de sentidos e que sua definição depende de quem define; i.é, a partir de qual setor da sociedade; e ainda do momento histórico no qual é feita a definição.

Diante do cenário observado, surgiu então uma nova inquietação: como os indivíduos que já se encontram comprometidos, em algum grau, com a transformação da realidade concreta em nível pessoal e coletivo (membros e militantes de movimentos sociais brasileiros) elaboram o conceito de ‘sustentabilidade’? Como equacionam suas utopias/militância/ações diante dos desafios e dificuldades da realidade concreta?

¹ Centro de Energia Nuclear na Agricultura – CENA / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ / Universidade de São Paulo – USP.

Assim, buscou-se definir um recorte capaz de aglutinar estes atores para estudar suas concepções sobre a questão e conhecer as ações concretas que realizam na área ambiental e ecológica. Com isso, optou-se por estudar a Rede de Educação Cidadã (Recid), uma rede de educadores populares, composta por uma articulação entre diversos representantes de movimentos sociais e do poder público, com atuação em todo o território nacional desde o ano de 2003, e focada na educação de base para o pleno exercício da cidadania.

Ainda no ano de 2013 iniciou-se a aproximação com a Recid, a fim de obter aprovação do coletivo da Rede para o desenvolvimento do trabalho, que começou formalmente no primeiro semestre de 2014.

Infelizmente, se faz necessário ressaltar que, as mudanças no cenário político brasileiro causadas pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que se configurou para a esquerda como um golpe jurídico-midiático-parlamentar que a Democracia Brasileira sofreu a partir de dezembro de 2015, foi um enorme abalo para a estrutura organizacional da Recid, já que esta rede foi articulada sob a liderança de Frei Betto e Oded Grajew, e mantida a partir de 2005 diretamente pela Secretaria Geral da Presidência (renomeada alguns anos depois como Secretaria de Governo da Presidência da República – SG).

A Recid é um projeto que germinou em conjunto com o Programa Fome Zero, implantado no primeiro mandato do governo Lula, cuja história conheceremos nos resultados deste trabalho.

O ex-coordenador da Recid junto ao Governo Federal pré-golpe, Selvino Heck, e atual representante do CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional) junto ao CEAAL-Brasil (Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe) concedeu uma entrevista² para fins de desenvolvimento da presente pesquisa em maio de 2018, na qual comenta algumas consequências do *impeachment* para a articulação e mesmo existência da Recid. Selvino afirma que

O governo golpista, por sua natureza, jamais iria apoiar ou tolerar uma Rede como a RECID, que tem como referência a educação popular e Paulo Freire. Assim, dentro do governo federal não há mais RECID, nem recursos para sua manutenção ou continuidade (informação pessoal).

Ainda assim, apesar dos abalos estruturais, a Recid segue articulada e se mantém de diferentes formas em cada região do país:

[...] em alguns casos, mais organizada e atuando como Rede, em outros, com seus/as educadores/as atuando como militantes em diferentes espaços de movimentos, ONGs, pastorais, Fóruns [...] Continuam também relações e contatos através de redes sociais, especialmente *Facebook* e *WhatsApp*, onde há comunicação regular

2 HECK, S. TESE RECID ESTELA. Mensagem recebida por <selvinoheck@terra.com.br> em 17 mai. 2018.

entre seus membros e seu Coletivo Nacional, até hoje não declarado extinto, com participação de alguns integrantes que estavam no governo federal (informação pessoal).

A única região que se configura como exceção é a RECID-Nordeste, que conta com um financiamento através de um Projeto da Comunidade Europeia, “o que permite continuidade de ações, encontros, seminários, oficinas, restritas ao Nordeste, com eventual participação de convidados de outras partes do país” (informação pessoal).

Na entrevista Selvino afirma ainda que um “projeto semelhante, mais amplo e com mais recursos, foi encaminhado à Comunidade Europeia, com abrangência nacional, permitindo a realização de algumas atividades nacionais, mas ainda não foi aprovado” (informação pessoal).

E finaliza afirmando:

No mais, é preciso esperar para ver o que vai acontecer no Brasil no futuro, para saber se, em algum momento da história, esta rica, inédita e inovadora experiência poderá ser retomada em sua integralidade em algum momento. Vamos lutar para que isso possa acontecer algum dia (informação pessoal).

Assim como ele, seguimos na luta e com esperança, para que esta valiosa experiência não se perca como uma página da história do Brasil, e possa ser retomada e aperfeiçoada num futuro não muito distante.

1.2. Objetivos

O pensamento ecológico é portador de grande poder simbólico, no entanto sua penetração nas pautas políticas governamentais é incipiente (CASTORIADIS, 1987; McCORMICK, 1992; LIPOVETSKY, 1995; CASTELLS, 2000; JACOBI, 2003; VEIGA, 2010; GOHN, 2010).

É consenso que o conceito “sustentabilidade” é polissêmico, e se por um lado possui enorme eficácia simbólica junto à opinião pública (CASTELLS, 2000), por outro, sua eficácia política – i.e., sua capacidade de embasar políticas públicas e fomentar modos de produção alternativos – ainda é muito tímida (JACOBI, 2003).

Trabalhamos então com a hipótese de que os elementos mais críticos do pensamento ecológico percolam as percepções e ações dos membros da Rede em estudo (Recid), porém a penetração das demandas ambientalistas nas políticas públicas depende da perda de radicalidade e flexibilização dos ideais do movimento.

Na raiz, o pensamento ecológico constitui-se de um ideal que tenciona substituir as ideologias dominantes da Modernidade (DUPUY, 1980), e reorientar o processo civilizatório tanto no campo das construções teóricas da cultura, quanto dos valores fundamentais, e inclusive dos modos de produção e estilos de vida.

Considerando os movimentos sociais enquanto laboratórios de criatividade; experiências localizadas e concretas, com potencial efeito multiplicador, onde se testam novas alternativas societárias (SOUZA in SCHERER-WARREN, 1993) buscou-se, com a presente pesquisa, conhecer e analisar o que pensam os representantes ou militantes engajados desses movimentos, tidos como sendo atores-chave na determinação dos rumos das transformações das sociedades.

Portanto nos interessou conhecer como estes atores percebem, articulam e colocam em prática os valores e ideais ecológicos.

1.2.1. Objetivo geral:

Conhecer, analisar e avaliar como os representantes e/ou militantes engajados em movimentos sociais no Brasil percebem a crise ambiental; de que modo estes atores articulam as pautas ecológicas com suas respectivas bandeiras de luta; e finalmente quais os projetos sociais e práticas militantes daqueles atores que se auto definem como ambientalistas, de modo a dimensionar o potencial transformador dos movimentos sociais em direção à sustentabilidade socioambiental. A Recid é uma rede de Educação Popular que aglutina membros de diversos movimentos sociais no Brasil, por isso foi escolhida como recorte para esta pesquisa.

1.2.2. Objetivos específicos:

- Mapear os movimentos sociais participantes da Rede de Educação Cidadã (Recid) e suas principais demandas.
- Conhecer as concepções do conceito de sustentabilidade compartilhadas pelos atores sociais membros da Recid ou de movimentos parceiros.
- Identificar e avaliar a presença das demandas ambientalistas entre os atores participantes do estudo.
- Identificar os atores e as iniciativas diretamente ligados à questão ambiental no interior da Recid.
- Conhecer e avaliar algumas atividades de cunho ambiental desenvolvidas no contexto da Recid.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A categoria sustentabilidade é central para a cosmovisão ecológica e, possivelmente, constitui um dos fundamentos do novo paradigma civilizatório que procura harmonizar ser humano, desenvolvimento e Terra entendida como Gaia.

Leonardo Boff

De modo simplista é possível exprimir a essência da contemporaneidade através da ideia de crise, e dando sequência a esse raciocínio, trabalhar com a excitante ideia de transição (FERREIRA, 2015; WALLERSTEIN, 2002; LOUREIRO, 2003; SANTOS, 2004).

Estamos atravessando uma crise do paradigma civilizatório, expressa em diferentes leituras como “crise do sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 2002), “dilema civilizacional” (LOUREIRO, 2003), “crise do modelo civilizatório” (GADOTTI, 2009, JACOBI, 2003), ou ainda “crise do desenvolvimento” (CASTORIADIS, 1987). E, ao mesmo tempo, as sociedades contemporâneas globalizadas aparentam se encontrar em meio a processos de transição, como afirmam diversos autores (WALLERSTEIN, 2002; GADOTTI, 2009; LASLÓ, 2009; SANTOS, 2000, 2004, 2007).

Sem a pretensão de dar conta do assunto, pretende-se discutir, no campo das relações entre Ambiente e Sociedade, a crise ambiental, enquanto uma das diversas expressões visíveis, de uma crise mais ampla e profunda.

O Movimento Ambientalista se configura como uma expressão social de reação à crise ambiental posta, e no presente trabalho busca-se aventar as possibilidades e limites de uma possível transição para Sociedades Sustentáveis (VIÉZZER, 1995), que tenha a emergente Cosmovisão Ecológica (BOFF, 1995, 2007) como fundamento do novo paradigma civilizatório.

O sociólogo Luiz Alberto Gomes de Souza, prefaciando o livro “Redes de Movimentos Sociais” de Ilse Scherer-Warren (1993), descreve os movimentos sociais enquanto laboratórios de criatividade; experiências localizadas e concretas, com potencial efeito multiplicador, onde se testam novas alternativas societárias.

Considerando os representantes dos movimentos sociais e militantes engajados na busca de uma sociedade mais justa como atores-chave na determinação dos rumos das transformações das sociedades, nos interessa especificamente conhecer: como estes estão percebendo a crise ambiental, articulando as pautas ecológicas com suas respectivas bandeiras de luta e quais os projetos e práticas daqueles que se auto definem como ambientalistas; para

então compreender os alcances culturais e políticos dos ideais ambientalistas e ecológicos na contemporaneidade brasileira.

Como afirma Boaventura de Souza Santos, a articulação entre os movimentos sociais é fundamental, posto que:

O potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos. Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis (SANTOS, 2004, p. 35).

Além disso, é consenso que o conceito “sustentabilidade” é polissêmico, e se por um lado possui enorme eficácia simbólica junto à opinião pública (CASTELLS, 2000), por outro sua eficácia política – i.e., sua capacidade de embasar políticas públicas e fomentar modos de produção alternativos – ainda é muito tímida (BOFF, 1995; CASTORIADIS, 1987; McCORMICK, 1992; JACOBI, 2003) diante dos desafios de curto prazo que estão postos à manutenção da biodiversidade planetária, da vida em geral, dos sistemas de suporte à vida e principalmente das melhorias das condições existenciais de toda a humanidade.

Assim, buscamos compreender qual o significado do conceito de sustentabilidade para os membros militantes de diversos movimentos sociais no Brasil, e como esse conceito é aplicado nas práticas políticas e sociais desses atores. O ponto em comum dos atores e movimentos estudados é a Rede de Educação Cidadã, que será apresentada mais adiante em detalhes.

2.1. Breve histórico do Movimento Ambientalista

O Movimento Ambientalista não teve um início claro e bem determinado, como afirma John McCormick (1992). Mas de modo sistemático, e concordando com Loureiro (2003), podemos considerar o fenômeno da Revolução Industrial como precursor da crise ambiental global (e social, moral, política, entre outras) atualmente instalada³.

Para as tendências ambientalistas críticas e democráticas, a solução para a chamada crise ambiental não se restringe à descoberta de tecnologias limpas, que diminuam os impactos sobre o meio natural, nem mudanças comportamentais. É, antes de tudo, necessária a reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica, social e cultural vigente, nas sociedades instituídas no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista (LOUREIRO, 2003, p. 11-12).

3 A preocupação com os ambientes naturais e com as consequências de sua degradação para as sociedades humanas é muito mais antiga, datando desde os primórdios da civilização. Esse tema foi discutido em profundidade no trabalho de mestrado “Discursos sobre sustentabilidade nas redes sociais digitais: uma análise no *Twitter*” (FERREIRA, 2014). Aqui estamos nos referindo a crise ambiental contemporânea de caráter planetário.

Entre os anos de 1690 e 1763 desenvolveu-se a tecnologia da máquina a vapor com movimento circular, cuja fonte de energia era o carvão, e que permitiu a instalação das bases para o início da Revolução Industrial. Nesse momento a interferência da humanidade nos ambientes naturais começa a se configurar como altamente impactante. A primeira lei contra a poluição do ar no mundo foi aprovada na Grã-Bretanha ainda em 1863.

Em meados do séc. XIX inicia-se o ciclo do petróleo, o que foi um dos fatores que contribuíram para que rapidamente a população mundial atingisse 1 bilhão de habitantes.

Com isso, afirma McCormick (1992) que:

A mudança mais ampla nas atitudes humanas começou com a era das descobertas científicas, quando os sinais de deterioração tornaram-se evidentes para mais pessoas, e não apenas para uns poucos observadores perspicazes da condição da natureza. As raízes de um ‘movimento’ mais amplo podem ser discernidas pela primeira vez na segunda metade do século XIX. Os primeiros grupos protecionistas foram criados na Grã-Bretanha na década de 1860 (McCORMICK, 1992, p.15).

No entanto, cerca de um século depois, na década de 1960, é que podemos afirmar que se inicia um movimento global de iniciativas para a preservação do meio ambiente. O livro “A Primavera Silenciosa”, publicado em 1962 por Rachel Carson, é considerado como uma das obras fundadoras do movimento ambientalista. Este livro é um alerta quanto ao mau uso dos inseticidas e pesticidas, em especial aos riscos da pulverização com DDT, e seus impactos sobre o meio ambiente; como a mortandade de animais silvestres, aves e peixes; e mesmo sobre os seres humanos; como a incidência de mutações genéticas e o desenvolvimento de enfermidades associadas. O relato, ao ser publicado, sacodiu a opinião pública norte-americana, e dez anos após sua publicação, o DDT foi proibido nos EUA e em vários países da Europa (FERREIRA, 2006, p. 26).

Em 1967 ocorre um dos primeiros desastres ecológicos televisionados, com enorme impacto público, o naufrágio de um petroleiro chamado “Torrey Canyon”, na costa da Inglaterra, com graves consequências para os ecossistemas marinhos e também para as finanças do governo britânico (McCORMICK, 1992).

Em 1968, em Paris, foi realizada pela UNESCO a “Conferência da Biosfera” e, neste mesmo ano, foi convocada pela ONU uma Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano (SILVA, 2011), que veio a ocorrer quatro anos depois, em 1972, em Estocolmo.

O encontro de Estocolmo foi pautado pela publicação de Meadows “Limites do Crescimento”, estudo iniciado em 1968 (publicado em 1972) e realizado sob o patrocínio do Clube de Roma. Esta publicação ataca a crença na possibilidade de crescimento econômico ilimitado (FERREIRA, 2006, p. 26), sob risco de uma profunda desestabilização da humanidade até o ano de 2100 (LOUREIRO, 2003, p.35).

Em 1987 é publicado o documento intitulado "*Our Common Future*", elaborado por um grupo da ONU coordenado por Gro Brundtland, então primeira-ministra da Noruega. O texto ficou conhecido como Relatório Brundtland, e nos apresenta a definição de desenvolvimento sustentável (DS) mais difundida: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.46). No tópico 2.3. “Polissemias e/ou disputas conceituais dentro do ambientalismo” da presente tese faremos uma análise crítica desta definição oficial de DS e suas implicações para o movimento ambientalista.

Dando prosseguimento a este breve histórico, em 1992 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como “Rio 92” ou “Eco 92” e que deu origem à “Agenda 21”, um dos principais documentos oficiais do encontro, que contou com a assinatura de 179 países (LOUREIRO, 2003). Tal documento é orientado para a execução de projetos visando o desenvolvimento sustentável.

Desde então a questão das mudanças climáticas se torna central para o Ambientalismo global hegemônico, em grande parte por conta dos relatórios divulgados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que foi criado em 1988 na esfera das Nações Unidas (ONU).

Os impactos potenciais globais das mudanças climáticas podem ser resumidos em: variações extremas de temperatura; nos níveis de precipitação; e no nível dos oceanos (afetando principalmente regiões costeiras). Esses riscos podem ter impactos negativos na saúde humana, na agricultura e nas florestas, na disponibilidade de água doce, nas regiões costeiras (que concentram grande parte da população mundial) e na biodiversidade, tanto marinha quanto terrestre.

Neste ínterim, há mais de 20 anos foi estabelecido o Protocolo de Kyoto, em 1997, que propôs mecanismos de desenvolvimento “limpo” focados na diminuição das emissões de CO₂ e na valorização de fontes de energia alternativas aos recursos fósseis, e também na busca de tecnologias e fortalecimento de atividades capazes de realizar o sequestro do carbono presente na atmosfera.

O protocolo de Kyoto é considerado ineficaz por cientistas, ambientalistas e diplomatas porque as metas de redução foram muito tímidas em relação à gravidade e velocidade das mudanças climáticas em andamento; além disso os Estados Unidos da América se recusaram a ratificar o acordo – contribuindo muito para seu enfraquecimento – e

os países em desenvolvimento (ou chamados emergentes), mesmo sendo signatários, não tiveram obrigação de reduzir suas emissões.

O Protocolo foi prorrogado até 2020, porém sem a adesão de grandes poluidores como Japão, Rússia, Canadá, Nova Zelândia e China. Ou seja, dos mais de 140 países signatários inicialmente, o Protocolo conta hoje (2019) com a adesão de menos de 40.

A partir das discussões acerca do Protocolo de Kyoto, foi impulsionado um Mercado de Créditos de Carbono, que em 2008 movimentou 118 bilhões de dólares e após a crise econômica mundial de 2008, estima-se que em 2010 movimentou cerca de 120 bilhões de dólares, embora alguns especialistas acreditem numa possível retomada de fôlego desse mercado nos próximos anos, ainda se considera um mercado enfraquecido na atualidade, tanto quanto o Protocolo que lhe deu origem.

2.1.1. Breve histórico do Movimento Ambientalista no Brasil

No Brasil, ainda na década de 1950, as primeiras iniciativas ambientalistas se originam por meio de ações de grupos preservacionistas, mas a emergência do movimento ambientalista no país se dá efetivamente na década de 1970, quando o Brasil tem papel de destaque como organizador do bloco dos países em desenvolvimento na Conferência de Estocolmo de 1972 (JACOBI, 2003).

A postura do Brasil na Conferência de Estocolmo era de que as restrições ambientais propostas se configuravam como uma interferência aos planos nacionais de desenvolvimento dos países do bloco. Naquele momento, os recursos naturais eram vistos como insumos e a preocupação era minimizar os impactos ambientais no processo de aceleração do crescimento econômico, porém sem interferir diretamente nele (JACOBI, 2003).

A partir de meados dos anos 1980, com o desenvolvimento da vertente do socioambientalismo no Brasil, os discursos relativos à preocupação ambiental começam a extrapolar os setores mais esclarecidos da sociedade (universo acadêmico, militantes de partidos, ativistas sociais) e a incorporação da questão da justiça social ao ambientalismo nacional aproxima, gradativamente, outros movimentos sociais da questão ambiental, como os sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com isso, as práticas das entidades ambientalistas começam a transcender a denúncia, assumindo caráter mais propositivo, focado na formulação de alternativas viáveis de restauração/preservação de ambientes naturais (JACOBI, 2003).

Até então o tema do desenvolvimento econômico era rejeitado pelos ambientalistas brasileiros, mas no fim da década de 1980 e início da década de 1990, esse tema começa a ser incorporado no discurso ambiental brasileiro, e com o acontecimento da Conferência "Rio 92" ou "Eco 92" (Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento), os atores são compelidos a levar suas reflexões e práticas em direção à ideia de desenvolvimento sustentável.

Pedro Jacobi (2000) ao analisar o movimento ambientalista brasileiro observa que, após meados da década de 80, a temática ambiental assume um papel relevante no discurso dos diversos atores da sociedade brasileira, e que o ponto de inflexão do movimento ambientalista se dá com a constituição de fóruns e redes, que com o apoio da dinâmica virtual, em última análise, "interconectam instituições, práticas sociais diferenciadas e alargam o alcance das agendas" (JACOBI, 2000, p. 135).

No Brasil, embora o ambientalismo tenha se configurado como movimento relevante na década de 1990, a área ambiental ainda se mantém muito periférica nas dinâmicas de poder locais como afirma Jacobi (2003).

2.2. A cosmovisão ecológica

O ambientalismo é definido por Manuel Castells (2000) como sendo:

[...] todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante (CASTELLS, 2000, p. 143 – grifo nosso).

Para o autor, entre outros, o movimento ambientalista, em termos de produtividade histórica – impacto em valores culturais e instituições sociais – foi o movimento social que adquiriu o maior destaque, já em fins do século XX, por ter conseguido atingir os mais diversos setores da sociedade, inclusive empresas e plataformas políticas.

Segundo Castells "o ambientalismo vem se tornando uma das mais importantes forças da opinião pública" (CASTELLS, 2000, p. 164). Para esse autor, o ambientalismo é um movimento social multifacetado, e que se encontra "no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura" (CASTELLS, 2000, p.142).

No entanto, Castells (2000) identifica um abismo entre a teoria e a prática e propõe uma distinção puramente teórica entre os termos 'ambientalismo' e 'ecologia'. O autor afirma que "o ambientalismo é a ecologia na prática, e a ecologia é o ambientalismo na teoria"

(CASTELLS, 2000, p.144) e para fins didáticos restringe o uso do termo 'ecologia' a uma perspectiva holística, formada por um “conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária” (CASTELLS, 2000, p.144).

Para Djalma Nery Ferreira Neto (2018), a distinção entre os termos ambientalismo e ecologismo se faz necessária posto que “constituem-se enquanto diferentes escolas e abordagens em face das questões socioambientais [...]. Os dois partem da mesma problemática, mas se distinguem na análise primordial de sua origem e, também, na maneira de solucioná-la” (*ibidem*, p. 59). Para o autor o ambientalismo “tende a fazer pontes com o citado desenvolvimento sustentável [e] não apresenta críticas sistêmicas e carrega uma concepção antropocêntrica da natureza, pensando como a mesma pode atuar em favor dos seres humanos” (*ibidem*); enquanto o ecologismo

[...] apresenta, em geral, uma crítica integral e holística ao sistema capitalista, denunciando as incongruências do poder vigente, cuja exploração da natureza e de outros seres humanos é um pilar fundamental para sua manutenção. Logo, é incompatível com certos horizontes e propõe transformações estruturais que escapam ‘apenas’ ao âmbito da questão ambiental, mas passam também por questões políticas e econômicas tais como democracia direta, distribuição de renda, dívida socioambiental com o hemisfério Sul, dentre outras (FERREIRA NETO, 2018, p. 60).

Essa definição de ecologia ou ecologismo proposta pelos autores se relaciona com a ideia de Cosmovisão Ecológica que defendemos no presente trabalho⁴.

Para Leonardo Boff (1995) uma cosmologia se refere à:

[...] imagem do mundo que uma sociedade se faz, fruto da *ars combinatória* dos mais variegados saberes, tradições e intuições. [...] Cabe à cosmologia re-ligar todas as coisas e criar a cartografia do universo. Isto normalmente é feito pelas grandes narrativas cosmológicas (BOFF, 1995, p. 63).

Consideramos a Cosmovisão Ecológica como uma “visão de mundo” em referência ainda à ideia de *Weltanschauung*⁵, termo inaugurado por Kant em seu livro *Crítica do Juízo*, que no início “era muito associado com grandes sistemas metafísicos ou construções teóricas da cultura (metanarrativas filosóficas, científicas e religiosas)” (OLIVEIRA, 2008, p. 33-34). E mais precisamente, ao nos referirmos à Cosmovisão Ecológica enquanto uma visão de mundo, nos apoiamos na definição de James Sire (2004), para quem:

4 Neste trabalho, no entanto, não vamos aderir a esse dualismo conceitual, e utilizaremos os termos de modo intercambiável, por entender que, embora de fato exista uma distinção conceitual no campo teórico-acadêmico, essa distinção ainda não se encontra enraizada nos diversos setores da sociedade, e nem mesmo nas produções acadêmicas de língua latina (ALIER, 2014, p. 21 - nota de rodapé), e, portanto, não seria útil para a análise dos dados coletados durante a pesquisa.

5 Substantivo feminino composto de duas palavras alemãs: *Welt* – mundo, e *Anschauung* – concepção, percepção, intuição (OLIVEIRA, 2008, p.33).

A worldview is a commitment, a fundamental orientation of the heart, that can be expressed as a story or in a set of presuppositions (assumptions which may be true, partially true or entirely false) which we hold (consciously or sub consciously, consistently or inconsistently) about the basic constitution of reality, and that provides the foundation on which we live and move and have our being (SIRE, 2004, p. 122 *apud* OLIVEIRA, 2008, p.34).⁶

Na acepção de Boff (1995) a cosmovisão ecológica trata-se de um paradigma emergente que “apresenta-se como relativamente novo e tem a vocação de ser universalmente dominante” (*ibid.* p. 27). Segundo o autor,

[...] em razão da crise atual, está se desenvolvendo uma nova sensibilização para com o planeta como um todo. Daqui surgem novos valores, novos sonhos, novos comportamentos assumidos por um número cada vez mais crescente de pessoas e de comunidades. É dessa sensibilização prévia que nasce, consoante Th. Kuhn, um novo paradigma. Ele ainda está sendo gestado. Não nasceu totalmente. Mas está dando os primeiros sinais de existência. Começa já uma nova dialogação com o universo (BOFF, 1995, p. 29-30).

Dessa forma, ao mesmo tempo que se trata de um conjunto de suposições (ou pressupostos) que constroem uma visão de mundo íntima de cada indivíduo; de caráter não apenas intelectual, mas também espiritual; cada cosmovisão particular se constrói a partir da seleção (ou imposição) dos pressupostos que estão disponíveis em uma determinada sociedade, num determinado momento histórico.

Boff apresenta dez conceitos ou figuras de pensamento como um resumo das principais características do paradigma emergente que defende: 1) totalidade / diversidade; 2) interdependência / re-ligação / autonomia relativa; 3) relação / campos de força; 4) complexidade / interioridade; 5) complementaridade / reciprocidade / caos; 6) seta do tempo / entropia; 7) destino comum / pessoal; 8) bem comum cósmico / bem comum particular; 9) criatividade / destrutividade; 10) atitude holístico-ecológica / negação do antropocentrismo.

Podemos compreender alguns aspectos que compõe a cosmovisão ecológica nos atentando à seguinte afirmação do autor:

Recusamo-nos a rebaixar a Terra a um conjunto de recursos naturais ou a um reservatório físico-químico de matérias-primas. Ela possui sua identidade e autonomia como um organismo extremamente dinâmico e complexo. Ela, fundamentalmente, se apresenta como a Grande Mãe que nos nutre e nos carrega. É a grande generosa Pacha Mama (Grande Mãe) das culturas andinas ou um superorganismo vivo, a Gaia, da mitologia grega ou da moderna cosmologia (BOFF, 1995, p. 30).

6 “Uma cosmovisão é um compromisso, uma orientação fundamental do coração, que pode ser expressa como uma narrativa ou em um conjunto de pressuposições (suposições que podem ser verdadeiras, parcialmente verdadeiras ou inteiramente falsas) que nós sustentamos (conscientemente ou subconscientemente, consistentemente ou inconsistentemente) sobre a constituição básica da realidade, e que fornece o alicerce sobre o qual nós vivemos, nos movemos e existimos.” – Tradução livre; SIRE, **Naming the Elephant**, InterVarsity Press, 2004.

Esta visão entende a natureza como um sujeito de direitos, e quaisquer movimentos sociais ou ações concretas que incorporem essa acepção, independente da denominação utilizada, se enquadram na ideia de Cosmovisão Ecológica que discutimos aqui; portanto não consideramos que haja conflito entre os termos ecologismo e ambientalismo, e sim uma gradação de sentidos e conteúdos que embasam diferentes iniciativas em prol da sustentabilidade ambiental. Alier (2014), define essa gradação como “[...] canais de um único rio, ramificações de uma grande árvore ou variedades de uma mesma espécie agrícola” (ALIER, 2014, 21).

E a essa gradação de sentidos Castells (2000) se refere como uma dissonância e afirma que “é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração” (CASTELLS, 2000, p.143).

E nesse sentido, as sociólogas Maria da Glória Gohn (2010), e Ilse Scherer-Warren (1993) – ambas pesquisadoras voltadas à área dos movimentos sociais e suas articulações em redes – concordam com essa perspectiva. Gohn (2010) afirma que “os movimentos sociais ambientalistas são os que têm o maior potencial de crescimento junto da população, especialmente entre os mais jovens, dado o imaginário de representações que ele desperta” (GOHN, 2010, p. 84).

Scherer-Warren (1993, p.58), no momento histórico posterior ao acontecimento da Rio-92, identifica o fato de que “o movimento ecológico encontra-se em ascensão”. Porém, como discute Jacobi (2003), dez anos depois, as questões ambientais se configuram num contexto de visões de mundo polarizadas e sob um forte conflito de interesses, e por isso o autor afirma: “as respostas precisam conter cada vez mais um componente de cooperação e de definição de uma agenda que acelere prioridades para a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento” (2003, p. 33).

Essa cooperação passa pela necessidade de superação entre as distintas posturas ideológicas tanto no âmbito das entidades ambientalistas quanto entre os ativistas individuais. Castells (2000) ressalta essa heterogeneidade do movimento ao relatar a enorme diversidade de “ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob a égide do ambientalismo” (CASTELLS, 2000, p. 143).

Neste sentido, observa-se no seio do ambientalismo a emergência dos discursos e uma disputa de sentidos em torno dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável de modo que podemos usar as ideias de “sustentabilidade” e “desenvolvimento

sustentável” como conceitos-chave para compreender as orientações político-filosóficas dos diversos ambientanismos e buscar suas aproximações.

2.3. Polissemias e/ou disputas conceituais dentro do Ambientalismo

Diversos autores identificam uma oposição conceitual dentro do pensamento ambientalista, entre eles Fátima Portilho (2005), que propõe uma diferenciação entre o ambientalismo "alternativo" ou original, referindo-se a movimentos oriundos da contestação dos estilos de vida industrial e urbano; e o ambientalismo "oficial" ou hegemônico, produzido sobretudo nas esferas do Estado e do Mercado.

Já Martínez Alier (2014), distingue o ecologismo em três categorias: o culto ao silvestre - preocupado com a defesa da natureza intocada sem atacar a questão do crescimento econômico; o evangelho da ecoeficiência - com forte apelo à capacidade das tecnologias em manter o equilíbrio ecológico e com ligação ao ideal de desenvolvimento sustentável; e o ecologismo dos pobres (ou justiça ambiental), também chamado de ecologismo popular ou ainda citado como ecologia da libertação (PEET e WATSS, 1996) como afirma Alier; focado em questões como a segregação espacial das externalidades industriais e o racismo ambiental, ainda que “em muitos contextos, os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista” (ALIER, 2014, p. 39), trata-se de uma vertente com forte embasamento e visibilidade através da chamada ecologia política.

Podemos ainda, de modo a simplificar a discussão, considerar que as demandas sociais acerca da questão ambiental se encontram distribuídas ao longo de um *continuum* entre dois extremos, entre duas correntes de pensamento que embora apresentem semelhanças, defendem caminhos divergentes para atingi-las. Um dos termos que suscita essa ideia de polarização tem se mostrado ser o conceito de desenvolvimento sustentável (DS).

De um lado, encontra-se um grupo de orientação (mais ou menos) neoliberal, vetor do discurso hegemônico (oficial) do ambientalismo, e com características em geral reformistas, que defende o discurso do desenvolvimento sustentável, especialmente nas esferas estatais e do mercado. De outro, observa-se a existência de um outro grupo, com características contraculturais, transmissor dos discursos ambientalistas alternativos, e com raízes revolucionárias, posto que questiona diretamente o sistema econômico e político da modernidade, dois dos pilares fundamentais da sociedade capitalista e que adota preferencialmente o termo sociedades sustentáveis.

Como comentado no tópico 2.1. vamos analisar criticamente a definição “oficial” de Desenvolvimento Sustentável⁷. No início deste trabalho apresentamos a definição de DS presente no relatório Brundtland, porém apenas a primeira frase, seu trecho mais difundido; a reprodução integral – e fiel – dessa definição contém elementos explicativos e valorativos importantes de serem considerados ao pensarmos com profundidade o conceito de DS.

[...] o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. **Ele contém dois conceitos-chave:** - o conceito de “**necessidades**”, **sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;** - a noção das **limitações** que **o estágio da tecnologia** e da **organização social impõe ao meio ambiente**, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (WCED, 1987, p.46 – grifo nosso).

Considerando a definição de DS na íntegra fica evidente o descompasso – observado por Castells (2000) – entre teoria e prática, já que podemos encarar essa definição de maneira holística ao inserir a questão numa nova base de valores e compromissos, como bem observa Maristela Bernardo (2007) ao ponderar a possibilidade de entender o conceito de “desenvolvimento sustentável” como:

[...] um conceito novo, estruturalmente diferente do velho “desenvolvimento”, pelo simples fato de que pertence a **outra base de valores e compromissos**. Ele parte da compreensão de que o atual modelo é em si mesmo insustentável, e não apenas do ponto de vista ambiental, mas por estar ética e socialmente superado como patamar civilizatório. **Nessa leitura, até mesmo como construção de conceito ele poderia ser considerado inovador, porque se trata mais de uma federação de sentidos convergentes do que de uma definição nuclear** (BERNARDO, 2007, p. 21 - grifo nosso).

Como bem coloca Jacobi (2003), simultaneamente à expansão do ambientalismo, o discurso do desenvolvimento sustentado – que não abandona o ideal de crescimento econômico nem da manutenção do *status quo* – assume papel de preponderância.

Vilma de Fátima Machado (2006) ressalta a indefinição da ideia de desenvolvimento sustentável (DS):

A noção de DS tem servido aos mais diferentes propósitos e interesses. Ora é tomada como remédio para todos os males, ora desqualificada como mais uma forma encontrada pelo sistema para maquiagem as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico. [...] Seja entre os adeptos ou entre os críticos, há uma espécie de consenso de que a noção de DS é imprecisa, frágil, plástica, ambígua etc. (MACHADO, 2006, p. 14-15).

Assim, também Alice Krieg-Planque (2010) teórica da área de análise do discurso, identifica a heterogeneidade do conceito ao afirmar “o fato de que ‘desenvolvimento sustentável’ seja uma passagem obrigatória por numerosas produções textuais não supõe –

7 Uma análise mais aprofundada foi desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada “Discursos sobre sustentabilidade nas redes sociais digitais: uma análise no Twitter” (FERREIRA, 2014).

muito ao contrário – a estabilidade ou a univocidade do termo” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 4).

A autora, ao estudar a expressão 'desenvolvimento sustentável', afirma que esta é uma fórmula discursiva que:

[...] participa intensamente de um funcionamento ideológico, no sentido de que a ideologia faz esquecer o que a funda: a fórmula “desenvolvimento sustentável” permite fazer esquecer a contradição na qual está apoiada. Recorrendo a um termo um pouco diferente, podemos dizer igualmente que a fórmula “desenvolvimento sustentável” toma uma dimensão dômica, no sentido em que ela inibe os contra-discursos e marginaliza os contra-argumentos (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 15).

Krieg-Planque (2010) identifica que embora o conceito de DS tenha a tendência de expulsar o conflito ao harmonizar a ideia de desenvolvimento (enquanto crescimento econômico) com a ideia de sustentabilidade ambiental, é possível observar dois movimentos dialógicos principais ao seu redor, construindo assim um embate entre o **discurso** e um **contra-discurso**.

Na ordem do discurso se encontram todos os enunciados engajados na preservação da estabilidade do conceito ‘desenvolvimento sustentável’, e em proteger esta fórmula discursiva dos contra-discursos que a atacam. Nesse contexto se inserem todos os enunciados favoráveis ao ‘desenvolvimento sustentável’, especialmente aqueles que buscam realizar uma “recaptação positiva” ou “recriar uma coerência de valores”. Assim

[...] esses discursos são constituídos pela dissociação das noções que opõem o “falso desenvolvimento sustentável” (um desenvolvimento sustentável fictício, usurpado, fingido, desviado, inautêntico, merecido de ser condenado) ao “verdadeiro desenvolvimento sustentável” (o desenvolvimento sustentável autêntico, que deve ser promovido e praticado) (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 19).

Já os contra-discursos se propõem à “resistir ao discurso percebido como dômico” e “re-politizar as questões”, são os enunciados engajados na tarefa de refutar o caráter superável da contradição. A autora (Krieg-Planque, 2010) identifica os discursos que defendem o ‘decréscimo’ como um dos contra-discursos mais organizados e explícitos. Os comentários que qualificam o desenvolvimento sustentável como ‘oxímoro’ ou ‘contradição’ também se enquadram no rol dos contra-discursos.

Embora a UNESCO afirme que “o desenvolvimento sustentável não busca preservar o *status quo*, ao contrário, busca conhecer as tendências e as implicações da mudança”, (UNESCO, 2005, p. 39 *apud* GADOTTI, 2009, p.35) e que a proposta do desenvolvimento sustentável seja dar uma solução simultânea aos problemas ambientais e aos problemas sociais, de fato, no contexto do atual modo de produção dominante, que é o capitalismo neoliberal – uma forma de dominação política [e cultural] e de exploração econômica

(GADOTTI, 2009) – o que se observa é um desgaste e uma trivialização da noção oficial de desenvolvimento sustentável.

Boff, também crítico do conceito, afirma que “a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ mascara o paradigma moderno” (BOFF, 1995, p. 106), já que a expressão desenvolvimento se refere ao crescimento ilimitado de uma máquina industrialista-produtivista que entende o desenvolvimento “apenas como material e unidimensional, portanto como mero crescimento” (BOFF, 1995, p. 107).

Elegantemente, Frederico Loureiro (2003) apresenta uma nota onde observa essa questão e afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável publicado no relatório Brundtland e que foi divulgado oficialmente pela ONU e ratificado pelos governos membros das Nações Unidas trata-se de uma das possíveis formas de definir o conceito de DS e que:

O movimento ambientalista se orienta desde essas orientações hegemônicas até linhas conceituais que, para dar outro caráter ao termo, se utiliza da expressão “sociedade sustentável”, ou se utiliza do termo padrão explicando-o detalhadamente, clarificando a posição teórica e ideológica (LOUREIRO, 2003, p. 36)⁸.

Ainda assim, o conceito oficial de desenvolvimento sustentável; “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.46); é o que parece predominar nas esferas governamentais e empresariais, com seu caráter hegemônico, neoliberal e reformista.

Uma forma de reduzir as ambiguidades e buscar coerência nos discursos do movimento ecológico reside por exemplo, na opção pela adoção da expressão “Sociedades Sustentáveis”, como já citado em referência a Loureiro (2003) e se baseia no relato de Moema Viézzzer (1995), que conta como foi o processo da aprovação do título do "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global" no contexto das atividades do evento Rio 92.

A primeira idéia - educação ambiental para o desenvolvimento sustentável e responsabilidade global foi fortemente questionada pelos que traziam dados concretos da realidade de seus países e do mundo, mostrando que **o desenvolvimento – concebido como crescimento econômico conforme modelo atual, nunca poderá ser sustentável**. ‘O que temos que pensar é no reordenamento da vida no planeta e não em crescimento, pois chegamos aos limites e, inclusive, extrapolamos os mesmos’, insistiam muitos. Após muitas contribuições, emergiu e foi aprovado o conceito de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis – no plural – uma vez que não se pode contrapor um modelo hegemônico a outro modelo hegemônico global (VIÉZZER, 1995, p. 7 – grifo nosso).

8 Neste trabalho optamos por utilizar o termo “Sociedades Sustentáveis” de modo a definir uma postura teórica clara e evitar a necessidade de grande detalhamento do conceito além do já explicitado na revisão apresentada.

Neste contexto de discussão é importante ressaltar a ideia de que além de modos de produção, ou modelos econômicos, a cosmovisão ecológica fornece as bases também para novas formas de subjetividade, uma nova “visão de mundo”, fundamentando novos valores, e como afirma Félix Guattari (1990, p.36):

[...] a ecologia ambiental, tal como existe hoje, não fez senão iniciar e prefigurar a ecologia generalizada que aqui preconizo e que terá por finalidade descentrar radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique. (...) A conotação da ecologia deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados. Ela põe em causa o conjunto da subjetividade e das formações de poder capitalísticos – os quais não estão de modo algum seguros que continuarão a vencê-la, como foi o caso na última década.

No próximo tópico daremos continuidade à discussão acerca das consequências da ideologia moderna no contexto do ambientalismo. No momento vamos finalizar a discussão sobre a polissemia conceitual do ambientalismo com uma breve discussão sobre o conceito de “sustentabilidade”.

O tripé da sustentabilidade propõe a harmonização entre as esferas Ambiente, Sociedade e Economia. John Elkington, que teve papel fundamental na disseminação da ideia deste tripé cujo objetivo seria medir a eficiência de uma corporação (ou negócio) nestas três esferas e garantir uma imagem verde para as empresas, é considerado o “guru” da sustentabilidade corporativa e um de seus livros, publicado em 1989, apresenta o seguinte título: *The green capitalists: How to make money – and protect the environment*⁹.

A ideia de harmonizar ambiente, sociedade e economia até faz sentido *a priori*, e inclusive foi exaustivamente divulgada, debatida e ensinada em escolas desde os primeiros ciclos básicos de ensino ao redor do planeta. Porém, ao analisar em detalhe a proposição, fica claro que o conceito de Economia empregado no tripé da sustentabilidade se aproxima muito do que Guattari chama de Economia Financeira Pós-Industrial do Capitalismo Mundial Integrado (CMI) (GUATTARI, 1990).

A “Economia” que se busca harmonizar é esta economia, um modelo econômico que ao ser colocado em pé de igualdade com o Ambiente e com a Sociedade, já denuncia um viés ideológico assumido pelas construções de sentido ao redor das ideias dominantes de tripé da sustentabilidade do mesmo modo que discutimos acerca do conceito de desenvolvimento sustentável.

Uma outra forma de conceber o tripé da sustentabilidade reside na sua adjetivação, como encontramos, inclusive, no projeto político pedagógico (PPP) da Recid, onde aparece

9 Os capitalistas verdes: Como ganhar dinheiro – e proteger o meio ambiente. *Tradução livre

como uma preocupação com projetos que sejam “ambientalmente éticos, socialmente justos e economicamente solidários” (BRASIL, 2011, p. 18), invocando assim os conceitos e valores relacionados à ética ecológica, à justiça social e à economia solidária, como balizas para rotular iniciativas que possam ser de fato consideradas como sustentáveis.

Assim, se de um lado a Cosmovisão Ecológica encerra enorme potencial transformador da realidade ao possibilitar a emergência de novos valores e novas formas de subjetividade e sociabilidade, por outro nos parece evidente que a hipostasiação da economia financeira se apresenta como um dos fatores de entrave à eficácia política do conceito de sustentabilidade, de modo que a transição para sociedades sustentáveis passa necessariamente pela superação da hegemonia da economia financeira pós-industrial do capitalismo mundial integrado. Assim, qualquer luta ecológica deve ser essencialmente anticapitalista.

Encontramos em Moacir Gadotti (2009) uma definição do conceito de sustentabilidade de Carlos Rodrigues Brandão¹⁰; para o autor a sustentabilidade significa:

[...] uma nova maneira igualitária, livre, justa, inclusiva e solidária de as pessoas se unirem para construir os seus mundos de vida social, ao mesmo tempo em que lidam, manejam ou transformam sustentavelmente os ambientes naturais onde vivem e de que dependem para viver e conviver (BRANDÃO, 2008, p. 136 *apud* GADOTTI, 2009, p. 14).

Definição esta muito mais coerente com a ideia de cosmovisão ecológica e também de sociedades sustentáveis que estamos discutindo.

2.4. Ambientalismo e Modernidade

Sob uma perspectiva histórico-cultural nos interessa iniciar este tópico de discussão com uma citação da autora Vilma Machado (2005), quando ela afirma que ao discurso do desenvolvimento sustentável foi conferida a possibilidade de mediação das disputas de interesses numa dupla perspectiva:

[...] ao mesmo tempo em que ele pode ser postulado como **portador de uma potencial capacidade de superação dos aspectos colonizadores da racionalidade moderna**, ele pode funcionar como **mecanismo de reposição, mesmo que em outros termos, desses aspectos colonizadores**. Ao abrir espaço para essa dualidade, esse discurso amplia a sua capacidade de penetração social, ao mesmo tempo em que alarga o campo de absorção e “domesticação” das demandas emancipatórias advindas dos setores organizados da sociedade (MACHADO, 2005, p. 312 – grifo nosso).

10 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2005.

Consideramos que a cosmovisão ecológica enquanto conceito político-cultural tem sua capacidade de reprodução social muito comprometida por se contrapor à ideologia moderna. A cosmovisão ecológica está fundada em uma base de valores holista, que conflita com o individualismo (valor dominante, especialmente, no nível institucional das sociedades ocidentais modernas) e contraria a ideia de progresso enquanto desenvolvimento material.

Nesse sentido concordamos com Jean-Pierre Dupuy (1980, p.89) quando ele equaciona a polissemia do conceito sustentabilidade e afirma que:

Para ultrapassar as incertezas e ambiguidades do movimento ecológico, basta compreender que ele é apenas um elemento particularmente visível de um movimento mais profundo que repõe em causa o conjunto dos valores da modernidade.

E é nesse contexto que a crítica de Rita Mendonça (2005) se faz relevante, ao observar que os movimentos ambientalistas:

[...] não desenvolvem a autonomia necessária para transformar, satisfazendo-se com ações – muito positivas e absolutamente necessárias, mas de curto prazo. Esse fato é próprio da época em que vivemos, em que a tendência é dificultar ao máximo a criatividade e a autonomia. **Nossa modernidade nos impulsiona a atuar prioritariamente ou exclusivamente sobre os sintomas, fazendo com que o problema reincida em pouco tempo** (MENDONÇA, 2005, p. 26 – grifo nosso).

Figura 1. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/541839398891822803/>> Visualizado em: 09 abr 2017 - tradução livre: liberdade – provisória / igualdade – irrisória / fraternidade – aleatória.

Figura 2. Disponível em: < <http://www.imagiter.fr/2017/07/de-l-exercice-si-reussi-de-la-liberte.html>>. Visualizado em: 10 abr 2017 - tradução livre: LIBERquê / IGUALIquem / FRATERNIquando.

Com isso, podemos perceber que, a Cosmovisão Ecológica enquanto uma “visão de mundo”, tem um potencial enorme para transformar as relações entre as sociedades e seus ambientes naturais promovendo a autonomia para os indivíduos; porém na medida em que esses ideais conquistam espaços políticos de decisão se apresenta a necessidade de uma

mediação de demandas que leva ao enfraquecimento daqueles ideais – ou perda de radicalidade do movimento ambientalista.

Iniciamos a revisão bibliográfica da presente tese afirmando que a ideia de crise define a essência da contemporaneidade. Sérgio Paulo Rouanet (1987) considera a filosofia Iluminista como uma metanarrativa característica da Modernidade Ocidental, e foi esta filosofia que consolidou os ideais de Igualdade, Liberdade e Fraternidade. Estes ideais atuam como pressupostos disponíveis à construção da “visão de mundo” de todos nós ocidentais, e em maior ou menor grau – de acordo com a sociedade sob análise – esses ideais não passam de ficções muito bem articuladas, porém estéreis, ao longo dos últimos séculos (já não é de se espantar que a ideia de “crise” seja a tônica da contemporaneidade).

A crítica parte da Escola de Frankfurt, que aponta a transformação da razão iluminista em razão “instrumental”, o domínio das consciências pela Indústria Cultural e a decadência da Esfera Pública, colonizada pelos interesses do Capital e do Estado.

A fragilidade de alguns dos principais pressupostos da Modernidade ocidental é hoje evidente, afinal as promessas da modernidade não se cumpriram: as desigualdades são gritantes, a liberdade é condicionada, a igualdade entre os seres humanos não passa de um formalismo, e a fraternidade esteve sempre em segundo plano diante da ideologia progressista / desenvolvimentista dominante e do individualismo.

Como esclarece Marilena Chauí (2003, p. 23), as ideias ou representações criadas pelas pessoas como forma de “explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural”, em uma sociedade dividida em classes (ou castas):

[...] serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. **Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia** (*idem*, p. 23 – grifo nosso).

Ainda em 1987, Cornelius Castoriadis ironiza as ações dos dirigentes governamentais em resposta às pressões sociais ao redor da temática do meio ambiente, afirmando de maneira contundente:

Como era de se prever, as reações dos poderes estabelecidos estiveram de acordo com a natureza destes. Já que o sistema tinha sido criticado por preocupar-se unicamente com a quantidade de bens e serviços produzidos, novos organismos burocráticos foram estabelecidos para cuidar da ‘qualidade de vida’. Como parecia haver aí um problema ambiental, ministérios, comissões e conferências foram organizados para resolvê-lo. Tais organismos, na verdade, resolveram de maneira eficaz certos problemas muito graves, tais como, por exemplo, o de encontrar postos

ministeriais para políticos que precisavam ser acomodados em **cargos sem importância política** (CASTORIADIS, 1987, p. 137-138 – grifo nosso).

De modo semelhante ao discutir sobre a Agenda 21, documento de referência produzido no contexto da Rio 92, Loureiro observa que o documento:

[...] reforça o mercado de alguma forma regulado e subordinado a uma *ética planetária* de salvação da espécie e à busca de soluções via gestão tecnológica [...] pauta suas metas na redução de consumo de matéria e energia e não na mudança de modelo de produção, distribuição e consumo. Assim, a Agenda 21 se acopla perfeitamente ao fluxo da história (das classes dominantes) (LOUREIRO, 2003, p. 39 – grifo do autor).

E ainda nesse sentido é que Louis Dumont (1993, p. 21) afirma que “a ideologia moderna é individualista”, e que esse individualismo não é um traço isolado, mas uma configuração. Dumont demonstra que o individualismo é um valor fundamental da ideologia moderna ocidental, e apresentamos aqui a leitura de que o holismo¹¹ é o valor fundamental da emergente Cosmovisão Ecológica.

Quando nos referimos a uma sociedade individualista, estamos falando de uma sociedade na qual o indivíduo é visto como anterior à sociedade, e dada a necessidade de relacionamento entre os indivíduos surge então uma sociedade, que vai ser pautada pelos interesses e direitos de cada indivíduo particular. Uma das consequências desse pressuposto, no caso das sociedades modernas ocidentais, é que esses indivíduos se relacionam via contrato e com base na pretensa igualdade formal entre os indivíduos.

Se adotarmos como referencial para a periodização histórica o conceito de modo de produção, podemos afirmar que a Modernidade nasce simultaneamente à consolidação do Capitalismo como modo de produção hegemônico, e essa transição (Feudalismo / Capitalismo) possui, como um de seus pilares de sustentação, o individualismo enquanto valor social fundante.

Já ao nos referirmos a uma sociedade holista, partimos do fato de que a sociabilidade é característica intrínseca à humanidade, sendo o *Homo sapiens* um animal social, a sociedade, logo, é anterior ao indivíduo, e este último, fruto da primeira. Claro é que as ações dos indivíduos também moldam a sociedade, mas o ponto de partida é o coletivo de pessoas e sua autonomia, que vai pautar as *práxis* cotidianas e institucionais, visando aos interesses e direitos do grupo social em questão.

Nas palavras de Boff esse holismo se apresenta na cosmovisão ecológica da seguinte forma:

11 Aqui adotamos o termo holismo de modo não-esotérico, mas sim como um contraponto ao reducionismo do pensamento cartesiano.

A singularidade do saber ecológico consiste na transversalidade, quer dizer, no relacionar pelos lados (comunidade ecológica), para frente (futuro), para trás (passado) e para dentro (complexidade) todas as experiências e todas as formas de compreensão como complementares e úteis no nosso conhecimento do universo, nossa funcionalidade dentro dele e na solidariedade cósmica que nos une a todos. Deste procedimento resulta o holismo (hólos em grego significa totalidade). Ele não significa a soma dos saberes ou das várias perspectivas de análise. Isso seria uma quantidade. Ele traduz a captação da totalidade orgânica e aberta da realidade e do saber sobre esta totalidade. Isso representa uma qualidade nova (BOFF, 1995, p. 19).

Um emergente paradigma civilizatório ancorado na cosmovisão ecológica, que nas palavras de Boff (2007), “procura harmonizar ser humano, desenvolvimento e Terra entendida como Gaia” é a proposta de uma sociedade na qual a primazia é da humanidade, enquanto coletivo ou comunidade planetária. Uma proposta que busca ressignificar o conceito de desenvolvimento sob a égide de uma visão mais holística e menos economicista, como sugere, por exemplo, Amartya Sen (GADOTTI, 2009) ao falar em desenvolvimento enquanto liberdade. Liberdade para as pessoas construírem suas vidas e seu bem-estar da forma como desejarem, exercendo sua autonomia. É uma proposta que considera o planeta Terra como um sistema vivo, e não como uma fonte de recursos, e a sustentabilidade sócio ambiental mais do que um conceito ligado à esfera da reprodução cultural passa a ser central para um modo de produção não capitalista.

Ainda nesse sentido é que podemos citar o questionamento de Boff (1995, p. 106) quando este coloca:

Pode-se aplicar a “sustentabilidade” para o tipo de desenvolvimento / crescimento moderno cuja lógica se sustenta na pilhagem da Terra e na exploração da força de trabalho? Aqui se configura uma contradição [...]. Isso vale especialmente para o capitalismo que se baseia na apropriação privada da natureza e de seus “recursos”; ele é particularmente antinatural.

No próximo tópico vamos tratar da cosmovisão ecológica sob um enfoque mais social, discutindo brevemente sobre o movimento ambientalista e sua relação com outros Movimentos Sociais.

2.5. Movimento Ambientalista e Movimentos Sociais

Consideramos o Pensamento Ecológico como portador de grande eficácia simbólica, sendo uma das mais importantes forças da opinião pública, em particular por representar uma identidade global proposta a todos os seres humanos.

Enquanto luta social, esse pensamento se materializa no Movimento Ambientalista – cuja definição teórica apresentamos anteriormente como sendo:

[...] todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, **contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante** (CASTELLS, 2000, p. 143 – grifo nosso).

Em o Poder da Identidade, Castells ressalta também que os “**movimentos sociais** devem ser entendidos em seus próprios termos: em outras palavras, **eles são o que dizem ser**. Suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição” (CASTELLS, 2000, p. 94 – grifo do autor). Logo, podemos afirmar que todo grupo organizado enquanto movimento é responsável por traduzir suas demandas através de um discurso coeso e coerente.

Além disso, Castells se apoia na tipologia clássica de Alain Touraine para categorizar os movimentos sociais: a identidade, o adversário e sua meta societal.

[...] **identidade** refere-se à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. **Adversário** refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento. **Meta** societal refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove (CASTELLS, 2000, p. 95-96 – grifo do autor).

A utilização desta tipologia de caracterização pode ser muito útil na análise das diferentes correntes e linhas de pensamento do Movimento Ambientalista, já que a competência político argumentativa internalizada (ideias, planos de ação e metas claras) dos sujeitos que defendem uma causa dentro de um movimento social são fundamentais para que esses sujeitos possam debater publicamente, defender seu ativismo e deliberar tanto internamente como publicamente sobre seus temas de interesse.

Essa clareza é o que permite aos sujeitos apontar as mudanças sociais desejadas, os caminhos possíveis que levem a tal mudança, e os possíveis resultados concretos da mudança em questão. Ou seja, essa clareza, para os sujeitos, é fundamental para que estes possam obter sucesso na realização de suas demandas através do apoio da opinião pública e da pressão sobre o poder estabelecido.

Nesse sentido é de suma importância para o desenvolvimento do presente trabalho retomar alguns dos questionamentos apresentados por Loureiro (2003, p. 100) quando este coloca:

Como se insere o ambientalismo no contexto dos movimentos sociais? Como o ambientalismo busca a concretização de seu ideal? Quais são as principais dificuldades no entendimento da relação desse movimento social com o Estado?

Para o autor os movimentos sociais no Brasil são responsáveis por materializar e responder concretamente por uma “crise civilizacional que se mostra crescente” (*ibid.* p. 101) e esses movimentos se caracterizam pelo seu:

[...] caráter antagônico a um padrão de sociedade, desenvolvendo um conflito, por meio de ações coletivas e solidárias, de natureza permanente – no sentido de existência enquanto dada circunstância se perpetua. Por isso, costuma ir além da luta pela superação de contradições, para se constituir em uma rede de relações tensionadas, de finalidades definidas e resultados incertos, em um corpo dinâmico e solidário, um espaço de crenças compartilhadas, de afinidade ética e de socialização (LOUREIRO, 2003, p. 102).

Já para João Bernardo (1979), o movimento ecológico não é revolucionário “e sim um movimento defensor e legitimador da estagnação econômica” (GAMA, 1981, p. 622). O autor minimiza a importância das lutas no domínio da reprodução social (estilo de vida, bem-estar), como o ambientalismo por exemplo, e afirma “o movimento ecológico é hoje o inimigo oculto”.

Ao analisar o “significado, a expressão e a inserção do movimento ecológico no sistema capitalista” (GAMA, 1981, p. 625) Bernardo fundamenta aquela afirmação em duas razões, como resume Gama:

Por um lado, o facto de os ecológicos conceberem “cada sistema social como um todo organizado” e de as contradições fundamentais no mundo contemporâneo serem “as que opõem o sistema económico à natureza” e de se basearem no “mito do esgotamento da natureza” Por outro, o movimento ecológico não é transformador da sociedade capitalista, porque legitima a estagnação, dilui a classe operária em movimentos que os caracterizam como campos de união entre classes, porque não tem em conta o fim da exploração, fundamento do sistema capitalista (GAMA, 1981, p. 625).

A “união entre as classes” proporcionada pelo movimento ecológico – ou ainda a “fusão entre esquerdas e direitas” seria fundamentalmente o motivo de considerar o movimento ecológico enquanto o inimigo oculto.

Vejamos, embora SCHERER-WARREN (1993) afirme que uma grande parcela do Movimento Ambientalista ainda é marcado pelo caráter de classe, estando mais ligado às classes alta e média, em especial aos intelectuais e cientistas,¹² ainda assim somos obrigados a discordar de Bernardo (1979), já que anteriormente discutimos a questão da relação do movimento ambientalista com o sistema capitalista na modernidade ocidental e afirmamos: “a transição para sociedades sustentáveis passa necessariamente pela superação da hegemonia da economia financeira pós-industrial do capitalismo mundial integrado. Assim, qualquer luta ecológica deve ser essencialmente anticapitalista”.

Até o início do século XX, seguindo uma análise marxista europeia, os movimentos sociais possuíam um caráter marcadamente de classe, organizados em sindicatos e

12 De modo semelhante, McCormick (1992, p. 75) cita uma pesquisa realizada em 1973 pelo Centro Nacional pela Ação Voluntária (EUA) que apresenta os seguintes dados: 98% dos membros das organizações ambientais americanas eram brancos, 65% eram universitários graduados, 35% eram profissionais liberais e 53% tinham renda familiar superior a 15 mil dólares americanos.

basicamente resumindo-se ao confronto do proletariado e campesinato contra os donos dos meios de produção, que exploravam sua mais-valia.

A partir da década de 1960, surge então, uma nova perspectiva dos Movimentos Sociais, que engloba movimentos mais ligados à questão da identidade do que apenas à da classe social, enquadrando-os como Novos Movimentos Sociais (NMS).

Segundo Scherer-Warren (1993) os NMS têm em comum o desejo de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade civil, “compartilham da ideologia do antiautoritarismo e são pela descentralização do poder” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 51).

Esses ideais comuns se alinham muito elegantemente à definição de democracia ideal apresentada por Santos (2007): “substituir relações de poder por relações de autoridade compartilhada” (SANTOS, 2007, p. 62).

De acordo com Gohn (2012), que trabalha com a noção de NMS, diversos autores buscaram definir quais são estes movimentos, seu escopo, suas demandas e formas de ação. Conforme pontuado pela autora, as matrizes teóricas desse novo esquema interpretativo são muitas.

Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado (GOHN, 2012, p.121).

Além desses, a autora enfatiza as contribuições de autores como Guattari, Deleuze e Foucault.

Com ênfases diferenciadas, eles foram os principais teóricos contemporâneos a alimentar as formulações e estudos sobre os chamados movimentos sociais alternativos: ecológicos, feministas, de homossexuais, de negros, pela paz etc. Ocorreu um tipo de simbiose entre o velho idealismo alemão, com temperos do pós-guerra da Escola de Frankfurt, formando os fundamentos epistemológicos do novo paradigma. C. Castoriadis, em suas críticas ao marxismo, também contribuiu para a construção do referencial. Acrescentem-se ainda as influências dos socialistas utópicos e dos anarquistas do século passado (GOHN, 2012, p.133).

Negri e Guattari (2017), por exemplo, trazem uma análise na qual os movimentos de maio de 1968 se apresentam como um ponto de virada (um salto qualitativo) no que diz respeito aos movimentos sociais, suas formas de estruturação, e demandas com enfoque na subjetividade dos indivíduos.

Negri parte do conceito de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), que já vinha sendo desenvolvido por Guattari em escritos anteriores, para construir o conceito de Império. Na apresentação de “Verdades Nômades”, Marino e Viel ressaltam que:

[...] o CMI recobre a superfície do planeta, lançando seus tentáculos não só sobre o que é costumeiramente chamado de produção material, mas também sobre o que é aqui nomeado produção semiótica, um ramo que, através dos meios de comunicação

de massa, dos equipamentos coletivos etc. assume um papel cada vez mais importante na exploração capitalista (*apud*. NEGRI; GUATTARI, 2017, p. XV).

Com a coesão que o proletariado atingiu na década de 1960, os autores (NEGRI; GUATTARI, 2017) afirmam que a reestruturação do capital buscou recuperar o controle sobre a produção desarticulando o proletariado “fabricando uma subjetividade tripolar” (p. xv); que se sobrepôs à dualidade de classes sociais exposta pelo marxismo.

Essa subjetividade tripolar, segundo os autores (NEGRI; GUATTARI, 2017), se compõe de três polos: o **elitista** - incluindo as camadas dirigentes e estratos tecnocráticos de todo o globo, inclusive os países de Terceiro Mundo que aderem e reproduzem a ordem capitalista; o polo que chamam de **garantido** - do qual fazem parte os assalariados/trabalhadores industriais e aqueles beneficiados pelas políticas de bem-estar social do Estado; e aqueles **não garantidos** - composto por uma massa de desempregados, trabalhadores informais, domésticos ou precarizados.

Naquele momento (década de 1960) “a família, a vida pessoal, o tempo livre e talvez mesmo a fantasia e o sonho, tudo apareceu doravante assujeitado às semióticas do capital” (NEGRI; GUATTARI, 2017, p.20), e daí que, a partir do estabelecimento dessa nova subjetividade surgem novas formas de organização social “novos anseios e necessidades que se exprimem nas lutas. São lutas múltiplas, transversais e, muitas vezes, específicas – gênero, raça, meio ambiente etc. –, compondo uma multiplicidade não totalizável” (NEGRI; GUATTARI, 2017, p. xvi).

Nesse sentido, é que os autores (NEGRI; GUATTARI, 2017) marcam 1968 como um “gigantesco curto-circuito”, no qual os movimentos surgiram e se espalharam de forma global demonstrando uma tomada de consciência coletiva, em especial no plano dos desejos e comportamentos, e afirmam que essa tomada de consciência e suas consequências no plano político e micro político são irreversíveis.

Assim, a “nova política”, para Negri e Guattari (2017) consiste na urdidura de uma rede de alianças tecida em meio a uma multidão de componentes singulares.

As lutas sociais que explodiram em 68 e nos anos seguintes conferiram uma grande força à tomada de consciência dos estudantes e dos jovens, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de defesa e reconquista da natureza; à reivindicação das diversidades culturais, raciais, sexuais e também às tentativas de renovação das concepções tradicionais de luta social, a começar por aquela dos trabalhadores (NEGRI; GUATTARI, 2017, p.32).

Castoriadis (1987) também nos apresenta críticas contundentes à ideologia desenvolvimentista do pós-guerra, e demonstra que nos anos de 1960, os jovens e grupos diversos de indivíduos, inspirados por alguns intelectuais de sua época, começaram a buscar

alternativas, como por exemplo, formas de vida comunitárias. Nesse momento foi que “começou-se a levantar a questão do ‘preço’ que os seres humanos e as coletividades tinham de ‘pagar’ pelo crescimento” (CASTORIADIS, 1987, p. 137), tanto nos aspectos sociais como em relação aos danos maciços e possivelmente irreversíveis resultantes da interação destrutiva da industrialização com a biosfera terrestre.

No final das décadas de 1950 e 60, McCormick (1992) cita a forte onda de ativismo político protagonizada pelos jovens da qual se beneficiou o Ambientalismo, e discorre sobre a influência de outros movimentos sociais da época no Movimento Ambientalista.

Em um primeiro momento, o autor destaca os movimentos por direitos civis nos EUA, contra a pobreza e o racismo, e destaca um profundo distanciamento desses movimentos com relação ao ambientalismo.

Para os cidadãos negros dos Estados Unidos, as questões mais imediatas e urgentes eram a justiça econômica e social e os direitos civis. Enquanto os pobres lutavam por trabalho, educação e igualdade política e social, o *lobby* ambientalista incluía entre seus objetivos reivindicações aparentemente não essenciais como a proteção da vida selvagem (McCORMICK, 1992, p. 75-76).

Na mesma época, o autor cita a Campanha para o Desarmamento Nuclear britânica como movimento digno de nota e ressalta que:

[...] houve laços significativos entre o movimento pelo desarmamento e o posterior movimento ambientalista, ao menos porque ambos os grupos buscavam o controle racional e humano sobre a alta tecnologia criada pela sociedade industrial avançada (McCORMICK, 1992, p. 76).

Já na segunda metade da década de 1960, o movimento contra a guerra do Vietnam teve laços muito fortes com o Novo Ambientalismo nos EUA, e McCormick (1992) ressalta que as principais bases de apoio “se encontravam entre profissionais, estudantes e clero brancos” (*ibid*).

Além disso, na França, Alemanha e Espanha, principalmente, protestos de descontentamento estudantil tomaram grandes proporções, tendo sido o ano de 1968 um divisor de águas (McCORMICK, 1992). Os descontentamentos dos estudantes tinham como principal foco o racismo, a imoralidade da guerra e a degradação ambiental, e segundo o autor, para esses movimentos, “Materialismo, tecnologia, poder, lucro e crescimento eram caracterizados como símbolos do que havia de pior na sociedade ocidental e como ameaças para o meio ambiente” (McCORMICK, 1992, p. 77).

Por fim, o autor cita ainda o movimento *hippie* do final dos anos 1960, no qual o retorno à natureza era considerado como único caminho para enfrentar um mundo materialista, e cita Cotgrove, para quem uma expressão do ambientalismo era a contracultura:

[...] profundamente antiindustrial, com sua decisiva rejeição da ética do trabalho, sua condenação do consumismo e dos valores materiais, e seu questionamento da racionalidade de uma sociedade que utilizou a ciência para produzir o que era visto como as atrocidades desumanas da guerra do Vietnam e o dano ecológico causado pelos inseticidas e refugos industriais (McCORMICK, 1992, p. 77).

O movimento ambientalista apresenta uma grande diversidade político ideológica, mas basicamente traz quatro eixos comuns de reflexões interconexas importantes para a sociedade contemporânea. Essas reflexões e as discussões que o ambientalismo suscita foram sistematizadas por Loureiro (2003) da seguinte forma.

Crítica à tradição religiosa judaico-cristã, que destaca o papel do ser humano em subjugar e dominar a natureza, instituindo “o primado da razão ‘fria e calculista’, reforçando a lógica capitalista moderna, da relação sujeito-objeto” (LOUREIRO, p. 22) e que, juntamente com o Iluminismo marcam o pensamento ocidental. Loureiro (2003) cita ainda Leonardo Boff como um dos principais autores vinculados à Teologia da Libertação que procura repensar o cristianismo em uma perspectiva ambientalista.

O segundo eixo de reflexão está relacionado à “Revolução Científica (...) à consolidação do paradigma cartesiano, que molda os valores culturais modernos e o projeto positivista de ciência e tecnologia” (*ibid.* p. 23). A Ciência moderna positivista expressa a racionalidade instrumental (lógica pragmática, quantitativista, da eficiência produtiva) própria do capitalismo; que se sobrepõe à racionalidade emancipatória (reflexiva e transformadora) na qual se baseia o Pensamento Ecológico inclusive enquanto diretriz para um modo de produção ecologicamente sustentável.

A crítica ao individualismo-antropocêntrico baliza o terceiro eixo de reflexão em contraponto ao humanismo e às concepções ecocêntricas do ambientalismo. Esse individualismo deriva das duas reflexões anteriores, já que a redução da dimensão ética à vida privada é característica do pensamento moderno (liberal-burguês) favorecendo “valores egoísticos, fúteis e a cultura do descartável” (LOUREIRO, 2003, p.24).

E por fim, a crítica à sociedade industrial tecnológica, que domina e explora o ambiente e as pessoas, focada exclusivamente na reprodução do capital e gerando crescente consumo de matéria e energia é o quarto eixo de reflexão levantado pelo ambientalismo.

2.5.1. Movimento Ambientalista e Movimentos Sociais no Brasil

Em termos práticos e de maneira objetiva, a autora Gohn (2010), sistematiza a sua interpretação sobre os movimentos sociais no Brasil em dez eixos temáticos, a saber: questão

urbana; meio ambiente; identitários e culturais; direitos; fome; trabalho; religiosos; rurais; comunicações; globais.

Com relação aos movimentos ligados ao meio ambiente a autora (GOHN, 2010) cita: 1) o movimento ambientalista; o que inclui tanto os movimentos articulados em redes internacionais, como também os nacionais, que segundo a autora majoritariamente se auto intitulam como ONGs; 2) os movimentos ao redor do tema da água; 3) os movimentos pela defesa e recuperação do patrimônio histórico-cultural e das estruturas urbanas públicas, abrangendo tanto as demandas de recuperação de áreas naturais como espaços públicos de lazer e também preocupados com equipamentos e serviços coletivos como “saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais” (GOHN, 2010, p. 86); 4) os movimentos ambientalistas populares, que são movimentos de bairros periféricos com demandas relativas sobretudo à saneamento básico; 5) e ainda o movimento de defesa dos animais.

A autora Scherer-Warren (1993) situa o Movimento Ecológico no bojo dos Novos Movimentos Sociais (NMS), ao lado dos movimentos feminista, sem-terra, novo sindicalismo, entre outros. Para ela, o fenômeno da emergência dos NMS poderia, à primeira vista, ser considerado estatisticamente pouco expressivo, no entanto ela faz questão de ressaltar sua relevância qualitativa ao serem considerados “focos de transformação que emergem a partir das bases da sociedade, pelas brechas que abrem na tradição histórica da cultura política do país e pelo novo significado cultural e político presente na *práxis* destes grupos organizados” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 50).

Os NMS são um projeto alternativo em construção, com atuação mais direta no seio da sociedade civil do que os movimentos sociais tradicionais (SCHERER-WARREN, 1993), e a autora defende que a busca de compreensão do potencial transformador destes novos movimentos passa pela compreensão de seus projetos e *práxis* cotidianas.

A autora (SCHERER-WARREN, 1993) acredita ainda que o fortalecimento dos NMS passa necessariamente por sua aproximação, tanto entre os movimentos distintos quanto entre os movimentos de mesmo tipo, mas oriundos de diferentes localidades, e considera que a maior dificuldade de aproximação se dá quando se consideram dois grandes blocos de movimentos. De um lado, os movimentos de base mais popular como MST (trabalhadores rurais sem terra), MTST (trabalhadores sem teto), MAB (atingidos por barragens), MMA (mulheres agricultoras); de outro os movimentos mais típicos da classe média, como o Movimento Feminista e setores significativos do Movimento Ecológico. Ela propõe que para conseguir essa aproximação o segundo bloco deve:

[...] incluir em suas propostas o princípio de que para se construir uma Nova Sociedade, com um novo modelo cultural, esta não poderá ser contraditória [...] (no sentido mais pleno, econômico e político) [...] se esta questão não for explicitada em seu discurso, será considerada pelos primeiros como negligenciada (SCHERER-WARREN, 1993 p. 61).

Essa polarização entre os movimentos sociais, defendida pela autora seria marcada por uma conotação de classe, cuja superação tem sido historicamente muito dificultada. Nesse sentido, Santos (2007) ao reclamar a necessidade de teorias de união, em falta na tradição histórica de esquerda afirma que “dentro dos movimentos, das classes populares, é preciso buscar outra cultura política, que tem que se basear no que chamo de **pluralidades despolarizadas**” (SANTOS, 2007, p. 99 – grifo do autor).

De modo semelhante, – e vamos concordar – Loureiro (2003) discute que a relação idealizada ou perfeita entre sociedade e natureza presente em setores majoritários do movimento ambientalista fragiliza a luta e a construção com setores populares de um projeto alternativo de sociedade, posto que os modos de vida social humana não são homogêneos. Com isso Loureiro (2003) constrói uma análise afinada com a ecologia política e com o feminismo, expandindo a noção de sujeito histórico para atores sociais diversos, excluídos e marginalizados e não apenas o proletariado.

Acreditamos ainda, como Castells (2000), que o movimento ambientalista é portador de um grande potencial agregador, podendo vir a se constituir num movimento guarda-chuva, por tratar-se “da única identidade global proposta a todos os seres humanos, independentemente de seus vínculos sociais históricos ou de gênero, ou de seu credo religioso” (CASTELLS, 2000, p. 160).

E Castells (2000) também ressalta a importância da articulação deste movimento com outras demandas da sociedade ao colocar como questão decisiva para a influência da nova cultura ecológica a sua “(...) capacidade de unir os traços de culturas distintas em um hipertexto humano, constituído de diversidade histórica e comunalidade biológica” (CASTELLS, 2000, p. 160).

Cabe ainda destacar que, no Brasil,

A dificuldade enfrentada pelo conjunto dos movimentos sociais em efetivar a possibilidade de desenvolvimento das forças sociais locais com poder de ação macropolítico está na capacidade de alteração da cultura política vigente, posto que se exigiria um sistema organizacional menos atomizado e/ou hierarquizado, mais articulado e orgânico, redefinindo o desenho e as práticas do Estado (LOUREIRO, 2003, p. 120).

Nesse sentido, entendemos que, por um lado o caráter elitista do ambientalismo reduz sua eficácia política, já que com baixa adesão popular é difícil para o movimento pressionar as elites tomadoras de decisão; por outro é inegável a existência de uma enorme

resistência das elites tomadoras de decisão em apoiar e manter iniciativas capazes de realmente alterar de maneira drástica os modelos produtivo/financeiro/político vigentes na contemporaneidade.

2.6. Algumas tendências possíveis nos estudos dos Movimentos Sociais

Ao apontar as tendências emergentes nos estudos dos movimentos sociais Scherer-Warren (1993) afirmava que o reconhecimento da importância das articulações e formações de redes temáticas e organizacionais era crescente e apontava a necessidade de se realizar a passagem das análises de organizações sociais específicas

[...] para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos (i. é, *from grassroots to networks*). Na América Latina, os estudos do significado destas articulações, em termos de redes, ainda são bastante emergentes, principalmente quando se considera o grande número de redes de movimentos que se vêm organizando (SCHERER-WARREN, 1993, p. 23).

Outra questão levantada pela autora (SCHERER-WARREN, 1993) era a necessidade de aprofundamento das investigações sobre as relações entre movimento social e Estado (ou sistema institucional) quando coloca:

O que se faz necessário é investigar com maior profundidade em que medida as organizações da sociedade civil, nas relações que estabelecem com o Estado, são modificadas por este ou comportam efeitos político-institucionais relevantes (SCHERER-WARREN, 1993, p. 24).

Aqui as contribuições de Boaventura, também são muito importantes, posto que o autor, ao questionar os caminhos da emancipação social discute muito profundamente a questão de como realizar a transformação social e conclui que só estão disponíveis instrumentos hegemônicos (a legalidade, a democracia e os direitos humanos). O autor acredita que o novo, a ruptura, a revolução, são instrumentos indisponíveis na atualidade.

É um problema complicado porque, se são instrumentos hegemônicos, por definição não vão resolver nossas inquietações, nossas aspirações, e não vão conseguir o que queremos alcançar, que é uma sociedade mais justa, reinventar a emancipação social. Então temos de fazer um trabalho dobrado. Por um lado, tentar ver se os instrumentos hegemônicos podem ser utilizados de maneira contra-hegemônica: se podemos desenvolver um conceito contra-hegemônico de legalidade, de direitos humanos e de democracia. E, por outro lado, ver se nas culturas e nas formas políticas que foram marginalizadas e oprimidas pela modernidade ocidental [...] podemos encontrar embriões, sementes de coisas novas. Um duplo trabalho de arqueologia: nessas ruínas de destruição e nos instrumentos hegemônicos que temos (SANTOS, 2007, p.84-85).

É muito importante também ressaltar a proposta de Gonh, para quem:

[...] o estudo sobre os movimentos sociais latino-americanos deve ter um enfoque multidisciplinar, envolvendo a sociologia, a ciência política, a antropologia, a história, a economia e a psicologia social. A política deve ser destacada por ser a grande arena da articulação, pelo fato de os movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder. Deve-se considerar: ideologias, valores, tradições e rituais da cultura de um grupo; a cultura política como um todo etc (2012, p. 240).

Assim, o presente trabalho buscou ainda se inserir neste contexto de discussão, ao se alinhar às tendências expostas e se propor a realizar a análise do espaço ocupado pelos representantes do Movimento Ambientalista e Ecológico, suas articulações, projetos e práticas, no âmbito da Rede de Educação Cidadã, uma rede que se auto define como “Pé dentro, pé fora, na ciranda do poder popular” (RECID, 2010), fazendo alusão à sua formação caracterizada pela parceria entre a sociedade civil (movimentos sociais) e o Estado.

2.7. Educação Popular e movimentos sociais articulados em rede: a experiência da rede de educação cidadã (Recid)

Conforme discutiremos ao longo deste capítulo, a Educação Popular têm sido parte integrante da transição entre distintas formas de luta política em curso na sociedade contemporânea, vinculando-se especialmente a movimentos sociais populares e identitários de setores marginalizados e excluídos, ainda que essa escolha não signifique abrir mão de um horizonte estratégico totalizante e de transformação estrutural, expresso em uma crítica radical ao modo de organização e produção vigentes.

De certa maneira, a aparente contradição que reside no antagonismo entre diferentes paradigmas norteadores de lutas políticas e movimentos sociais, funde-se na Recid por meio de um processo dialético: de um lado a hegemonia de um paradigma ‘socioestrutural’ das lutas políticas dos anos 1960, de origem norte-americana (GOHN, 2012), centrado na tomada do poder do Estado e na transformação a partir da conquista da estrutura; de outro, a ascensão dos movimentos sociais segmentados por recortes identitários e críticas localizadas orientadas pelo paradigma chamado ‘sociocultural’, paradigma Europeu com origem na abordagem teórica dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2012). Um intenso e profícuo debate entre esses dois paradigmas começou a se desenvolver a partir da década de 1980, o que inclusive pode ser considerado como a possibilidade de “um paradigma próprio e específico para a América Latina, ainda a ser construído” (GOHN, 2012, p. 16).

Podemos considerar que a síntese entre esses dois horizontes realizou-se na existência de uma rede cujo principal mote foi “pé dentro, pé fora”. Logo, foi preciso

encontrar um ponto de contato entre ‘estrutura’ e ‘cultura’ para que a Rede de Educação Cidadã pudesse vir à tona.

A Rede de Educação Cidadã (Recid) foi uma rede de educadoras e educadores populares, presente em todos os estados brasileiros. Foi articulada no ano de 2003, sob a liderança de Frei Betto, a partir do Gabinete Pessoal da Presidência da República. Articulando-se como uma rede de entidades, movimentos e pessoas. A natureza desta articulação foi mista, dividida entre Sociedade Civil e Estado. Nesta rede estiveram envolvidas mais de 800 organizações e entidades da sociedade civil ao longo de sua existência (RECID, 2013), além de 500 educadores (as) populares voluntários (RECID, [200-?]) e 186 contratados (SG, 2015).

Dentre suas principais ações estiveram: a capacitação de educadores(as) populares em direitos humanos na perspectiva multiplicadora para, partindo da diversidade de experiências, promover a troca de saberes e sensibilizar para a mobilização e organização social; a realização de oficinas e encontros de Educação Popular e a elaboração de material de divulgação, aprofundamento e de formação em políticas públicas e nas ações dos movimentos sociais, como cartilhas, cadernos de estudo e vídeos; e a articulação e relação permanente com movimentos e organizações sociais, fóruns e conselhos de políticas públicas, tendo em vista o fortalecimento do processo de formação comunitária e de base (RECID, [200-?]).

A metodologia de trabalho dos educadores (as) era a da Educação Popular freireana, e o público alvo preferencial das ações grupos considerados vulneráveis (BRASIL, 2011). Os trabalhos desenvolvidos pela equipe da Recid visavam o fortalecimento da cidadania por meio da educação, e ainda a articulação dos beneficiários de políticas públicas com os movimentos sociais (RECID, 2015).

De acordo com um balanço publicado em 2015 pela própria Recid, estima-se que foram realizadas “mais de 2 mil atividades pedagógicas anualmente envolvendo cerca de 50 mil participantes, tais como lideranças de base e educadores populares” (RECID, 2015).

Optamos por partir de uma breve contextualização da Educação Popular no Brasil para, nos resultados, nos debruçar sobre o histórico da Recid como resultado de um processo ainda em curso.

2.7.1. Educação Popular no Brasil

Diversos elementos conjunturais do pós-Primeira Guerra colocaram a pauta da educação como prioritária para a nação brasileira, entre as quais: o êxodo rural que despachou

às cidades enormes contingentes humanos; a modernização tecnológica; os assustadores índices de analfabetismo do período; a organização de partidos políticos com tendências liberais, etc. (BRANDÃO, 1985). Assim, a luta pela educação, a partir dos anos 1920, unifica diversos setores e demandas, levando a população a pressionar o governo pela democratização do acesso ao ensino e à escola, priorizando a alfabetização do povo.

É associado aos movimentos civis e lutas pela democratização do ensino brasileiro que o nome *educação popular* aparece com aspas em Celso de Rui Beisiegel [...], e sem elas em Vanilda Pereira Paiva [...], quando eles discutem as relações entre o Estado, a sociedade civil e a educação das classes populares no país (BRANDÃO, 1985, p.30).

Esta atmosfera nacional que o Brasil vive, entre os anos 1920 e 1940, é o período que o educador Jorge Nagle chamou de “entusiasmo pela educação” (1976), que “caracterizar-se-ia pela importância atribuída a educação como o maior dos problemas nacionais, problema de cuja solução adviria todos os outros” (CARVALHO, 1998, p.33). Este entusiasmo nutria-se, principalmente, da influência das ideias liberais francesas e das avançadas realizações sociais norte-americanas. É importante não confundirmos a luta pela 'educação das camadas populares', com a 'educação popular' como a entendemos hoje. Essa educação com a qual o Brasil então se entusiasmava, buscava suprir uma demanda da crescente industrialização do país, 'instruindo' a massa com o intuito principal de inseri-la em um mercado escasso de força de trabalho qualificada (BRANDÃO, 1985), e não emancipar a sociedade de uma maneira profunda.

Em resumo, podemos dizer que “[...] até a Segunda Guerra Mundial, a educação popular era concebida como a extensão da educação formal para todos, sobretudo para os habitantes das periferias urbanas e zonas rurais” (VALE, 1992, p. 7).

A partir dos anos 1950

[...] alguns educadores iniciaram um debate acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA), questionando se ela era apenas uma transmissora de conteúdos ou uma possibilidade de difusão de ideias. [...] Para esses educadores, uma Educação destinada às camadas populares não poderia ficar presa somente à transmissão de conteúdos; pensava-se na formação de pessoas críticas, conscientes (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

Surge então um conflito conceitual que, com o avançar da história, se tornaria cada vez mais evidente, pois a educação escolar formal cumpria um papel restrito à ‘instrução’ das camadas populares. Por outro lado, a educação popular já se constituía enquanto uma prática com intencionalidade política: “Já nos primeiros escritos de Paulo Freire, a educação popular, como forma de ‘prática cultural para a liberdade’, deveria transformar todo o sistema e toda a lógica simbólica da educação tradicional” (BRANDÃO, 1985, p. 69). Dessa maneira,

podemos afirmar que a luta pela educação popular é a luta pela passagem da ‘educação para o povo’ para ‘educação que o povo cria’.

Os anos 1960 marcam o apogeu de uma acirrada disputa. Os esforços pela democratização do ensino e da escola seguiam em curso, com destaque para os programas de alfabetização de adultos. O que estava em jogo era o conteúdo e o horizonte deste ensino e de tais programas. O período é marcado por uma enorme efervescência política, com o auge do populismo e do desenvolvimento econômico; momento onde florescem inúmeras iniciativas relevantes para se compreender a atmosfera do período: nascem o MCP (Movimento de Cultura Popular), em Recife; o MEB (Movimento de Educação de Base); o CPC (Centro Popular de Cultura), etc¹³. E em meio a toda essa movimentação, acontece o golpe civil-militar de abril de 1964, interrompendo e dificultando várias destas iniciativas emergentes (REIS FILHO, 2014).

De qualquer forma, é importante frisar que todos esses movimentos dos anos 1960

[...] operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos ou de educação de base, promovidas na década de 50. Foram propostas qualitativamente diferentes das ações anteriores. E o que as fez radicalmente diferentes foi o **compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares**, urbanas e rurais, e o fato de terem orientado sua ação educativa para uma política renovadora. Significaram ainda um capítulo especial da história da educação brasileira, quando a “luta contra o analfabetismo” da população adulta foi liderada por amplos setores da sociedade civil (igrejas, estudantes, profissionais liberais), que passaram a promover ações educativas bastante originais (FÁVERO, 2006, grifo nosso).

E é este compromisso que se explicita quando Paulo Freire apresenta uma leitura da sociedade dividida em classes, apontando o aspecto colonizador da pedagogia então amplamente praticada e incentivada pelos que se encontravam no poder: “Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes” (FREIRE, 1987).

É essa opção que se expressa em um dos títulos mais famosos no mundo da educação: “Pedagogia **do** Oprimido” (grifo nosso), que vem à tona no ano de 1968, auge da ditadura militar do Brasil¹⁴. Não se trata de um manual pedagógico **para** educar os oprimidos, mas sim de uma *práxis* que vocalize e traga protagonismo aos enormes contingentes da população que, ainda hoje, são tomados por coadjuvantes das suas próprias existências. Com a Pedagogia do Oprimido, o povo marginalizado é instado a “dizer a palavra” – a sua palavra,

13 Para uma cronologia detalhada do período ver a cuidadosa sistematização do professor Osmar Fávero (2006) em seu livro “Uma pedagogia da Participação Popular- Análise da Prática Educativa do MEB”

14 Devido ao acirramento do regime político, e dado o caráter emancipador e revolucionário de suas obras, Freire viu-se obrigado a deixar o país, e escreve ‘Pedagogia do Oprimido’ no Chile, no ano de 1968. O livro é proibido no Brasil, sendo publicado apenas no ano de 1974.

e não a que terceiros querem que seja dita. É essa importante escolha que caracteriza a Educação Popular.

Neste sentido, aquilo que se apresentava então como simples alfabetização e inclusão na forma de ‘educação de adultos’ converte-se em uma ferramenta com intencionalidade política clara: a Educação Popular. Leve-se em conta o fato, por exemplo, de que Paulo Freire foi o primeiro presidente do CEAAL (antigo ‘Conselho de Educação de Adultos da América Latina’, hoje ‘Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe’, mas sem alteração da sigla original), em 1987. No entanto, seria impreciso afirmar que hoje já não existe disputa. E justamente pela existência contemporânea de tal disputa conceitual em torno da Educação Popular é que se faz relevante o aprofundamento nesta pluralidade; por isso, diversos movimentos e redes vêm optando por agregar o qualitativo ‘freireana’ às suas organizações, como é o caso da Recid, uma ‘rede de educação popular freireana’.

Nossa opção, enquanto Rede de Educadores Populares, é pela educação popular freireana, que compreende a história enquanto um processo permanente de construção e reconstrução. O papel do educador é criar condições para que isso aconteça de maneira crítica e transformadora. Para tanto, prioriza a vivência de princípios libertadores na prática educativa, ou seja, não separa o processo do produto (BRASIL, 2011, p.19).

A partir desta breve contextualização, podemos perceber parte do caminho histórico que levou à concretização desta experiência chamada Rede de Educação Cidadã.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Partindo do princípio de que os movimentos sociais se apresentam como laboratórios de criatividade; experiências localizadas e concretas, com potencial efeito multiplicador, onde se testam novas alternativas societárias (SOUZA in SCHERER-WARREN, 1993) e que seus representantes ou militantes engajados são atores-chave na determinação dos rumos das transformações das sociedades, a presente pesquisa se propôs a estudar como os representantes e/ou militantes engajados em movimentos sociais no Brasil percebem a crise ambiental; de que modo estes atores articulam as pautas ecológicas com suas respectivas bandeiras de luta; e finalmente quais os projetos sociais e práticas militantes daqueles atores que se auto definem como ambientalistas,

Como recorte inicial optou-se por realizar o estudo no contexto da Rede de Educação Cidadã (RECID), posto que esta rede, em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) se define como “uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil”.

O método de procedimento adotado foi o monográfico ou estudo de caso (LAKATOS & MARCONI, 2003, p.221). O estudo de caso consiste em “uma investigação detalhada de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, com vistas a prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo” (MORESI, 2003, p. 102). Em especial quando o interesse do pesquisador é a relação entre o fenômeno e seu contexto. Os métodos de coleta de dados mais comuns em um estudo de caso são a observação e as entrevistas (MORESI, 2003).

O trabalho de pesquisa foi planejado para se desenvolver em oito fases, a saber: revisão bibliográfica; aproximação; análise documental; observação participante; aplicação de questionários; entrevistas em profundidade; análise global dos dados e redação final. Tratam-se de etapas não necessariamente subsequentes, mas algumas acontecendo concomitantemente com outras.

3.1. Revisão bibliográfica

A fase da revisão bibliográfica foi contínua, e se debruçou sobre um grande número de autores de diversas áreas do conhecimento. Citamos aqui apenas alguns exemplos de temas, como por exemplo autores focados na análise dos movimentos sociais na

contemporaneidade e suas articulações em redes de movimentos; e autores mais focados na metodologia de pesquisa.

Outro conjunto de autores de interesse para o estudo realizado foram aqueles que discorrem sobre o Pensamento Ecológico, e também aqueles focados na delimitação teórica do Ecologismo enquanto movimento social contemporâneo, com destaque ainda para autores focados na temática da ecologia política.

3.2. Aproximação

A aproximação com a Recid foi pensada de modo a contar com a intervenção de alguns educadores da Rede que atuassem como colaboradores da pesquisa, apresentando a proposta ao coletivo e retornando com a anuência do grupo quanto ao projeto inicial.

Por se tratar de uma pesquisa dentro de uma rede de pessoas, o processo de apresentação da proposta teve início ainda no começo de 2013, para um grupo de educadores de São Carlos - SP, e a partir daí a inserção na Recid foi se realizando de forma orgânica. Os educadores consultados levaram a proposta da pesquisa para uma reunião regional (Sudeste), onde foi aprovada, e na sequência foi proposta em esfera nacional, onde também recebeu aprovação dos membros da rede. Então, no início de 2014, a pesquisadora recebeu um convite para participar de um processo de formação da Recid São Paulo (Estado), chamado Comunidade de Aprendizagem em Educação Popular (CAEP), com duração de 200 horas, que se desenvolveu ao longo de seis encontros no espaço da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, SP; um centro de formação e educação construído pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A finalização da CAEP aconteceu no espaço da Ecovila Tibá, em São Carlos, SP no início de 2015.

Para o processo de pesquisa essa etapa foi muito importante pois permitiu à pesquisadora conhecer e se aproximar de alguns integrantes da Recid e suas ações. Os encontros da CAEP tiveram início em maio de 2014, e o sétimo encontro, no qual ocorreu a finalização da formação, se realizou no final de janeiro de 2015.

É importante ainda ressaltar que como forma de validação dos resultados e conclusões, assumimos o compromisso de, ao final da pesquisa, compartilhar com os colaboradores o texto final, como forma de oferecer um retorno quanto aos resultados e discussões apresentadas. Dentre os membros da Recid, Selvino Heck – ex-coordenador da rede junto ao Governo Federal – teve papel importante nesse processo de validação.

3.3. Análise Documental

Já a fase de análise documental foi elaborada com o objetivo de conhecer a história de formação da Recid e também identificar os movimentos sociais representados, as principais atividades dos educadores e também conhecer o posicionamento oficial da Recid acerca das questões ambientais e das relações entre sociedade e ambientes naturais. Esta análise visou ainda avaliar quais são as principais temáticas que aparecem diretamente ligadas à temática ecológica, ou que demonstram alguma afinidade com a temática ambiental.

Os materiais selecionados inicialmente foram documentos oficiais da RECID, como seu Projeto Político Pedagógico (PPP) vigente; os relatos de encontros macrorregionais e nacionais; e também outras publicações oficiais da Rede, como circulares e informes. Destacamos as seguintes publicações analisadas:

1. Projeto Político Pedagógico da Rede de Educação Cidadã (2011)
2. Sem cercas e muros: a Educação Popular no meio do povo (Análise do processo pedagógico das oficinas da Recid) (2012)
3. Recid 10 anos, sementes e frutos da educação popular (Cartas memória) (2013)
4. Informativo Recid - No 01 (2014)
5. Informativo Recid - No 02 (2014)
6. Caderno de Educação Popular e Direitos Humanos (2013)

Tivemos acesso também a um conjunto de informações (planilha do Excel), referente a mais de 4.000 atividades realizadas pela Recid em todo território nacional no período de julho de 2011 a julho de 2012, cuja análise levou à seleção de onze relatórios pedagógicos das atividades desenvolvidas pelos educadores, para análise mais aprofundada e avaliação da sua relevância enquanto possível material de estudo. Todos estes materiais encontram-se disponíveis *on-line* na página da Rede na *internet*, com exceção das planilhas Excel citadas e dos registros pedagógicos, que nos foram enviados por e-mail pela coordenadora do Projeto da Recid dentro da entidade âncora, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e estão arquivados na sede da instituição, em Porto Alegre - RS.

3.4. Observação participante

A etapa da observação participante (LAKATOS & MARCONI, 2003, p.194), realizada durante alguns dos encontros promovidos pela Rede de Educação Cidadã teve como principal meta a compreensão de suas dinâmicas de funcionamento, em especial com relação às práticas articulatórias e intervenções no real, além de fazer parte também da etapa de aproximação com a Recid e seus representantes. A observação participante se desenvolveu em quatro momentos distintos:

1. Comunidade de Aprendizagem em Educação Popular – CAEP, com duração de 200 horas (2014-2015);
2. VIII Encontro Macrorregional Sudeste (14 a 18 de novembro de 2014, Rio de Janeiro – RJ) que reuniu representantes dos Estados RJ, SP, ES e MG;
3. XIII Encontro Nacional da Recid – XIII E. N. Recid (26 a 28 de novembro de 2015, Brasília – DF) e;
4. Fórum Social da Educação Popular “Encontro da Educação Popular e Universidades: Experiências e desafios” (17 a 23 de janeiro de 2016, Porto Alegre – RS) / Fórum Social Mundial (FSM) Temático “Fórum Social Mundial Porto Alegre 15 anos: Balanço, desafios e perspectivas” - FST (19 a 23 de janeiro de 2016, Porto Alegre – RS)

Após a participação na CAEP a pesquisadora foi convidada para o VIII Encontro Macrorregional Sudeste, realizado em novembro de 2014, e que reuniu educadores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

A participação no encontro macrorregional foi muito importante pois, mais do que acompanhar o encontro como observadora, a pesquisadora foi convidada a participar do encontro indicada como representante da equipe de educadores da Recid do interior do estado de SP.

Esse encontro foi muito importante para ampliar a compreensão sobre o funcionamento da Recid e conhecer outras iniciativas com potencial para serem objeto de aprofundamento no decorrer da pesquisa.

Durante o ano de 2015 a Recid iniciou um processo de reestruturação, por conta do iminente término do Convênio com a Secretaria Geral da Presidência (depois renomeada como Secretaria de Governo da Presidência da República) e, desse modo, articulou-se uma

última atividade oficial da Rede de Educação Cidadã, o XIII Encontro Nacional da Recid, para definir os rumos da Rede naquela conjuntura.

Para a participação no XIII Encontro Nacional da Recid buscamos novamente uma indicação, porém devido ao número limitado de vagas para cada estado a mesma não foi possível.

Como naquele momento a perspectiva era de que possivelmente fosse o “último” encontro da Rede, e diante da conjuntura e possibilidade de não continuidade das atividades da Recid dentro do formato de um convênio com a SG / SDH, mesmo sem a indicação formal, para representar o Estado, com anuência de membros da CN e do Estado de SP, a pesquisadora compareceu ao evento como observadora, sendo muito bem recebida e apoiada por vários membros da Rede.

Neste encontro estavam presentes educadores da Recid de todo o território nacional; bem como a equipe de articulação do governo federal e também representantes de organizações e movimentos sociais convidados.

Um dos principais encaminhamentos do XIII EN foi a proposta de uma reformulação estrutural da Recid, independentemente do convênio junto ao Governo Federal. Foi realizado ainda o agendamento de uma reunião da Recid no contexto de dois eventos concomitantes, o Fórum Social da Educação Popular, e o Fórum Mundial Social (FSM) Temático 2016 “Fórum Social Mundial Porto Alegre 15 anos: Balanço, desafios e perspectivas”.

A Reunião agendada para janeiro de 2016 foi desmarcada de última hora, entre outros fatores por falta de recursos, porém foi realizada pela Recid uma atividade autogestionada no território do FSM, intitulada “Espaços Educadores nas Políticas Públicas”.

As observações foram registradas em um diário de campo, constando informações referentes a pessoas e acontecimentos relevantes para o estudo, e também em meio digital com gravações em áudios e vídeos, que foram utilizados *a posteriori* na elaboração das interpretações e considerações finais.

3.4.1. Questionários

Durante a participação no XIII Encontro Nacional da Recid (2015) e durante a participação no Fórum Social Mundial Temático (2016) foi aplicado um questionário bastante sucinto junto a alguns participantes, com intuito de conhecer suas principais militâncias e instituições de origem; sua compreensão / definição do conceito de sustentabilidade; e ainda

de sondar as aproximações / distanciamentos percebidos pelos atores entre suas bandeiras de luta e a pauta ambientalista.

As três perguntas do questionário são:

1. Você conhece () ou atua () na Rede de Educação Cidadã (Recid)? (marque com um X). Caso atue qual sua principal atuação junto a Recid? Caso não atue descreva sua militância (atuação / movimento / bandeira de luta)
2. O trabalho que você desenvolve tem alguma relação com o Movimento Ambientalista, ou com os temas da sustentabilidade; Meio Ambiente ou Ecologia? Caso a resposta seja sim, explique qual a relação que você vê e por quê:
3. Pensando nas questões ambientais, como você explicaria o que é sustentabilidade?

Foram coletados 147 questionários. Destes, 77 foram respondidos por membros ou parceiros da Recid e 70 por militantes de Movimentos Sociais não ligados à Rede de Educação Cidadã.

A aplicação destes questionários foi realizada de maneira individual, através de uma apresentação e conversa sobre o tema da pesquisa, e o preenchimento do formulário foi acompanhado pela pesquisadora.

As respostas aos questionários foram avaliadas à luz da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), obedecendo as três etapas principais da técnica: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Realizou-se a codificação e categorização das respostas e ainda a contagem frequencial, tanto das categorias quanto dos termos e expressões de interesse, de modo a construir nuvens de palavras e embasar as inferências, com destaque à orientação das análises focada nos referenciais teóricos.

3.5. Entrevistas

De modo complementar, a etapa de entrevistas (LAKATOS & MARCONI, 2003, p.194) teve como foco um contato mais íntimo com alguns dos atores que protagonizam a questão ambiental no interior da Recid, de modo a conhecer suas raízes; quais os processos educativos desenvolvidos por eles; seu público-alvo; os principais sucessos e dificuldades enfrentadas; as relações com outras pautas e movimentos; e ainda as alternativas por eles praticadas / idealizadas no campo das lutas sociais de caráter ecológico.

As entrevistas foram realizadas de modo presencial e *on-line* de acordo com as possibilidades e disponibilidade dos entrevistados. Algumas entrevistas não foram utilizadas na elaboração do documento final da tese por não apresentarem conteúdo significativo para a pesquisa.

Destaca-se a participação de Selvino Heck, ex-coordenador da Recid, como colaborador ininterrupto durante todo o processo de pesquisa, fornecendo informações de grande relevância e também *feedback* com relação ao texto final.

Os dados e observações foram avaliados à luz da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), e da proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais da América Latina, de Gohn (2012). Observou-se em especial o desempenho, representatividade e mesmo a valoração das pautas ambientais em sua relação com as demais demandas sociais existentes no interior da Rede de Educação Cidadã.

Como horizonte utópico, a pretensão ao longo da realização da pesquisa era jogar luz sobre os pontos de convergência entre diversos movimentos sociais distintos, de modo a fornecer elementos que possam vir a facilitar sua inteligibilidade e integração, propondo a Cosmovisão Ecológica como paradigma norteador para as lutas e movimentos sociais, tanto os clássicos como os novos, no anseio de colaborar para o fortalecimento destas lutas e ampliar sua capacidade de transformação da realidade rumo a Sociedades Sustentáveis e justas em sentido amplo e irrestrito.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

A economia deve submeter-se à ecologia. Por uma razão muito simples: a Natureza estabelece os limites e alcances da sustentabilidade e a capacidade de renovação que possuem os sistemas para auto renovarem-se. Disso dependem as atividades produtivas. Ou seja: se se destrói a natureza, destroem-se as bases da própria economia.

Alberto Acosta

O presente capítulo apresenta uma sistematização e análise dos principais resultados, organizados em quatro tópicos: (1) o histórico da Rede de Educação Cidadã; (2) as articulações entre os diversos movimentos sociais presentes na rede e também com o ambientalismo; (3) ações e atividades ligadas às questões ambientais e seus principais conteúdos e (4) as principais percepções dos atores sociais entrevistados sobre o ambientalismo e o conceito de sustentabilidade.

4.1. Histórico da Rede de Educação Cidadã (Recid)

A Recid, apesar de ser parte e fruto de um longo processo histórico, é uma experiência de mobilização social e educação popular recente do ponto de vista cronológico. Existe há quinze anos. Em seu Projeto Político Pedagógico a RECID se define como:

[...] uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira, principalmente das famílias em condições de vulnerabilidade social, promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação (BRASIL, 2011, p. 5).

A história da Recid tem suas raízes no lançamento do Programa Fome Zero, momento no qual se constituía de uma equipe de educadores com a missão de mobilizar organizações e movimentos sociais em todo o território nacional, para atuarem junto ao Programa, motivo pelo qual iremos iniciar a apresentação da Rede a partir daquele momento.

O Programa Fome Zero foi lançado em 2003, pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, e mais do que um programa, foi pensado como uma estratégia de enfrentamento à fome e de redução das desigualdades sociais (ARAÚJO, 2005). Para tanto, o Governo conclamou os diversos segmentos da sociedade a se engajarem neste projeto, e criou

o Setor de Mobilização Social do Programa Fome Zero, diretamente ligado à Presidência da República, como mecanismo de atuação do programa junto à sociedade civil organizada.

Para coordenar este setor foram convidados Frei Betto e Oded Grajew, que desenharam uma rede de mobilização organizada basicamente em torno das siglas MESA (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – já extinto); SAL (Agentes de Segurança Alimentar); COPO (Conselho Operativo do Fome Zero); PRATO (Programa de Ação Todos pela Fome Zero); e TALHER (Equipe de Capacitação para a Educação Cidadã).

Selvino Heck explica¹⁵ como foi o processo inicial de estruturação da Recid quando uma:

[...] equipe de educadores populares convidados por frei Betto, começou a construir um conjunto de ações e iniciativas no que se chamava de ‘saciar a sede de beleza’, isto é, de direitos, de cidadania, de participação social, ao lado e junto das ações emergenciais e estruturantes do Fome Zero, no sentido de ‘matar a fome de pão’, das dezenas de milhões de pobres, famintos então existentes no Brasil.

A equipe do TALHER começou a visitar as diversas regiões do Brasil, a fazer contatos com os movimentos sociais e populares, as igrejas, as prefeituras e todos aqueles interessados em construir os Comitês Gestores do Fome Zero, constituídos em Assembleias Populares em todos os municípios, começando pelo Semi-árido nordestino, primeira prioridade das ações do Fome Zero [...] [o] primeiro Encontro mais amplo [da Recid] aconteceu em junho de 2003, em Caucaia, Ceará, com a presença de todos os Estados nordestinos, e o seu primeiro Encontro nacional aconteceu em Belo Horizonte em outubro de 2003 (informação pessoal).

O nome Recid aparece oficialmente no ano de 2005, com a concretização de um convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – instituído em janeiro de 2004 após a extinção do MESA – e o Instituto Paulo Freire (IPF), como um projeto que visava a organização e participação das famílias ligadas ao Programa Fome Zero, com vistas à formação para a cidadania plena desse grupo de pessoas (RECID, 2013).

O nome RECID – Rede de Educação Cidadã – surgiu e foi assumido como tal entre final de 2003 e 2004, a partir do momento em que se conseguiu constituir/formar uma rede de educadoras/es populares em nível nacional. Com o primeiro convênio com o MDS, o nome aparece oficialmente em 2005, mas a decisão aconteceu antes. O nome inicial pensado era o de REDE DE EDUCAÇÃO POPULAR – esse era o espírito –, mas por prudência e sugestão de Frei Betto o nome acabou sendo de Rede de Educação Cidadã (informação pessoal).

A estrutura da proposta de mobilização social do Programa Fome Zero visava garantir a segurança alimentar e ao mesmo tempo proporcionar “portas de saída” do Programa, e foi organizada da seguinte maneira:

15 HECK, S. TESE RECID ESTELA. Mensagem recebida por <selvinoheck@terra.com.br> em 17 mai. 2018.

Figura 3. Estrutura da proposta de mobilização social do Programa Fome Zero. Fonte: ARAÚJO, 2005, p. 4 - adaptado por nós.

O Setor de Mobilização Social, era composto pelos TALHER nacional, estadual e municipal. O Talher Nacional era uma articulação entre o COPO, o PRATO e o SAL.

Essa estrutura do setor de mobilização social foi elaborada partindo de elementos simbólicos relacionados à alimentação como explica Moura (2004, *apud* ARAÚJO, 2005, p.21):

Para canalizar os esforços conjuntos da sociedade, o Setor de Mobilização Social do Fome Zero propõe uma forma de organização que poderá contribuir para que cada cidadão e cidadã possam se orientar no seu papel a ser desempenhado. Para isto, foi pensada uma estrutura de mobilização amparada em palavras de fácil assimilação, carregada de simbolismo e conotação com instrumentos ligados à alimentação.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) era um órgão colegiado cuja função era a de traçar as diretrizes da política de segurança alimentar e nutricional do governo federal, com caráter consultivo, e composto por representantes da sociedade civil (2/3 dos membros) e representantes do governo federal (1/3 dos membros) (MANCIE, 2004, p. 253).

Bem recentemente a Medida Provisória 870 de 2019, publicada no primeiro dia do mandato do presidente Jair Bolsonaro extinguiu o órgão. A importância do CONSEA é explicitada por Karu (2019) em texto publicado em defesa do órgão:

O CONSEA, em sua atuação, foi responsável pela articulação e planejamento de um conjunto de medidas, desde a fiscalização e monitoramento de políticas públicas já existentes, formulando denúncias de ameaças ao Direito Humano à Alimentação

Adequada e Saudável / Segurança Alimentar e Nutricional como: uso indiscriminado de agrotóxicos, liberação de transgênicos, flexibilização das normas ambientais, uso predatório de recursos naturais, devastação e manejo inadequado dos biomas brasileiros, regulação de alimentos não saudáveis, etc., até o planejamento de novas ações e/ou qualificação de programas governamentais, como a melhoria da qualidade da alimentação escolar – PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], a criação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, a organização da Estratégia Intersetorial de Controle e Prevenção da Obesidade, entre outros. O presidente Jair Bolsonaro, em seu primeiro dia de mandato, 01/01/2019, editou a Medida Provisória 870, que altera as atribuições e a estrutura dos ministérios e dos órgãos ligados à Presidência da República. Por meio dela, é proposto a revogação de alguns itens da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei 11.346/200). A LOSAN cria o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, onde o CONSEA é uma instância importante de diálogo com a sociedade. A MP revoga os itens relacionados ao CONSEA, impactando na sua extinção. O CONSEA estava previsto como um órgão de assessoramento à Presidência da República, com a competência institucional de apresentar proposições e exercer o controle social na formulação, execução e monitoramento das políticas de segurança alimentar e nutricional. [...] O CONSEA é um espaço de vigilância para que o Estado não deixe de cumprir seu dever constitucional para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é a voz da sociedade nos processos decisórios relacionados ao direito à alimentação digna, justa e consciente, no Brasil. Com um caráter intersetorial, se consolidou a partir do diálogo, reunindo setores diversos que trabalham com “comida de verdade”, em todas as etapas do processo: desde a escolha da semente (origem), técnicas de produção sustentáveis, aproveitamento integral dos alimentos e reciclagem (meio ambiente) até o consumo, incluindo a utilização biológica e seus riscos à saúde (KARU, 2019, s.n.).

A função dos membros do COPO era a recepção e distribuição de donativos, estabelecendo parcerias com instituições, empresas e voluntários, e credenciando entidades e famílias beneficiadas (MANCE, 2004, p. 254).

A equipe do PRATO era formada por grupos de voluntários que organizavam as coletas e as doações, e, seguindo a coordenação dos COPOs, encaminhavam os donativos às entidades que distribuíam os alimentos (MANCE, 2004, p. 254).

Os SAL (Agentes de Segurança Alimentar), que eram mais conhecidos nos municípios como Agentes Comunitários de Saúde faziam o acompanhamento das condições nutricionais e de saúde das famílias carentes, com especial atenção às gestantes e crianças entre 0 e 6 anos de idade (MANCE, 2004, p. 255).

O TALHER é apresentado por Mance (2004) como responsável não apenas pela alimentação física, mas também mental e espiritual, trazendo uma descrição de suas funções de um documento do próprio MDS publicado em 2004:

O TALHER [...] é uma equipe que prepara monitores que por sua vez capacitam quem participa e trabalha nos COPOs, PRATOs ou atua como SAL. Além disso, ajudam a formar muitos outros TALHERES pelo Brasil afora. Por isso o Fome Zero não quer apenas saciar a fome de pão. Quer saciar a fome de beleza, promovendo a educação cidadã dos beneficiados (MANCE, 2004, p. 255).

Interessa para o presente histórico a apresentação do TALHER, pois foi essa equipe que deu origem à Rede de Educação Cidadã.

Como define Araújo (2005), “Talher”:

É uma palavra inspirada no espanhol, “taller”, que significa capacitação. O Talher deve ser formado por educadores populares com o objetivo de promover a mobilização da sociedade e a capacitação dos ‘agentes’ do Programa Fome Zero - PFZ e das ‘famílias’ beneficiadas com base numa educação cidadã multiplicadora (ARAÚJO, 2005, p. 5 *apud* MOURA, 2004, p.22).

Entre os educadores da Rede circula também uma interpretação ligada ao significado da palavra ‘talher’ em português, em sua semântica usual. Talher é um instrumento que nos auxilia na alimentação, é aquilo que leva a comida à boca (*ipsis verbis*). Dessa forma, o Talher Nacional representaria uma ferramenta de auxílio não assistencialista, levando ao empoderamento e protagonismo dos indivíduos no sentido de, não apenas oferecer alimento, mas sim os meios para consegui-lo. Tal interpretação alinha-se com o intuito de criar ‘portas de saída’ para Programa Fome Zero.

O Talher Nacional (ou Equipe de Mobilização e Formação Nacional do Projeto Fome Zero), naquele momento consistia numa equipe de sete educadores responsáveis pela capacitação dos Agentes de Segurança Alimentar (SAL). Ainda em 2003 foi realizado o “1º Seminário Nacional de Talheres do Programa Fome Zero”, que reuniu mais de 200 pessoas de todos os estados brasileiros e do DF, com o objetivo de planejar as ações e formar as equipes estaduais para um trabalho integrado em todo o território nacional.

Após esse primeiro encontro, um dos sete componentes do Talher Nacional, apontou em entrevista que, naquele momento, destacavam-se ações estruturantes com vistas a inserção dos beneficiários do Programa na esfera da cidadania associadas à distribuição de renda, com destaque para ações de alfabetização. E também observou que, naquele momento inicial do programa, já era “generalizada a prática da formação de grupos de alfabetização” (ADITAL, 2003).

Dois anos depois, em 2005, é realizado o primeiro Programa de Formação de Educadores (as) Populares e Nucleação de Famílias cujo objetivo foi: “desenvolver com as famílias em vulnerabilidade social um processo sistemático de formação e organização” (TALHER, 2010, p.2). Com vistas a dar escala ao projeto de formação para a cidadania iniciado por esta equipe é, então, firmado o convênio entre o MDS e o Instituto Paulo Freire, momento no qual o projeto é batizado oficialmente, e nasce a Rede de Educação Cidadã (RECID, 2013).

É interessante notar que até este momento, por mais que a proposta de educação para cidadania já estivesse ancorada numa visão emancipatória da educação, o trabalho dos educadores populares ligados ao Talher fazia parte de uma estratégia que incluía outros “programas complementares” do Fome Zero, também chamados de “portas de saída” do Programa. Entre os programas complementares estava a alfabetização dos beneficiários, a geração de emprego e renda, a educação para a cidadania e a facilitação de acesso a documentos de identificação (MDS, 2005, p.11).

Após as etapas de estruturação e organização da Rede; da realização do planejamento estratégico de suas ações; e da realização do Programa de Formação de Educadores (as) populares; no ano de 2006 ocorrem dois saltos qualitativos importantes na RECID. O primeiro foi a busca pelo aprofundamento na “compreensão sobre educação popular enquanto um instrumento de transformação da realidade, a partir da metodologia freireana” (BRASIL, 2011, p. 5); e o segundo foi o desenvolvimento de um trabalho de sistematização das experiências realizadas, processo que envolveu, entre outras coisas, a problematização coletiva das ações cotidianas dos educadores e educadoras, em todas as regiões brasileiras (BRASIL, 2011). Esse trabalho de sistematização resultou na publicação “Vamos lá fazer o que será: mobilização social e educação cidadã”, lançado em dezembro de 2007, e deu origem, também, ao vídeo “Vamos lá fazer o que será - Versão reduzida” (RECID, 2007), ambos abrangendo os acontecimentos referentes ao período entre 2003 e 2006.

É possível, assim, traçarmos um paralelo entre este primeiro momento da Recid e a própria educação popular, cuja história apresenta algumas divergências, disputas e até mesmo contradições; faz-se mister compreendermos a pluralidade da educação popular:

Há que se admitir [...] que na história da América Latina, a denominação “educação popular” é também usada com outros sentidos, por outros atores e outras direções (por exemplo, como educação do povo feita pelo Estado, com objetivo de moralizá-lo, “civilizá-lo” ou, em outras etapas, “integrá-lo” ao desenvolvimento). Porém, tal como temos conhecido e conceitualizado, a Educação Popular, a partir dos anos 1960, relaciona-se com as contribuições que uma nova forma de educar (libertadora ou problematizadora, em sentido freireano) podia pôr em prática para favorecer o protagonismo histórico dos oprimidos (GARCÉS, 2006, p. 77).

Dando continuidade aos avanços qualitativos da Rede, um passo importante foi dado desde 2006, com a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Recid - PPP - com o intuito de “explicitar e assumir a intencionalidade política da Rede de Educação Cidadã” (BRASIL, 2011, p.5). Após um processo de construção “amplamente dialógico e dialético” (*ibidem*) o PPP é aprovado em 2007 no “8º Encontro Nacional da Recid”, em Plenária Nacional, com a presença de 300 educadores.

O PPP é um documento criado com a proposta de orientar a construção de condições objetivas para a realização de um Projeto Popular para o Brasil; assim o documento elenca as características gerais deste projeto, e os princípios e diretrizes para sua realização. Em última análise, o Projeto Popular citado tem como objetivo a transição ao socialismo. A definição de socialismo presente no PPP é a que segue:

Sistema político que propõe a organização social, política, econômica e cultural de uma sociedade, pautada na coletividade, em relações de poder libertadoras, na igualdade de acesso a riquezas e na realização de cada ser humano, em suas possibilidades. Tem como exigência a superação da relação oprimido-opressor e, portanto, de injustiça e de dominação social. Trata-se de uma "utopia militante", construída pouco a pouco e a cada dia (BRASIL, 2011, p.9).

Aqui, fazemos uma rápida digressão para o melhor entendimento do contexto histórico que propiciou o surgimento da Recid. Trata-se da alteração da dinâmica e do horizonte geral das lutas e movimentos sociais, nos quais a educação popular está inclusa.

Podemos dizer que esta transição é fruto do esgotamento de umas *práxis* predominantemente ‘estadocêntrica’ de conquista das estruturas por parte dos movimentos e partidos organizados. Em diferenciação a esta tendência, hegemônica nos anos 60, assistimos ao crescimento das lutas identitárias, que colocam na ordem do dia a experiência dos indivíduos e a importância da disputa das consciências, subjetividades e da cultura de maneira geral. Trata-se de uma transição paradigmática fundada num intenso debate entre paradigmas; do chamado ‘socioestrutural’ ao ‘sociocultural’, e cujos principais dilemas apontam para a emergência de um paradigma teórico Latino-Americano sobre os movimentos sociais (GOHN, 2012).

Importante ressaltar a coexistência, histórica e temporal, de tais (e outros) paradigmas. A emergência de um não resulta necessariamente no desaparecimento do outro - a resolução das divergências no campo teórico não se dá pela simples superação linear de uma concepção em detrimento de outra. Sobre isso, Garcés (2006) afirma que

[...] não há uma contradição insanável entre ambos paradigmas se levarmos em conta – como disse o historiador inglês P. Thompson – que a classe não é uma coisa, mas uma relação, uma experiência vinculada às relações de produção em que homens e mulheres nascem, e nas quais entram de modo involuntário – como Marx havia indicado –, enquanto que a “consciência de classe” – registra Thompson – “é a forma em que se expressam estas relações em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais”. Ou seja, sob o enfoque thompsoniano, a perspectiva de classe requer ser reconhecida e analisada também a partir de chaves culturais (GARCÉS, 2006, p. 85).

As lutas dos anos 60 constituíam-se, majoritariamente, a partir de um claro recorte de classe, com foco na figura dos trabalhadores e do proletariado enquanto sujeitos revolucionários por excelência; e com um referencial socialista de tomada do Estado.

A partir de uma série de experiências históricas onde as utopias socialistas desembocaram em um ‘socialismo real’ repleto de contradições, muitos viram-se estimulados a pensar outras perspectivas de luta: eis que os ‘novos movimentos sociais’ alavancam as lutas identitárias e contra as opressões, tais como questões de gênero, étnica, de diversidade sexual, luta pela terra, moradia, etc. (GOHN, 2012; SCHERER-WARREN, 1993).

Desse modo, não só estaríamos diante de novas formas de fazer política, mas também diante de novas formas de relações sociais; o que se estaria transformando são os modos de construir a sociedade, as relações entre o público e o privado, o social e o político, as ideologias e as instituições etc. (GARCÉS, 2006, p. 81).

Por último, tal transição não deve ser entendida como a negação do antigo pelo novo

[...] evidentemente, deve-se reconhecer que existe uma guinada das noções estadocêntricas dos anos 1960 para as noções “socioterritoriais”, porém isso não implica que o Estado deixou de ser uma referência fundamental para os movimentos. A questão é, no entanto, que os movimentos não podem esgotar-se em sua relação com o Estado [...], mas, ao mesmo tempo, não podem renunciar a ver no Estado uma instância que influi nos processos de democratização da sociedade (*ibid.*, p. 89).

Além disso, a reunião dos movimentos sociais “clássicos” e “novos” em uma rede – caso da Recid – aponta na direção de uma nova cultura política baseada na ideia de pluralidades despolarizadas, como propõe Santos (2007) ao discutir a necessidade de inteligibilidade e articulação das ações coletivas como horizonte utópico para a transformação social.

E no que diz respeito à educação popular neste processo, podemos concebê-la enquanto um

[...] componente das dinâmicas dos movimentos sociais, componente que colabora nos processos de autoconsciência individual e coletiva; reforça os processos de autonomia e criação cultural; favorece o desenvolvimento de iniciativas que formulam e recriam permanentemente “o público” e, no meio destes processos, favorece também “o salto” da diversidade em direção aos processos inéditos e democráticos da unidade de nossos povos” (GARCÉS, 2006, p. 89).

Podemos entender a Recid como uma espécie de concretização de tal síntese e trajetória histórica. Um de seus principais lemas é o “pé dentro, pé fora: na ciranda do poder popular” (RECID, 2013): um pé dentro do Estado e outro na sociedade civil.

Faz-se importante lembrar que a Recid é a maior iniciativa concreta contemporânea em educação popular freireana no Brasil, e, de certa forma, isso só foi possível com a ascensão ao poder por parte de uma determinada força política, o Partido dos Trabalhadores. Ou seja: a Rede de Educação Cidadã é fruto de uma mediação entre o Estado (na forma de um governo progressista) e da sociedade civil organizada; fruto da conjunção de uma luta pela

tomada do Estado e de diversas lutas identitárias protagonizadas por inúmeros movimentos sociais.

Retomando o histórico da Recid, já no ano de 2009 é realizado o segundo programa nacional de formação, com a temática da pesquisa participante, e:

No primeiro semestre de 2009, a Recid aprofundou o estudo do tema da Educação Popular como Política Pública nas equipes do então Talher Nacional e da Comissão Nacional da Recid (comissão de 12 representantes da sociedade civil que compõem o coletivo nacional de coordenação da Recid), tendo elaborado a estratégia de construção da Política Nacional de Educação Popular, incluindo a produção e disseminação de um texto com o mesmo nome (SG, 2014, p. 12).

A Recid participou do Fórum Social Mundial, em Belém, PA (2009) e do Fórum Social das Américas (2010) em Assunção, no Paraguai, em ambos os eventos a Recid “pautou a necessidade de pensar os desafios e perspectivas para a Educação Popular como política pública” (SG, 2014, p. 12).

Houve desdobramento do debate sobre Educação Popular e Políticas Públicas em todos estados e no Distrito Federal, por meio das equipes estaduais da Recid: participação no processo da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae/2010), com realização de oficina autogestionária sobre a Educação Popular como Política Pública, envolvendo organizações como União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), Fórum Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (Aneps) e movimento da economia solidária. O resultado foi a aprovação para avançar na Educação Popular no Eixo I da Conferência, que falava do papel do Estado na garantia do direito a uma educação de qualidade (S.G., 2014, p.13).

Ainda no ano de 2010 inicia-se a segunda experiência de sistematização das ações; desenvolvida com foco na avaliação das práticas da Recid, e na sua capacidade de fortalecer a construção de experiências de poder popular com os grupos que acompanhava.

Em 2011 foi criado o Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã na Secretaria Geral da Presidência da República (Decreto 7.688/2012), através do qual foi publicado, em 2014, o “Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas” (SG, 2014) processo este do qual a Recid participou ativamente.

No decreto publicado em 2012 as competências do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã constavam como parte do Art. 17 como sendo:

- I - desenvolver processos de educação popular voltados para o acesso a políticas públicas, com prioridade para as populações vulneráveis;
- II - apoiar e promover processos formativos de lideranças e de educadores populares;
- III - articular com os movimentos sociais na área de educação popular para atuação junto aos programas sociais e às políticas do Governo Federal;

IV - articular e integrar social, política e culturalmente as práticas de educação popular no âmbito do Governo federal, promovendo sua intersetorialidade;

V - promover e fomentar estudos, pesquisas e avaliações, com indicadores e metodologias participativas, no campo da educação popular; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Secretário Nacional (DECRETO 7.688/2012).

O Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã deixa de existir com a publicação do Decreto 9.038/2017, já sob o mandato de Michel Temer.

Na entrevista concedida¹⁶, Selvino Heck ressalta ainda que foi a constituição do Departamento de Educação Popular e de Mobilização Cidadã, dentro da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República que permitiu “uma articulação mais efetiva dos diferentes atores internos ao governo” (informação pessoal) ligados à Recid e conta que:

O I Seminário de Processos Formativo-educativos do Governo Federal aconteceu em 6 de outubro de 2011, onde, segundo o livro do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (p. 15), “ficou definida a elaboração de uma sistematização dessas experiências e a elaboração de diretrizes de orientação para tais ações no âmbito do Governo Federal” (informação pessoal).

Ainda no ano de 2011 é publicado o resultado do segundo processo de sistematização da Recid, com o título “Pé dentro, Pé Fora - Na Ciranda do Poder Popular” e também um vídeo homônimo (RECID, 2011) com a duração de 48 min, apresentando reflexões sobre o período de 2009 e 2010.

Em 2012 educadores (as) da Recid participam da Cúpula dos Povos, promovendo o debate acerca do tema “Educação popular e o bem viver”,

Como consta no Marco (S.G., 2014):

Assumida como prioridade da Recid, a construção da Política Nacional de Educação Popular (PNEP) vem, desde 2012, desdobrando-se em várias atividades (reuniões, encontros e articulações políticas), incluindo a participação no processo da Conae/2014, visando consolidar e avançar em uma proposta no seu documento final (S.G., 2014, p. 13).

No segundo semestre de 2013 iniciou-se a experiência de educação a distância, por meio de uma plataforma *moodle* (um ambiente virtual de aprendizagem) na qual educadores (as) e educandos (as) começaram a ter a possibilidade de desenvolver estudos e ações prévias preparatórias para os encontros presenciais da Rede. Porém desde 2014 a incerteza quanto à renovação do convênio que dava suporte financeiro à Recid, entre a SG/Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e o Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp), não permitiu a avaliação

¹⁶ HECK, S. TESE RECID ESTELA. Mensagem recebida por <selvinoheck@terra.com.br> em 17 mai. 2018.

do impacto da adoção da plataforma digital de educação à distância pela equipe de sistematização do CAMP.

Durante o ano de 2015 a Recid iniciou um processo de reestruturação, por conta do iminente término do Convênio com a Secretaria Geral da Presidência (atual Secretaria de Governo da Presidência da República - SG), desse modo articulou-se uma última atividade oficial da Rede de Educação Cidadã, o XIII Encontro Nacional da Recid, em novembro de 2015, realizado em Brasília, para definir os rumos da Rede naquela conjuntura política do Brasil.

Neste encontro estavam presentes cerca de noventa educadores da Recid, a equipe de articulação do governo federal, com representantes da Secretaria de Governo - Secretaria Nacional de Articulação Social, e também da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e representantes dos Ministérios da Saúde, da Cultura e da Educação, além de aproximadamente uma centena de representantes de organizações e movimentos sociais convidados a compor a Rede no próximo período. O encaminhamento do XIII EN foi a reformulação estrutural da Recid, independentemente do Governo Federal, e a agregação de movimentos e instituições convidadas (RELATÓRIO, 2016).

A partir de 2017, apenas a região Nordeste da Recid conseguiu se manter articulada através de um projeto financiado pela União Europeia. O projeto “Organizações da sociedade civil do Nordeste incidindo sobre mecanismos de participação e controle social para a efetivação de políticas públicas” com duração de três anos (fevereiro de 2017 a janeiro de 2020), acontece através de uma parceria entre a Casa Pequeno Davi e Rede de Educação Cidadã (Recid), e também com o Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social, a ONG Menina Feliz, e a United Purpose, com co-financiamento da União Europeia. Esse projeto atende aos Estados da Paraíba (PB) e do Ceará (CE) (UNITED, 2018, s.n.).

Por conta desta parceria a região Nordeste continua articulada de maneira sólida promovendo atividades presenciais e reflexões sobre a atual conjuntura político social do país.

Entre 12 e 14 de outubro de 2017 ocorreu um encontro Macrorregional Nordeste da Rede de Educação Cidadã (Recid) que reuniu educadores/as da região para:

[...] realizar análise de conjuntura do país à luz das lutas sociais e das experiências de atuação em Rede no Nordeste, bem como reanimar e fortalecer a rearticulação/mobilização dos coletivos estaduais da região. Com um caráter formativo, o encontro também trouxe a reflexão dos caminhos da Recid considerando as experiências acumuladas para construir novos caminhos (CASA, 2017, s.n.).

Figura 4. Fotos do encontro Macrorregional Nordeste da Rede de Educação Cidadã (Recid), realizado no ano de 2017 (CASA, 2018).

Coletamos algumas imagens deste encontro que refletem a situação daquele momento para os participantes, e transcrevemos abaixo a situação da rede para estes atores naquele momento.

RECIB PARAÍBA

Como estamos?

Articulados em três microrregionais

Três momentos estaduais 2017 [encontros]

Com a chegada de instituições (com o projeto [Organizações da sociedade civil do Nordeste incidindo sobre mecanismos de participação e controle social para a efetivação de políticas públicas]) representatividade de grupos e ONGs

Duas organizações novas na coordenação do projeto

Zona da Mata - 19 instituições

Borborema - 24 instituições

Sertão - 27 instituições

Atualmente vivemos dois momentos:

Organizações que já faziam parte da Rede

Grupos acompanhados pela RECIB através do projeto

Público: juventudes, catadores/as, criança e adolescente, mulheres, camponeses/as

Em articulação com redes e outros espaços.

Ex: Frente Brasil Popular,

Grito dos Excluídos,

Participação no evento da ASA [Articulação no Semiárido Brasileiro].

RECIB - PI

Como estamos?

Como rede, bastante desarticulados, porém, como educadores/as continuamos engajados e contribuindo com as lutas.

- Pouca comunicação
- Dificuldade em socializar o que estamos fazendo
 - Continuidade do curso de educadores jovens
 - Fórum de igualdade racial

Oficinas de educação cidadã e igualdade racial com adolescentes

Limites / desafios:

A crise econômica e política;

A ausência de perspectivas animadoras / recursos

Isolamento das pessoas

Falta uma articulação para uma agenda das instituições com da Recid

E, em maio de 2018, Heck falou sobre as perspectivas de continuidade da Recid de maneira estruturada.

No último Encontro Nacional da RECID, discutiu-se o futuro da RECID, mesmo sem se saber exatamente o que iria acontecer no Brasil – golpe, impeachment, etc. -, com a preocupação de sua continuidade e de sua autonomia. Aliás, debate que já vinha acontecendo, de algum modo, dentro da RECID, dada a sua ‘dependência’ dos recursos do governo federal.

O governo golpista, por sua natureza, jamais iria apoiar ou tolerar uma Rede como a RECID, que tem como referência a educação popular e Paulo Freire. Assim, dentro do governo federal não há mais RECID, nem recursos para sua manutenção ou continuidade (informação pessoal).

Além disso, Heck falou um pouco sobre aquele momento e o funcionamento da Recid:

Atualmente, maio de 2018, a RECID mantém-se de diferentes formas, em alguns casos, mais organizada e atuando como Rede, em outros, com seus/as educadores/as atuando como militantes em diferentes espaços de movimentos, ONGs, pastorais, Fóruns, apresentando-se como membros da RECID e assim por diante. Continuam também relações e contatos através de redes sociais, especialmente Facebook e WhatsApp, onde há comunicação regular entre seus membros e seu Coletivo Nacional, até hoje não declarado extinto, com participação de alguns integrantes que estavam no governo federal.

Os educadores, em alguns Estados, continuam se encontrando, embora com precariedade. Até porque a natureza da RECID está no ‘pé dentro, pé fora’. Qualquer continuidade dá-se apenas com o ‘pé fora’ da institucionalidade e de governos. A exceção é a RECID na região Nordeste, onde continua atuando organizadamente, fazendo Encontros, atividades na base popular como RECID.

Neste âmbito, há contatos e relações eventuais com CLACSO [Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais] /FLACSO [Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais], ENFF [Escola Nacional Florestan Fernandes - MST], ABONG [Organizações em defesa dos direitos e bens comuns], CEAAL [Conselho de Educação de Adultos da América Latina] e outras organizações, por exemplo, no Fórum Social Mundial, onde foram realizadas atividades conjuntas com participação da RECID (informação pessoal).

Observando essas avaliações feitas pelos membros da Recid no Nordeste e por Selvino Heck podemos facilmente perceber a importância do projeto co-financiado pela União Europeia como aglutinador das pessoas e fomentador de atividades de educação popular realizadas pelos educadores da rede, e também a preocupação com o momento político-econômico incerto que o Brasil vem atravessando desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

4.2. Articulação entre os movimentos sociais participantes da Recid.

4.2.1. Principais parcerias da Recid e temáticas mais trabalhadas nas atividades desenvolvidas

Ao longo dos mais de dez anos de existência da Recid foram realizados inúmeros trabalhos de formação, envolvendo centenas de milhares de participantes em todo o território nacional.

Com relação às articulações dentro do governo federal, Selvino falou um pouco sobre os momentos iniciais da Recid:

Todos os setores do governo, todos os ministérios eram parceiros destas iniciativas e, diretamente ou indiretamente, eram chamados à sua participação. Ao mesmo tempo, tudo era novo, tudo estava por construir, dentro e fora do governo. As parcerias foram acontecendo aos poucos, em áreas como a economia solidária, cujo titular da SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária, era Paul Singer, com a educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente, os programas ligados à agricultura familiar e outros tantos. Nem todos os ministérios e nem todas as áreas do governo eram solidárias com esta visão de organização e tinham a perspectiva da educação popular.

Mas os diferentes temas e ações eram incorporados na visão do TALHER, e depois, a partir do final de 2003, início de 2004, na então Rede de Educação Cidadã (informação pessoal).

Com relação às principais entidades e movimentos parceiros da Recid, buscamos comparar dois conjuntos de dados: o primeiro é referente a um levantamento das principais instituições, organizações e movimentos sociais parceiros da Rede, feito pela equipe de sistematização da Recid / CAMP, abrangendo o período entre 2011 e 2014, período no qual foram realizadas 9.256 oficinas, que envolveram a participação de cerca de 200 mil pessoas, em todo o país (SG, 2015); o segundo conjunto de dados são 77 questionários coletados durante o XIII Encontro Nacional da Recid realizado em novembro de 2015, realizado em Brasília.

Com relação ao levantamento realizado pela equipe da Recid / CAMP, durante o período citado, as organizações mais recorrentes – especialmente nas oficinas de formação – foram:

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); a Assembleia Popular (AP) e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Levante da Juventude. Destacam-se, ainda, Pastorais Sociais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), organismos da igreja (como CPT, CIMI e Cáritas), Movimento Passe Livre (MPL – principalmente na região sudeste), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Central dos Movimentos Populares (CMP), movimento e associações de Catadores, Via Campesina, CONTAG, diversos empreendimentos e projetos da ECOSOL, movimentos e grupos de HIP-HOP, outros movimentos culturais da juventude, grupos e movimentos LGBT,

movimentos de mulheres (AMB e MMM principalmente), centros de direitos humanos, Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), movimentos de saúde popular (ANEPS e MOPS), sindicatos, movimentos de povos indígenas e quilombolas (RECID, 2015).

Já a análise dos questionários coletados durante o XIII Encontro Nacional da Recid demonstra que as principais instituições parceiras (ordenadas por número de citações – do maior para o menor) são:

- Diversos empreendimentos e representantes de Fóruns da ECOSOL;
- Pastorais Sociais (Comissão Pastoral da Terra – CPT; Pastoral da Criança – PC; Pastoral da Juventude – PJ e Pastoral da Juventude Rural – PJR);
- Movimentos de mulheres (Marcha Mundial das Mulheres – MMM; Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB e Marcha das Mulheres Camponesas – MMC);
- Grupos ligados à educação (Centro Familiar de Formação por Alternância – CEFFAs; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED; Curso Realidade Brasileira – CRB e outros);
- Movimentos culturais, em especial da Juventude, com destaque para grupos de HIP-HOP e também grupos ligados à Cultura Digital / Software Livre;
- Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH);
- Movimentos ligados à questão da Terra (MST e Via Campesina) e da Soberania Alimentar, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos Pela Vida – CPCAPV e União agroecológica de Inconfidentes – UAI);
- Movimento Ecológico e sustentabilidade (Coletivo Jovem de Meio Ambiente – CJMA e outros grupos); articuladores dos ODS / ONU ligados à sindicatos e governos;
- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR;
- Grupos LGBT e Movimento Nacional das Mães pela Igualdade (MNMI);
- Levante Popular da Juventude;
- Movimentos ligados à questão do Trabalho (Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD / Movimento Organizado das Trabalhadoras e Trabalhadores Urbanos – MOTU);
- Movimentos de Moradores (Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM e União Nacional dos Movimentos de Moradia - UNMM),
- Movimentos de saúde popular (Articulação Nacional de Práticas Integrativas em Saúde – ANEPS e Movimento popular de saúde – MOPS);
- Assembleia Popular – AP;
- Central de Movimentos Populares – CMP;
- Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB;
- Movimento Negro;
- Movimento Quilombola
- Movimento Sindical (Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Belo Horizonte e Região – STTRBH).

Podemos visualizar graficamente, na figura 5, a expressividade dos movimentos e instituições citados nos questionários.

Considerando ambas as fontes de dados, é possível perceber a grande pluralidade de organizações e movimentos que compõe a Rede de Educação Cidadã; desde os mais ‘tradicionais’, como sindicatos e pastorais; aos mais recentes e contemporâneos, com foco em lutas identitárias, como os grupos e movimentos LGBT ou de mulheres; além de uma forte presença de iniciativas ligadas à Economia Solidária.

Figura 5. Movimentos e instituições citados nos questionários. A cor e o tamanho de cada quadro representam a expressividade de cada tema / movimento no conjunto dos questionários respondidos: os movimentos mais citados aparecem no canto superior esquerdo num quadro maior e mais escuro; os movimentos menos citados aparecem no canto inferior direito, em quadros menores e mais claros.

Essa pluralidade demonstra a relevância da Recid como articuladora no campo da mobilização social, e sua contribuição para a constituição de redes e no fomento de processos organizacionais. Além disso, essa configuração de parcerias da Recid exemplifica a discussão apresentada na revisão, acerca da coexistência, histórica e temporal dos paradigmas ‘socioestrutural’ e ‘sociocultural’ adotados pelos movimentos sociais enquanto estratégia múltipla de interferência na realidade.

Nesse sentido, a Recid pode ser vista como uma rede educativa de vanguarda, posto que surge dentro da estrutura do Estado e reúne grupos com foco em práticas consideradas ‘estadocêntricas’; ao mesmo tempo que desenvolve também trabalhos de formação no campo das lutas consideradas identitárias, com foco nas transformações culturais.

Já com relação às temáticas mais trabalhadas durante as ações e atividades da Recid vamos analisar dois conjuntos de dados: o primeiro tem como fonte a publicação “Sem cercas

e muros: a Educação Popular no meio do povo”, de 2012, que apresenta um processo de análise do trabalho pedagógico da Recid a partir de uma amostra de mais de 500 oficinas de formação, realizadas no período de julho a dezembro de 2011, que mobilizaram 12.832 pessoas em aproximadamente 200 municípios (BRASIL, 2012); o segundo conjunto de dados se baseia em uma análise de conteúdo realizada sobre uma pré-sistematização realizada pelo CAMP, de um total de 4.152 atividades realizadas pela RECID em todo o Brasil no período de 15/07/2011 à 29/07/2012.

Na publicação “Sem cercas e muros”, os temas trabalhados nos processos de formação foram categorizados em oito eixos temáticos, a saber: 1 (A) - Organização Política; 2 e 3 (B) - Economia Solidária, Geração de Renda e Sustentabilidade; Soberania Alimentar (reunidos a fim de possibilitar análise comparativa com o segundo conjunto de dados); 4 (C) - Direitos Humanos; 5 (D) - Educação Popular; 6 (E) - Políticas Organizativas da Recid; 7 (F) - Comunicação e Cultura; e 8 (G) - Políticas Públicas (BRASIL, 2012).

O quadro de temas [...] apresenta um pouco do trabalho pedagógico da Rede. Contudo, fora do papel, é na vida real, no cotidiano das oficinas, que estes temas ganham corpo, contexto e ficam grávidos de sentido e significado. Sobre as motivações que orientam a escolha dos temas, vale salientar que estão diretamente relacionadas à articulação política presente na Rede, e com a prática específica da Educação Popular. Isso porque, a capilaridade dos movimentos sociais e populares, junto aos núcleos de trabalho da RECID, permeia a decisão de quais temas e conteúdos serão desenvolvidos em determinados momentos. Quanto mais sólida a articulação política, mais as oficinas refletem demandas de processos organizativos em curso, local e nacionalmente (BRASIL, 2012, p. 68).

É importante ressaltar que, dada a pluralidade de perspectivas abordadas dentro de cada tema, as ações geralmente englobam mais de um eixo temático. Para fins de análise, a classificação considerou apenas o tema central de cada ação.

Com relação aos dados da pré-sistematização realizada pelo CAMP, observamos que as oficinas estavam previamente classificadas em dezessete eixos temáticos: 1 (A) - Organização Política; 2 a 4 (B) - ECOSOL & Geração de Renda; Soberania Alimentar & Sustentabilidade; Questões agrárias (que reunimos em um mesmo grupo considerando as categorias utilizadas no primeiro conjunto de dados de modo a facilitar a comparação gráfica); 5 a 10 (C) - DH e Criança e Adolescente; DH e Gênero; DH e Indígenas; DH e Juventude; DH e Quilombolas; DH e Saúde (que reunimos em um grande grupo chamado Direitos Humanos* para facilitar a comparação gráfica); 11 (D) - Educação Popular; 12 (E) - Políticas Organizativas da RECID; 13 (F) - Comunicação e Cultura; 14 (G) - Políticas Públicas. E ainda três novos eixos que não estavam presentes no primeiro conjunto de dados: 15 (H) - Direito à Cidade; 16 (I) - Escola e Comunidade; 17 (J) - Religião e Política.

Comparação da proporção de oficinas por eixo temático em dois conjuntos de dados

Figura 6. Comparação da proporção de oficinas por eixo temático nos dois conjuntos de dados citados. CONJ. 1 - Jul. a Dez de 2011. Total: 500 atividades (Fonte dos dados: BRASIL, 2012), e CONJ. 2 - Jul./2011 a Jul./2012. Total: 4152 atividades (Fonte dos dados: Planilha fornecida pelo CAMP).

Notamos que alguns temas foram movidos de categoria de acordo com a base de dados, mas de modo geral fica possível observar certa consistência entre as proporções e as classificações.

Podemos observar na figura 6 uma comparação da distribuição de oficinas realizadas por eixo temático nos dois conjuntos de dados analisados. Observa-se grande consistência entre as áreas temáticas, o que nos permite realizar as análises que seguem.

Notamos que em ambos conjuntos de dados o eixo temático mais recorrente nas atividades desenvolvidas pela Recid é o da Organização Política, que é assim descrito na publicação:

[...] um grupo temático que combina pelo menos três dimensões distintas: a primeira, e mais recorrente, trata das questões referentes à organicidade dos grupos, debates metodológicos, acertos de convivência, princípios, organização de associações, movimentos, entre outros. A segunda, diz respeito às formas históricas de organização popular e, em geral, são estudadas em cursos mais processuais. E uma terceira, busca aprofundar a compreensão acerca das concepções de sociedade, envolvendo temas como: a formação política e social do Brasil, conjuntura, crise capitalista e afins (BRASIL, 2012, p.67).

Trata-se assim de um eixo no qual se desenvolvem atividades de interpretação da realidade social brasileira; formação para a cidadania e organização social. O fato desta temática ser a mais recorrente é bastante coerente tendo em vista o processo de formação da Recid, posto que esta Rede nasce como: “Equipe de Capacitação para a Educação Cidadã” dentro da estrutura organizativa do programa Fome Zero, como citado anteriormente no histórico da Recid.

Já o segundo eixo mais expressivo para o primeiro grupo de dados foi o grupo de Economia Solidária, Geração de Renda e Sustentabilidade que:

[...] agrupa aquelas oficinas de formação que privilegiam conteúdos, textos e práticas voltadas para a organização da vida material, de maneira autônoma e harmoniosa com a natureza. Vai desde a produção de sabão caseiro, sem uso de químicos industriais, até a estruturação e fortalecimento de grupos para comercialização de produtos artesanais, ou da agricultura familiar, produzidos pelas comunidades de base (BRASIL, 2012, p. 66).

No segundo conjunto de dados essa categoria foi subdividida em três: Economia Solidária & Geração de Renda; Soberania Alimentar & Sustentabilidade; Questões Agrárias, e que, somadas, também se encontram como segundo grupo mais expressivo de temáticas.

Esta categoria é a de maior interesse para o presente estudo e é interessante notar que apesar da subdivisão teórica tratam-se de temas profundamente relacionados com o ecologismo.

A questão da Soberania Alimentar questiona o modelo capitalista do agronegócio, em especial com relação à utilização de sementes geneticamente modificadas e patenteadas; o que condiciona a produção de alimentos no país à compra de sementes com patente internacional e condiciona ao uso de agroquímicos desenvolvidos especificamente para estas variedades geneticamente modificadas.

Lembramos ainda que a utilização de agrotóxicos, se aumentam a produtividade, o fazem às custas da contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas e dos animais,

inclusive dos seres humanos. Externalidades que não são consideradas no balanço final de [custos X produtividade] do agronegócio.

A temática da Economia Solidária e geração de renda é focada na criação e fortalecimento de arranjos produtivos locais e ambientalmente sustentáveis e por isso é transversal às temáticas discutidas nesta categoria.

Já a categoria Direitos Humanos envolve uma ampla gama de temas e a promoção dos direitos fundamentais, como moradia e alimentação, e expressa também a presença de grupos e reivindicações de caráter identitário, como discussão acerca das questões de gênero, movimento negro, entre outras.

A categoria Políticas organizativas da Recid trata de “questões específicas, como: gestão compartilhada, organicidade, planejamento das atividades” (BRASIL, 2012, p. 66).

A categoria Educação Popular discute “o método e os pressupostos da Educação Popular, a partir de autores como Paulo Freire e de experiências de educação popular no Brasil e na América Latina” (BRASIL, 2012, p. 66).

As últimas categorias são ligadas à Comunicação e Cultura, em especial no tocante às manifestações culturais da juventude e populares, e às Políticas Públicas

[...] na perspectiva da disputa institucional e da garantia de direitos nos espaços públicos. Nelas, vemos a movimentação da RECID no interior dos Conselhos e Fóruns, debatendo com secretarias e ministérios, na perspectiva da formulação e garantia de políticas públicas voltadas para as questões populares (BRASIL, 2012, p. 67).

Ou seja, as temáticas mais recorrentes se movem das questões organizativas e aprofundamentos teóricos focados na ação popular e concepções de sociedade, para as questões ligadas à criação de condições materiais da realização do chamado projeto Popular para o Brasil, com forte enfoque socioambiental. Na sequência, destacam-se as ações voltadas à temática dos Direitos Humanos, que englobam tanto as lutas estruturais como as identitárias. Retornam questões organizativas, dessa vez específicas da Recid, seguidas de aprofundamentos metodológicos do trabalho em educação popular. E por fim novamente se movem entre questões de ordem material (alimentação), imaterial (cultura) e propositiva, pela via da participação política.

4.2.2. Principais bandeiras de luta ambientalistas da Recid na região sudeste do Brasil - Observação Participante

Dentre as atividades e encontros acompanhados, vamos destacar a participação no VIII Encontro Macrorregional Sudeste, que ocorreu dos dias 14 a 18 de novembro de 2014 no Rio de Janeiro, reunindo representantes da Recid dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.

Nesse encontro, cada Estado fez uma apresentação das principais atividades desenvolvidas, e com isso pudemos identificar as principais bandeiras de luta de cada estado da região sudeste, dentre as quais selecionamos as que interessam especialmente para a presente pesquisa e listamos a seguir:

- **Minas Gerais:** agricultura familiar, sua articulação à agricultura urbana e soberania alimentar; luta pela reforma agrária; agroecologia, a campanha permanente contra o agrotóxico e pela vida e a luta pelos bancos de sementes criolas, e também os saberes sobre plantas medicinais; e ainda a valorização do trabalho social e ambiental dos catadores de materiais recicláveis.
- **Rio de Janeiro:** geração de renda com grupos de mulheres e catadores de recicláveis; consumo consciente com foco no público infantil; agricultura familiar.
- **Espírito Santo:** agroecologia, a campanha contra os agrotóxicos, a questão dos pequenos produtores rurais e o intercâmbio entre o campo e cidade.
- **São Paulo:** agroecologia e permacultura urbana.

Em resumo, considerando as articulações entre o ambientalismo e as demais demandas sociais presentes na Recid, observa-se grande aproximação entre o ambientalismo e as questões agrárias; tanto com relação à questão de propriedade e distribuição de terras como também aos tipos de uso do solo; com destaque para o fomento de modelos de agricultura agroecológica, familiar, camponesa e urbana.

Destaca-se ainda a aproximação do ambientalismo com movimentos em defesa da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, em especial a luta contra os agrotóxicos e seus impactos negativos à saúde pública e aos ambientes naturais.

E ainda uma forte aproximação do ambientalismo com iniciativas de economia solidária e geração de emprego e renda, destacando-se o reaproveitamento de materiais recicláveis, com acentuado recorte de gênero, ligado ao movimento feminista; e também a gestão de resíduos sólidos, destacando-se o papel das cooperativas e dos catadores como central para a melhoria das condições ambientais.

4.3. Atividades de cunho Ambientalista desenvolvidas no contexto da Recid

Na entrevista concedida, Selvino Heck falou sobre a relação entre as pautas ambientalistas e a Recid:

A articulação da RECID e do Fome Zero com a questão socioambiental deu-se também sempre, direta e indiretamente, com a presença, primeiro, de Frei Betto, e depois minha, como conselheiros no CONSEA e nas Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, onde sempre defendíamos o viés da relação da segurança alimentar com as questões agroecológicas, e participávamos da CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Não por acaso, eu e [_____], da equipe do TALHER/Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, ajudamos a construir diretamente a Política (PNAPO) e o Primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), e fomos, respectivamente, Secretário Executivo, eu, e Secretária Executiva Adjunta, ela, da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), e de sua Comissão Interministerial respectiva (CIAPO). E eu participei ativamente em 2013/2014 da construção de um Programa de Adaptação das Mudanças Climáticas, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Tudo isso, essa participação em todos esses espaços, era levada e se refletia na RECID, que também participava, em todos os espaços da sociedade, de todas esses debates/reflexões/ações/formulações

[...] No segundo governo Lula e durante o governo Dilma, houve um especial esforço de articular o Departamento de Educação Popular e a RECID e suas ações com a educação ambiental do MMA [Ministério do Meio Ambiente], por se enxergar que isso era muito necessário e tinha tudo a ver. O MMA, inclusive, por razões óbvias, teve muita participação na formulação e execução da PNAPO e do PLANAPO (informação pessoal).

Já no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Recid, documento composto de doze princípios e suas respectivas diretrizes, a temática ambiental aparece nos princípios terceiro e quarto. O princípio terceiro é: “Humanização das relações sociais e com o mundo, em sua dimensão integral (afetiva, cognitiva, transcendental, cultural, socioambiental, política e ética)” (BRASIL, 2011, p. 16), e a temática ambiental aparece nas diretrizes 3.4 e 3.6:

3.4 Construir, acompanhar e fortalecer instrumentos de comunicação popular, como uma das ferramentas para a reflexão e a vivência da **ética do cuidado com a vida** e com o **Planeta Terra (Gaia)***.

* Gaia é um dos nomes da Terra na mitologia grega. O cientista James Lovelock assim a chamou porque ela mostra reações e formas de equilíbrio, própria dos seres vivos. Ela seria um superorganismo vivo. (In: "Saber cuidar" Ética do humano compaixão pela terra. Leonardo Boff, RJ, 2000)

[...] 3. 6 Promover espaços para vivenciar as atividades esportivas e de lazer, a cultura popular brasileira e para fortalecer e valorizar as práticas **agro-ecológicas*** e tradicionais como: farmácia caseira, parteiras e medicina popular, entre outros.

* **Modelo de desenvolvimento** que tem como princípio fundamental a relação de respeito entre relações humanas, produção, sustentabilidade econômica, sociocultural e ecológica. Defende a **soberania alimentar**, a **autonomia das comunidades do campo** e tem **compromisso com os saberes produzidos coletivamente** (BRASIL, 2011, p. 16 - grifo nosso).

Aqui percebemos a intencionalidade da Recid ao incluir nesse princípio a concepção de natureza enquanto um ser de direitos, como Gaia. E ainda ao se referir à agroecologia como um modelo de desenvolvimento focado, entre outros, na soberania alimentar.

E o princípio quarto segue transcrito a seguir:

Princípio 4º DEFESA DA BIODIVERSIDADE E DA NATUREZA NA PERSPECTIVA POLÍTICA E SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL

Diretrizes

4.1 Identificar e aprofundar os conhecimentos, numa perspectiva da **valorização dos saberes tradicionais** sobre o meio ambiente, promovendo o diálogo e o compromisso entre conhecimento popular e científico, **ressignificando os saberes**.

4.2 Ampliar e **politizar** o debate junto aos grupos, promovendo a consciência crítica, vinculando a luta ambiental às **questões de classe** e à super-exploração dos bens naturais, pelo **modelo de desenvolvimento econômico capitalista neoliberal globalizado**, partindo das vivências locais, ressignificando as relações com a natureza e cultivando o sentimento de **pertença ao meio ambiente**, de forma sustentável.

4.3 Possibilitar e divulgar práticas de preservação e valorização da **natureza**, não como mercadoria mas **como parte da vida, da simbologia, da religiosidade, do conhecimento e da cultura**, que nos antecedeu e nos transcenderá, através de projetos e programas populares **ambientalmente éticos, socialmente justos, economicamente solidários** e que promovam o consumo consciente.

4.4 Enfocar, no debate e nas práticas ambientais, a **inter-relação dialógica campo e cidade**, com suas especificidades, fomentando a articulação dos movimentos populares rurais e urbanos.

4.5 Promover o **monitoramento** e a **intervenção** nas **políticas públicas ambientais**, partindo do espaço local, para que respeitem os limites de capacidade de produção e provoquem ações contra o modelo de desenvolvimento predatório capitalista, na defesa dos direitos humanos e da vida.

4.6 Provocar a reflexão, construir e fortalecer o debate contínuo sobre o impacto ambiental, econômico e social do **modelo agrícola** vigente, respeitando as especificidades de cada região, através da educação socioambiental fundamentada na metodologia da Educação Popular Freireana.

4.7 Promover debates e ações sobre os impactos ambientais, provocados pelas **especulações imobiliárias nas margens dos rios e litorais** (BRASIL, 2011, p. 17-18 - grifo nosso).

Neste princípio podemos identificar vários elementos apresentados e discutidos na revisão, além de vários temas presentes nos resultados obtidos com a pesquisa. Chama a atenção a preocupação em politizar as lutas ambientais, vinculando-as às questões de classe, da especulação imobiliária e do modelo agrícola hegemônico no Brasil, além de apontar o modelo capitalista como principal responsável pela super-exploração da natureza.

Demonstra ainda as concepções de ambientalismo / sustentabilidade fundadas na cosmovisão ecológica que discutimos no presente trabalho: holista e coletivista.

Observa-se ainda a intencionalidade de politizar as questões ambientais ao transversalizá-las nas diversas frentes das lutas sociais. Essa intencionalidade se revela em especial pelo declarado interesse dos membros da Recid em fomentar e monitorar políticas públicas voltadas ao meio ambiente.

Essas considerações ficam mais claras ao olharmos com mais detalhes para as atividades desenvolvidas pela Recid com foco na temática da sustentabilidade.

Para tanto, vamos nos focar na pré-sistematização realizada pelo CAMP, de um conjunto de 4.152 atividades realizadas pela RECID em todo o Brasil no período de 15 de julho de 2011 à 29 de julho de 2012, e realizar uma análise de conteúdo quanto ao título das atividades, utilizando o recurso de nuvem de *tags* para visualizar os assuntos mais recorrentes abordados nestas atividades.

Uma nuvem de *tags* é uma lista (conjunto de palavras) hierarquizada visualmente, que é utilizada como método de classificação, e se faz muito presente no ambiente *web*. Uma *tag* pode ser entendida como uma categoria simples. As nuvens de *tags* são usadas para hierarquizar os temas mais relevantes dentro de um conjunto de conteúdo. O tamanho da fonte é proporcional ao número de vezes em que uma determinada palavra ou expressão é empregada em relação ao conjunto total das palavras ou expressões do conteúdo completo. Esta interface facilita a percepção de dados relevantes por ressaltar visualmente quais os termos recorrentes naquele conjunto de conteúdo e qual sua expressividade em relação ao conjunto total do texto.

Os títulos das atividades foram processados no software LPP – Estatística das letras Palavras e Períodos (BORTOLOSSI, 2009) para a contagem do número de ocorrência das palavras e expressões mais recorrentes, e na sequência essa contagem foi processada no software *Wordle* (FEINBERG, 2009), para a construção das nuvens de *tags* que seguem.

Então, considerando o conjunto de 4.152 atividades realizadas pela RECID em todo o Brasil no período de 15/07/2011 à 29/07/2012, fizemos uma análise visual dos títulos das atividades com os seguintes resultados apresentados na figura 7.

Para melhor visualizar as expressões utilizadas removemos as quatro expressões mais recorrentes: “educação popular”; “economia solidária”; “direitos humanos” e “políticas públicas”, pois os outros termos estavam muito pequenos e dificultando a leitura.

Apresentamos a seguir alguns significados e também exemplos das expressões que foram removidas.

Figura 7. Primeira análise visual dos títulos das atividades por expressão.

Educação Popular – Como função principal da Rede nada mais natural que esta seja a expressão mais recorrente. As atividades desenvolvidas com esta expressão no título estavam classificadas em diversas categorias além da categoria Educação popular. Alguns exemplos de títulos são: “Educação popular e economia solidária”; “Educação popular e planejamento estratégico da RECID/AM”; “Formação continuada em educação popular” e “Educação popular em saúde”.

Economia Solidária – De acordo com as análises desenvolvidas anteriormente, a economia solidária apareceu tanto entre os movimentos sociais mais citados como entre as temáticas mais recorrentes das atividades. Segue exemplos de atividades com esta expressão no título: “Formação em economia solidária”; “Políticas públicas de economia solidária, gênero, identidade e financiamento”; “Economia solidária: Bem viver, cooperação e auto-gestão para um desenvolvimento justo e sustentável” e “V Plenária da economia solidária” (realizada em junho de 2012 no estado do Rio de Janeiro).

Direitos Humanos – A expressão direitos humanos aparece nos títulos das atividades como temática transversal correlacionada à diversas pautas de luta como por exemplo: “Direitos humanos à alimentação adequada”; “Mulher pode mais: Rede de proteção aos direitos humanos”; “Declaração universal dos direitos humanos e estatuto do idoso” e “Direitos humanos, preconceito e violência: detectar e encaminhar os casos”.

Políticas Públicas – Esta expressão também aparece no título das atividades como temática transversal, como podemos observar em alguns exemplos: “Educação popular e políticas públicas”; “Políticas públicas e cidadania”; “Políticas públicas de economia solidária, gênero, identidade e financiamento” e “Políticas públicas para a juventude”.

Após a remoção destas quatro expressões refizemos a nuvem de *tags* (figura 8) de modo a visualizar com mais precisão as outras expressões.

Podemos observar na figura 8 algumas expressões que são de interesse da presente pesquisa. Discutiremos brevemente seus significados e apresentaremos alguns títulos de

atividades com estas expressões quando relevante. Além de “meio ambiente”, são elas: “segurança alimentar”; “campanha permanente contra o agrotóxico e pela vida.

Segurança Alimentar – Na definição de Karu (2019):

A Segurança Alimentar e Nutricional se define pela ação e intenção política do Estado, voltado para um conjunto de ações, programas, projetos que visem garantir o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável das sociedades. No Brasil, a alimentação foi reconhecida como uma das garantias fundamentais dos cidadãos e cidadãs brasileiras, no artigo 6º da constituição federal de 1988, via emenda constitucional em 2010. Esta inclusão não foi um fato aleatório, mas sim, uma conquista social originária de um processo de reflexão e organização da sociedade que desde a década de 1990, atua, debate e trabalha na luta contra a fome e melhoria da qualidade da alimentação no Brasil (KARU, 2019, s.n.).

O termo segurança alimentar por si só não configura relação direta com a temática ambiental – embora seja comum sua aproximação especialmente com relação à problemática dos agrotóxicos; já a expressão soberania alimentar denota essa aproximação com o ecologismo (MORUZZI MARQUES, 2010), e faz-se interessante notar que a sistematização realizada pela entidade gestora nomeia essa categoria como “Soberania Alimentar e Sustentabilidade”, de modo que podemos considerar que as atividades com a expressão “Segurança Alimentar” em seu título contemplam uma aproximação com o Ecologismo. Os títulos mais recorrentes deste grupo de atividades são “Segurança alimentar” e “Segurança alimentar e nutricional”; termos que não contribuem muito para uma análise mais profunda.

Campanha permanente contra o agrotóxico e pela vida (CPCAPV) - Lançada oficialmente em 7 de abril de 2011 (data da comemoração do Dia Mundial da Saúde) (TYGEL, 2014, p. 39), essa campanha conta com o apoio público de dezenove movimentos sociais e redes; dezoito escolas, universidades e instituições de pesquisa; vinte movimentos sindicais e entidades de classe; 55 entidades, ONGs, assessorias, associações, cooperativas; doze movimentos estudantis e sete representantes do poder legislativo. E a estruturação da campanha se dá:

[...] em comitês com a participação de indivíduos e organizações da sociedade civil. Os comitês são responsáveis pela luta cotidiana nos territórios, municípios e estados, reunindo a militância engajada em cada local. As citadas organizações, locais ou nacionais, consistem em movimentos sociais do campo e da cidade, centrais sindicais e sindicatos rurais e urbanos, movimentos estudantis, organizações não governamentais ligadas à agroecologia e a questões ambientais, entidades públicas de ensino e pesquisa comprometidas com a saúde coletiva, além de mandatos parlamentares que apoiam a luta contra os venenos. Essas organizações articulam a base social da Campanha e, de acordo com a conjuntura local, podem integrar os comitês nas regiões em que atuam (TYGEL, 2014, p. 41).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) publicou em 2014 um documento de 112 páginas, com extenso embasamento científico, no qual enumera diversos motivos pelos quais apoia e participa da CPCAPV (CONSEA, 2014).

No contexto das atividades realizadas pela Recid no conjunto de dados selecionados (4.152 atividades entre julho de 2011 e julho de 2012) aconteceram atividades da CPCAPV em sete estados brasileiros, sua maioria sendo realizadas no estado de Minas Gerais (o que é consistente com os dados obtidos a partir da observação participante que discutiremos em breve).

4.3.1. Eixo Temático das atividades: “Soberania Alimentar e sustentabilidade”

Ainda considerando o mesmo conjunto de conteúdos, realizamos a seleção de todas as atividades cujo título indicou ser de possível interesse para a presente pesquisa, (figura 9) e observamos que no eixo temático “Soberania Alimentar e sustentabilidade” foram realizadas 468 atividades (11,271 % do total).

Para as oficinas dos outros eixos realizamos uma busca por palavras chave; os termos buscados foram: “sustent; eco; ambient; natureza; catadores; lixo; recicl; mudanças climáticas; água; agricultura; orgânica; vida; impacto”.

Localizamos mais 59 atividades de potencial relevância para a presente pesquisa além das 468 já selecionadas, totalizando 527 atividades de interesse.

As 59 atividades localizadas e selecionadas como possivelmente relevantes se encontravam classificadas nos seguintes eixos (são 11):

1. Organização Política;
2. Comunicação e Cultura;
3. DH e Criança e Adolescente;
4. DH e Gênero;
5. DH e Juventude;
6. Direito à Cidade;
7. ECOSOL e Geração de Renda;
8. Educação Popular;
9. Políticas Organizativas da RECID;
10. Políticas Públicas;
11. Questões agrárias.

Distribuição das atividades por eixo temático

Figura 9. Número de atividade por eixo temático – Jul 2011 / Jul 2012. *soma das categorias: DH e Criança e Adolescente; DH e Gênero; DH e Indígenas; DH e Juventude; DH e Quilombolas; DH e Saúde; Direitos Humanos.

Assim, temos uma pré-seleção de 527 atividades com potencial para análise.

Considerando as 527 atividades selecionadas, temos uma amostra de 12,692% das oficinas realizadas no período estudado.

Avaliamos também a distribuição geográfica destas atividades selecionadas, e contamos o número de oficinas realizadas em cada estado, com possível relação com o tema pesquisado, observamos que a região Nordeste realizou 202 atividades, a Norte 130, a Sudeste 104, a Sul 51 e a Centro-Oeste 39 atividades:

Número de atividades selecionadas por estado da federação

Figura 10. Número de atividades selecionadas por estado da federação (amostra de 527 atividades selecionadas).

Figura 13. Análise visual dos títulos das atividades selecionadas (527) por expressão

Novamente na figura 12 se mostra expressiva a presença da temática da agricultura, da alimentação, e da questão dos agrotóxicos. E também destaca-se o tema da reciclagem.

E finalmente, com a análise da figura 13 podemos definir uma lista dos temas mais abordados nas atividades da Recid e que possuem relação com a temática ambiental:

- Meio ambiente, sua preservação e desenvolvimento sustentável;
- Segurança e Soberania alimentar;
- Agriculturas familiar, urbana e camponesa e produção agroecológica;
- Campanha permanente contra o agrotóxico e pela vida;
- Educação ambiental;
- Catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos.

Em resumo e após análise dos títulos das atividades, podemos concluir que as práticas desenvolvidas em atividades da Recid com cunho ambientalista apresentam forte presença de atividades focadas na educação para preservação ambiental como: debates e cineclubes sobre a importância da preservação da natureza, fomento à criação e manutenção de hortas urbanas e comunitárias, com forte enfoque contra o uso de agrotóxicos, estudos sobre o cultivo e uso de plantas medicinais, oficinas e cursos sobre produção de sabão com óleo usado, artesanato com resíduos recicláveis, reciclagem de resíduos, entre outros.

4.4. Relatórios Pedagógicos

Diante dos resultados apresentados até então, pedimos a gentileza da coordenadora do projeto da Recid dentro do CAMP, para nos fornecer acesso a onze relatórios pedagógicos, como amostra representativa destes principais temas, tomando o cuidado de distribuir geograficamente as atividades selecionadas de maneira a abranger o maior número possível de regiões do país.

Após a leitura e análise dos relatórios pedagógicos (ANEXO II), surgiram algumas questões. Se por um lado sua leitura permitiu intuir a forma como alguns temas se apresentam para os educadores da Recid, por outro lado sentimos que existe muita heterogeneidade nos conteúdos presentes nos relatórios. Alguns relatórios são bastante detalhistas quanto aos conteúdos trabalhados, trazendo inclusive falas dos participantes das atividades. Já outros são bastante genéricos e resumidos.

Figura 15. Localização geográfica das atividades selecionadas para análise dos relatórios pedagógicos.

Apresentamos a seguir os detalhes dos onze relatórios pedagógicos selecionados e nossas impressões sobre eles.

ID	Região	UF	Município	Tema	Nº de participantes
A	CO	DF	Samambaia	Educação Popular e meio ambiente	20
B	NE	AL	Palmeira dos Índios	Lixo e o meio ambiente na comunidade	20
C	NE	CE	Morrinhos	Comunidade, meio ambiente e relação homem e natureza	24
D	NE	CE	Morrinhos	Agricultura familiar e cultura local	21
E	NE	PE	Carpina	Identidade, cultura, etnia e gênero na agricultura camponesa	20
F	NE	PE	Santa Maria da Boa Vista	A construção de barragens e os impactos à soberania alimentar	20

G	NE	PE	Ipojuca	Segurança alimentar	20
H	NO	RO	Guajará-Mirim	Educação popular e juventude ambientalista	19
I	NO	RO	Guajará-Mirim	Educação popular e juventude ambientalista	20
J	SE	MG	Coronel Pacheco	Capacitação de catadores por meio de um processo de formação social, profissional, política e cultural	9
K	SU	SC	Blumenau	Economia doméstica e a relação com o meio ambiente	38

Figura 16. Tabela com as principais informações das atividades selecionadas para análise dos relatórios pedagógicos.

Após a leitura dos relatórios pudemos identificar os principais conteúdos trabalhados em cada uma das atividades. As atividades foram identificadas por letras para facilitar a leitura:

- A. Debate acerca da implantação de um aterro sanitário;
- B. Conscientização da comunidade a respeito da importância reciclagem;
- C. Organização comunitária, associativismo, água e lixo;
- D. Agricultura familiar, cultura e alimentação;
- E. Agricultura camponesa X agronegócio - mundo do trabalho e relações de poder;
- F. Influência das barragens (MAB) na soberania alimentar, agroecologia - crítica ao abuso de agrotóxicos;
- G. Segurança alimentar - fome e desigualdade social;
- H. Organização da juventude para atuação nas lutas sociais e ambientais;
- I. Organização da juventude para atuação nas lutas sociais e ambientais (continuação da atividade anterior);
- J. Formação continuada de grupo de catadores ligados a coleta seletiva municipal, foco na organização e formação do grupo;
- K. Relação entre o tempo excessivo de trabalho, o consumismo e as consequências para o meio ambiente.

A grande heterogeneidade de formato dos relatórios dificultou muito sua utilização como fonte de dados seguindo o mesmo método de análise empregado até então, e portanto, optamos por priorizar uma observação mais aprofundada das atividades da Rede e sua relação com as pautas do ambientalismo através da aplicação de questionários a membros e parceiros

da rede, como forma de apreender os posicionamentos e percepções das educadoras e educadores da Recid acerca das questões ambientais. Para uma análise mais aprofundada do conteúdo dos relatórios acreditamos que uma boa alternativa seria usar o método da análise de discurso como forma de apreender os conceitos da pesquisa no conteúdo dos relatórios.

O conteúdo integral dos relatórios está disponível no ANEXO II.

4.5. Concepções de “sustentabilidade” dos atores sociais e suas percepções a respeito da articulação entre seus movimentos de origem e o ambientalismo

Durante a participação no XIII Encontro Nacional da Recid (2015) e durante a participação no Fórum Social Mundial Temático (2016) foi aplicado um questionário bastante sucinto junto a alguns participantes, com intuito de conhecer suas principais militâncias e instituições de origem; sua compreensão / definição do conceito de sustentabilidade; e ainda de sondar as aproximações / distanciamentos percebidos pelos atores entre suas bandeiras de luta e a pauta ambientalista.

Como já citado anteriormente na metodologia, foram coletados 147 questionários. Destes, 77 foram respondidos por membros ou parceiros da Recid e 70 por militantes de Movimentos Sociais não ligados à Rede de Educação Cidadã.

Dando especial atenção às respostas da questão 3 do questionário aplicado: “Pensando nas questões ambientais, como você explicaria o que é sustentabilidade?”, vamos apresentar e discutir a percepção dos atores sociais entrevistados acerca do conceito de sustentabilidade.

O conjunto das respostas ao questionário encontra-se no ANEXO I.

Após uma análise mais aprofundada do conjunto das respostas, e considerando toda a discussão desenvolvida no capítulo de revisão bibliográfica, selecionamos 44 questionários para embasar a seguinte discussão. Os questionários selecionados e considerados de interesse para a pesquisa correspondem a 30% do total de questionários aplicados.

As 44 respostas aos questionários foram enquadradas em dez categorias de interesse (e a quantidade de ocorrências aparece entre parênteses após a categoria), a saber:

- A. Consumo (2)
- B. Tripé da sustentabilidade (5)
- C. Desenvolvimento sustentável – hegemônico (7)
- D. Crítica à banalização do conceito de sustentabilidade/DS (5)
- E. Anti-Capitalismo (12)

- F. Sustentabilidade na esfera da produção (estrutura) e reprodução social (cultura) (4)
- G. Sustentabilidade enquanto modelo de desenvolvimento (3)
- H. Percepções de caráter esotérico, ou unicidade holista não esotérica (4)
- I. Sustentabilidade enquanto nova racionalidade (1)
- J. Cosmovisão ecológica (1)

Claro é que essas categorias se entrecruzam e conectam, de modo que trata-se de uma categorização embasada nas reflexões apresentadas e discutidas na revisão bibliográfica da presente tese. A seleção das respostas representativas e sua organização em categorias foi realizada a fim de seguir uma linha de raciocínio para a interpretação dos dados disponíveis. Já se faz de grande interesse notar que em uma análise quantitativa do número de respostas em cada categoria encontramos correspondências com as discussões desenvolvidas na revisão ao organizar essas respostas para visualizá-las em um gráfico e produzimos a seguinte imagem (figura 17).

Figura 17. Gráfico com a categorização dos questionários selecionados para análise.

Buscamos organizar essas categorias em uma sequência lógica de compreensões acerca da sustentabilidade, partindo das ideias mais ligadas ao consumo de bens e mercadorias, o famoso tripé da sustentabilidade e os discursos de desenvolvimento sustentável propagados pelo ambientalismo hegemônico *mainstream* (A, B e C). Em seguida temos respostas focadas na crítica da banalização da ideia de sustentabilidade e a apropriação do termo pelas empresas e corporações (como indicativo de uma crítica ao *greensharing*) (D); e em seguida um grande número de respostas opondo a ideia de sustentabilidade ao

capitalismo (E). Algumas respostas falam da sustentabilidade enquanto um modo de produção e reprodução social e em seguida outras que consideram a sustentabilidade como um modelo de desenvolvimento alternativo (F e G). E por fim temos algumas respostas que situam a sustentabilidade a partir de uma visão holista, de unicidade entre homem e natureza, como uma nova racionalidade e finalmente como uma cosmovisão (H, I e J).

No primeiro grupo de respostas temos observações focadas na questão do consumo, como é o caso do ator 73 (Gov. Federal) para quem sustentabilidade “É uma forma de repensar o consumo, enquanto preservação da natureza”, a ainda o ator 55 (militante da Economia Solidária no estado de SP) que diz

“Sustentabilidade, é encontrar o equilíbrio entre o consumo necessário humano e os desejos infinitos de cada pessoa, somado a ganância e o ego. Aprender a consumir sem destruir o planeta, isto significa, aprender a produzir de maneira na qual todo material de rejeito deve e pode ser matéria-prima para outro produto”.

Esta última resposta elabora sua percepção situando como central a questão do consumo; tanto no aspecto cultural, criticando o consumismo, como também na esfera da produção, sugerindo inclusive a utilização de rejeitos e sobras nos processos produtivos de bens de consumo, possivelmente como forma de minimizar os impactos ambientais decorrentes, sobretudo, da extração de matéria prima virgem do ambiente.

Em seguida observamos respostas focadas no tripé da sustentabilidade, que se propõe a harmonizar as esferas do Social e Ambiental à esfera Econômica, como por exemplo o ator 53 (Divulgador dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU) que fala que sustentabilidade é “o equilíbrio entre as esferas: econômica, social e ambiental” ou ainda o ator 102, (ambientalista militante do movimento de direito à moradia e cidade no Estado do RS), que desenvolve um trabalho

“[...] que "re"cria canteiros em áreas abandonadas pelo poder público com enfoque em paisagismo regenerativo” e para quem a sustentabilidade “[...] se sustenta em cima de três pilares: social, econômico e ambiental. Sendo assim não consigo pensar em sustentabilidade visando apenas a questão ambiental”.

E ainda neste primeiro bloco de respostas encontramos várias respostas que fazem referência direta ao conceito de desenvolvimento sustentável presente no relatório Brundtland, expressando preocupação com as gerações futuras e se referindo à natureza / meio ambiente enquanto recursos naturais, responderam dessa forma atores de seis estados brasileiros (MG, DF, BA, RN, CE e RS) e ligados aos mais diferentes movimentos sociais como direitos humanos, moradia e saneamento, agroecologia e agricultura urbana e governo federal. Seguem as respostas:

Ator 14 - “É pensar e atuar junto a projetos que visem formas de sustentação com preservação ambiental levando em conta as necessidades da geração futura.”

Ator 34 - “Sustentabilidade é quando usamos os nossos recursos naturais ou materiais sem destruir ou causar danos de forma que venha a ser reposto sempre quando for preciso ser usado para que não falte.”

Ator 48 - “Sustentabilidade é a forma de interação com o meio ambiente, de forma a usar seus recursos de maneira responsável encontrando meios para sua renovação pensando na vida e no que vamos construir para que as próximas gerações possam continuar tendo qualidade de vida.”

Ator 57 - “Viver no presente sem comprometer o futuro.”

Ator 69 - “Compatibilização do desenvolvimento com o uso dos recursos naturais para assegurar a qualidade de vida da população e do meio ambiente para a atual e as futuras gerações.”

Ator 87 - “A sustentabilidade é um modo de utilizar dos recursos naturais de modo consciente, sem que prejudique que gerações futuras também utilizem desses recursos.”

Ator 135 - “Criar ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, mas sem comprometer o futuro das próximas gerações.”

Com relação às respostas que foram incluídas na categoria D observamos uma forte crítica à banalização dos ideais de sustentabilidade e sua apropriação pelas empresas, possibilitando a interpretação de uma crítica direta à prática do *greenwashing* como por exemplo quando o ator 81 (educador) que afirma “A sustentabilidade em si é algo importante para a humanidade. Mas como ela é usada pelo capitalismo se transformou em algo inútil.” Ou ainda o ator 86 (caçara) para quem “Sustentabilidade [é uma] ideia boa, porém hoje vejo muitas corporações usando como modo de auto promover e assim gerar lucro e visibilidade para sua empresa.”

E ainda nesse sentido temos falas que criticam a banalização do conceito e reiteram sua importância, como por exemplo:

Ator 23 (Levante Popular da Juventude) - “Vejo a sustentabilidade, a priori como um termo muito utilizado no campo neodesenvolvimentista sem considerar os impactos. No entanto vejo como imprescindível o cuidado com os espaços e recursos naturais para o progresso integral do Brasil.”

Ator 45 (juventude, mulheres e agroecologia) - “Embora o conceito tenha sido apropriado pelo capital, segue sendo uma proposta mais coerente no que diz respeito ao uso dos recursos ambientais e na geração de renda sem que haja impactos sociais e naturais.”

Ator 39 (MST / CPCAPV / agroecologia e Economia Solidária) - “Sustentabilidade por hora um re-arranjo do capital. Mas é um sonho que pode se tornar realidade.”

Esses três últimos atores já apontando na direção de um conceito de sustentabilidade anti-capitalista, como apareceu em grande número de respostas (classificadas na categoria E). Alguns exemplos são:

Ator 51 (educador) - “Sustentabilidade. É produzir sustentável, produzir sem agredir a natureza, ter muito respeito com a fauna e a flora. Resumindo. Colocar a vida em primeiro lugar e depois o lucro.”

Ator 128 (líder comunitária) - “Hoje as pessoas estão doentes, tudo é pela alimentação, o uso abusivo de agrotóxicos. Temos que nos empenhar cada vez mais em cuidar do nosso planeta, que ele está sendo ameaçado, cada vez mais, dentro do sistema capitalista, que só visa lucro.”

Ator 114 (cultura de rua / resistência) - “O movimento que reivindicamos é contra a destruição do meio ambiente praticada por governos e empresários. [Sustentabilidade] não existe mediante o capitalismo.”

Ator 118 (partido) - “Sustentabilidade vem para ser uma saída para o que o capitalismo fez com o meio ambiente.”

Em especial, nos interessam duas respostas de conteúdo bastante complexo e que dialogam com toda a discussão apresentada durante nossa revisão de literatura. A primeira é a resposta do ator 50 que trabalha com inclusão digital e para quem a ideia de sustentabilidade trata de “Uma cultura contra-hegemônica, onde recursos e força de trabalho são repensados em termos de solidariedade e responsabilidade ambiental e social, contrapondo-se à cultura do lucro, do mercado e da exploração desenfreada.”

E a segunda resposta de interesse corresponde ao ator 43, membro do MTD e também da CMP que nos conta sobre uma frente de trabalho da qual participa

“Estamos organizando um empreendimento solidário de reciclagem de entulho de construções para produção de materiais de construção (tijolos ecológicos, reaproveitamento de pedra e areia) e discutindo projetos de moradia sustentáveis com uso de energia solar, reuso de água, aproveitamento de água de chuva, coleta seletiva, etc.”

Para o ator 43:

“[Sustentabilidade] É algo que traga o mínimo de impacto ambiental, mas que contribua para a superação das desigualdades sociais e econômicas, e que a tecnologia não seja monopolizada pelo capital. A verdadeira sustentabilidade não combina com o sociometabolismo do capital, onde o lucro está acima de tudo.”

Essas duas últimas respostas nos levam à próxima categoria, onde a ideia de sustentabilidade aparece diretamente (e explicitamente) ligada às formas de produção (estrutura) e reprodução social (cultura):

Ator 79 (educadora) - “Entendo a sustentabilidade como a forma de produção e reprodução social da vida calcada em valores harmônicos à uma vida cooperativa entre sujeitos e natureza.”

Ator 63 (governo) - “Sustentabilidade é a condição do planeta de prover a vida no presente e no futuro o que implica em profunda revolução na forma de homens e mulheres produzirem a existência (outro padrão de consumo, igualitarismo). O capitalismo é, na sua essência, predador.”

Ator 60 (feminismo) “A Sustentabilidade tem a ver com o modelo de produção e reprodução, que tem que ser organizado a partir e para a qualidade da vida humana. Este modelo tem que romper com a divisão sexual do trabalho / o trabalho reconceituado como o trabalho que fazem as mulheres de cuidador e domésticos tem

que ser valorizado e parte do processo de produção. O que produza sem destruir o meio ambiente e a Natureza e sem a exploração das mulheres.”

Já na categoria G a sustentabilidade é tratada como um modelo de desenvolvimento aparecendo na fala do ator 64 (Levante) como sendo

“[...] acima de tudo relações humanas harmoniosas. A exploração capitalista não permite que os seres humanos se conectem de forma sustentável com o meio, portanto para nós, para se falar em sustentabilidade é preciso avançar num projeto de desenvolvimento que coloque as relações humanas no centro do poder.”

E para o ator 68 (Recid e governo)

“Sustentabilidade é o cuidado com a casa comum, traduzido na proposta do BEM - VIVER: homens e mulheres integrados à natureza, uns cuidando dos outros, construindo uma casa onde todos e todas - homens, mulheres, fauna e flora, natureza, meio ambiente - cuidam uns dos outros. Tem a ver, portanto, com determinado projeto de desenvolvimento e de sociedade.”.

Finalmente, nas últimas três categorias temos respostas de caráter holista, focadas em uma nova racionalidade e com a compreensão da sustentabilidade como parte de uma emergente cosmovisão ecológica. Nesse sentido que o ator 125 (MPA - Movimento de Pequenos Agricultores) fala que a “sustentabilidade é pensar no ser humano como um todo ao ambiente que o cerca, tendo a consciência de estar interligado a natureza ao seu redor, assim evitando prejudica-la.” E ao descrever sua militância deixa claro que sua “bandeira de luta é um outro modelo de agricultura voltado a agroecologia e a soberania alimentar” e que o MPA tem relação com os temas do ambientalismo já que luta “por um modelo de agricultura saudável e que preserve a vida do meio ambiente e do ser humano em todos os sentidos da sua existência.”.

Outra resposta muito interessante é a do ator 44, que é educador e membro do movimento negro, e percebe a relação entre seu movimento de origem e o ambientalismo no âmbito da religiosidade (em referência às religiões de matriz africana que utilizam elementos da natureza em suas atividades), ao citar a “a natureza viva (pedras, rios, ervas, ar, água ...)”. E também a resposta do ator 40 (Coletivo Jovem de Meio Ambiente - AM e indígena) para quem “o meio ambiente é o todo em que vivemos”, e finalmente a resposta do ator 78 (Movimento Indígena da Juventude - PR) que responde que sua militância “É o meio ambiente. Nosso trabalho cultural é o meio ambiente. O Índio não vive sem mato, sem água, sem terra.” E que para ele sustentabilidade é “Tudo que vem do ambiente. Nós indígenas somos parte do meio ambiente. Sempre foi isso. Tudo era orgânico. Agora é só soja, transgênico, agrotóxico.”

Temos ainda a resposta do ator 30 (Pastoral da Juventude - AM) para quem:

“[...] deve perpassar todas as ações, principalmente no que tange aos projetos sociais. [...] Sustentabilidade é um estilo de vida, pautado em uma nova lógica. Do homem com relação a natureza, a política, ao território, a cultura, a sociedade, etc. Então, a sustentabilidade está para além do discurso. É na verdade uma nova forma de sociabilidade humana. Pautado em princípios de cuidado, igualdade, respeito a diversidade e claro ao Meio Ambiente. Que esse sistema essencialmente consumista, individualista desse espaço a novas relações também entre o homem e a natureza. A sustentabilidade é um passo para a construção de nova racionalidade.”

E finalmente temos a resposta do ator 123, militante do Movimento Nación Pachamama “na luta por resgatar o contato profundo com a Terra”, que descreve seu trabalho de militância afirmando “semeamos a consciência Pachamama, vendo a terra como um ser de direito, não como uma fonte de recursos. Experimentamos a vida em comunidade, voltando a nos reconectar com a terra, aprendendo a partir dela” e define sua percepção da ideia de sustentabilidade atrás de um questionamento “O termo traz a questão de SUSTENTAR. Sustentarmos o que? Sinto um desejo de "sustentabilidade" dentro de uma cosmovisão diferente do que vivenciamos, onde Pachamama é a base de tudo.”.

Acreditamos assim ter obtido uma vasta gama de respostas sobre as percepções de sustentabilidade dos atores sociais entrevistados, e que cobriram todo o leque de sentidos que abordamos na revisão bibliográfica.

Grosso modo, podemos resumir que, nas percepções acerca do conceito de sustentabilidade socioambiental expressas pelos entrevistados evidencia-se uma dura crítica a banalização do conceito de sustentabilidade e também dos valores e ideais ambientalistas. Percebe-se também a responsabilização do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal globalizado como principal culpado pela crise ambiental.

Para estes atores, o ambientalismo busca construir uma visão de mundo alternativa, que valoriza os conhecimentos tradicionais e populares, concebe as relações entre ambiente e sociedade sob uma perspectiva holística e pautada por uma ética de cuidado com a vida, defende uma organização social coletivista e considera a natureza como sujeito de direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a conhecer, analisar e avaliar como os representantes e/ou militantes engajados em movimentos sociais no Brasil percebem a crise ambiental; de que modo estes atores articulam as pautas ecológicas com suas respectivas bandeiras de luta; e finalmente quais os projetos sociais e práticas militantes daqueles atores que se auto definem como ambientalistas, de modo a dimensionar o potencial transformador dos movimentos sociais em direção à sustentabilidade socioambiental.

A Rede de Educação Cidadã (Recid) foi escolhida como recorte para este estudo posto tratar-se de uma rede de educação popular que aglutina membros de diversos movimentos sociais no Brasil. Foi articulada no ano de 2003, sob a liderança de Frei Betto, a partir do Gabinete Pessoal da Presidência da República no primeiro mandato do governo Lula, articulando-se como uma rede de entidades, movimentos e pessoas, com abrangência em todo território nacional e cuja natureza foi mista, dividida entre Sociedade Civil e Estado.

Assim, o presente trabalho tratou de apresentar a Recid e destacar alguns momentos desde seu surgimento, além de analisar seu funcionamento à luz da história da educação popular e dos movimentos sociais no Brasil. Para isso, recorreremos sucintamente a elementos históricos e analíticos para debater determinadas transições e movimentos.

Nesse sentido podemos afirmar que a experiência da Recid além de representar uma síntese da própria história da educação popular no Brasil também se configura como continuação da mesma.

A Recid surgiu como uma possível “porta de saída” do Programa Fome Zero, considerando a educação para cidadania como facilitadora no processo de inserção no mercado de trabalho; em seus mais de dez anos de existência, desenvolveu um aprofundamento pedagógico explicitamente focado na emancipação do povo, adotando uma metodologia de trabalho freireana, e assumindo sua opção por uma linha de pensamento da educação popular com marcada intencionalidade política em favor das classes populares.

A configuração mista desta Rede, composta simultaneamente pela sociedade civil e pelo Estado, e a análise das principais organizações parceiras que compõe a Recid, permitiram verificar a múltipla estratégia de ação dos movimentos sociais contemporâneos. Assim é possível afirmar que sua ancoragem mista, tanto no paradigma socioestrutural como também no paradigma sociocultural (“pé dentro, pé fora”), ao mesmo tempo em que se configura como desafio, pode ser considerada seu maior potencial, enquanto laboratório de inovação para novas alternativas societárias.

Cabe ressaltar que o alcance da Recid durante o período estudado apenas não se apresentou maior pois a ideia original da rede era a de alocar uma média de mil educadores para cada estado da federação, e na prática o possível naquele momento foi a manutenção de algumas centenas de pessoas trabalhando em todo território nacional.

Mesmo assim, ficou claro que a Recid desde o início sempre buscou formar cidadãos mais politizados e com maior capacidade organizativa, e esta é a base de qualquer movimento social em busca de transformação baseada em uma maior sustentabilidade socioambiental.

A análise dos principais temas trabalhados pela Recid explicitou a dificuldade de organizar, desenvolver e aprofundar um trabalho que envolva educação popular e articulação de movimentos sociais, dada a quantidade de ações de caráter organizativo realizadas, e aponta também para o potencial inovador dessa rede, enquanto experiência de reunião da diversidade de estratégias de ação e intervenção no real.

Além disso, a análise das principais temáticas ligadas ao ambientalismo trabalhadas pelos educadores da Recid, e as respostas ao questionário aplicado junto ao grupo, permitiram observar algumas aproximações.

A principal delas é uma forte relação entre as lutas ambientais e as lutas ligadas à produção de alimentos, em geral questionadoras do modelo convencional de produção agrícola hegemônico no Brasil; apoiado em latifúndios, na monocultura e na massiva utilização de agrotóxicos. Nesse sentido destacam-se as temáticas da agroecologia, das agriculturas familiar e camponesa, e também da agricultura urbana. Destacam-se ainda as lutas focadas na alimentação de qualidade, com foco nos temas da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, em defesa do amplo acesso da população a alimentos orgânicos, com o mínimo processamento industrial e de preferência produzidos localmente.

Além disso, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida teve bastante destaque, possivelmente por se tratar de uma campanha endossada por diversos movimentos sociais, entidades, instituições e universidades em todo o país.

Num segundo patamar observamos forte presença de iniciativas de Economia Solidária e geração de renda, em especial quando focadas no aproveitamento e valorização de materiais recicláveis; seja por meio do fomento e apoio às cooperativas de catadores como também no apoio a produção de artesanato; este último tipo de atividade com acentuado recorte de gênero pelo enfoque na emancipação das mulheres; além de iniciativas que abordaram a temática do consumo.

Alguns exemplos de atividades desenvolvidas dentro da temática estudada são focadas na educação para preservação ambiental como por exemplo palestras, debates e

cinelubos sobre a importância da preservação da natureza. Também o fomento a criação e manutenção de hortas urbanas e comunitárias, e ainda o estudo sobre o cultivo e uso de plantas medicinais. Ocorreram também diversas oficinas e cursos sobre produção de sabão com óleo usado, técnicas de artesanato com resíduos recicláveis, e até mesmo o fomento a empreendimentos solidários de reciclagem de resíduos da construção civil para produção de tijolos ecológicos, entre outros.

Podemos assim considerar que as maiores aproximações se dão entre o ambientalismo e os movimentos de luta pela terra e por soberania alimentar, e ainda com os movimentos de economia solidaria.

Com relação às percepções dos militantes de movimentos sociais acerca da temática da sustentabilidade socioambiental observamos críticas contundentes à banalização do conceito de sustentabilidade socioambiental e dos valores e ideias do pensamento ecológico conjuntamente a responsabilização do modelo de desenvolvimento capitalista financeirizado e globalizado. E também críticas ao consumismo como fonte de degradação ambiental.

Observamos ainda uma intencionalidade em politizar as questões ambientais; especialmente por conta do interesse expresso pela Recid em suas publicações oficiais e também nas declarações de seus membros; ao fomentar e monitorar políticas públicas voltadas ao meio ambiente.

Com isso, refutamos a hipótese inicial, posto que os elementos mais críticos do pensamento ecológico atingiram, sim, penetração nas políticas públicas durante o período no qual a Recid se manteve institucionalizada, e a suposta perda de radicalidade e flexibilização dos ideais do movimento apresentou-se mais como reflexo das disputas conceituais intrínsecas ao momento histórico, do que uma fragilidade de fato do Pensamento Ecológico.

Ficou, também, aparente a aproximação dos ideais feministas com o ambientalismo, em especial com relação ao paralelo entre o patriarcado e o capitalismo como formas de exploração, respectivamente, da mulher e da natureza (Gaia).

Foi muito interessante encontrar, após a sistematização, análise e interpretação dos dados, o documento síntese das plenárias da Cúpula dos Povos realizada no contexto da Rio + 20. Na plenária um (1), cujo tema era: direitos, justiça social e ambiental, o debate entre as centenas de participantes levou às seguintes conclusões:

Nós resolvemos que as causas estruturais da injustiça social e ambiental, identificadas na Plenária 1, são: a) O sistema capitalista. b) Enxergar o ser humano como o centro e não como parte de uma biodiversidade. c) A mudança na forma de entendimento da economia —uma economia que não está a serviço das necessidades humanas e se converte somente em fonte de acumulação financeira. d) A mercantilização da natureza, da água, do ar e dos alimentos. e) A organização social

feita pela lógica do patriarcado. f) O racismo. g) A exploração dos países do hemisfério sul pelos países do hemisfério norte. h) Exclusão das práticas tradicionais e dos saberes tradicionais de uso da terra e imposição de um modo de exploração mercantil dela. i) O modelo neoliberal e a cultura do consumo. j) Os investimentos dos bancos nacionais em uma estratégia de desenvolvimento com base no modelo capitalista do uso da terra. k) Distribuição desigual da terra e acumulação de poder na mão de poucos. l) Privatização do espaço público (CÚPULA, 2012, p. 5).

Essa síntese é bastante coerente com nossas observações sobre as respostas dos atores sociais entrevistados.

Com isso, retomamos a tipologia proposta por Alain Touraine para categorizar os movimentos sociais: a identidade, o adversário e sua meta societal; e nos sentimos confortáveis em afirmar que o movimento ambientalista do Brasil contemporâneo se apresenta com identidades múltiplas, como um movimento social transversal a diversas bandeiras de luta, embora possamos distinguir como sua identidade principal a percepção de que as pessoas são parte da natureza, e logo, destruir a natureza corresponde a um comportamento de autodestruição, com especial efeito sobre as populações marginalizadas e excluídas.

Como principal adversário percebemos que o ambientalismo enfrenta o sistema capitalista, que é responsabilizado pelos integrantes do movimento como destruidor dos ambientes naturais, produtor de desigualdade social e de gênero e da segregação espacial dos menos favorecidos.

E por fim como meta societal do ambientalismo identificamos a transição para sociedades sustentáveis, onde os conhecimentos tradicionais e populares são valorizados, a economia é solidária e está a serviço dos interesses coletivos, onde o modelo de produção agrícola hegemônico é agroecológico, familiar e camponês, a lógica que rege as relações sociais está pautada na ideia do bem-viver, e homens e mulheres podem ter acesso às mesmas oportunidades. E finalmente a natureza seja tratada como sujeito de direitos e não como fonte de recursos. Ou seja, concluímos que no contexto estudado o ambientalismo, ou o ecologismo, é um movimento social em busca de disseminar uma visão de mundo alternativa e consolidá-la como hegemônica. Uma cosmovisão ecológica.

Finalizamos o trabalho reiterando a enorme importância da iniciativa de construção de uma rede de educadores populares, capaz de desenvolver um trabalho de formação política e para a cidadania com abrangência nacional. Este projeto demonstra potencial para contribuir com a constituição de uma sociedade mais justa, democrática, soberana e sustentável. Seguimos na esperança de que esta experiência seja retomada nacionalmente num futuro próximo, que seja maior e tenha ainda mais alcance. Há-braços!

REFERÊNCIAS

ADITAL. **Agentes do Fome Zero sentem-se mais seguros após encontro nacional.** Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=9546>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres.** São Paulo: Editora Contexto. 2014.

ALVES, Nilda. **Políticas e cotidianos em redes educativas e em escolas.** In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP. Campinas, 2012.

ARAÚJO, Maria do Socorro Souza de. **FOME ZERO: a mobilização social visando o combate à fome e a pobreza no Brasil.** II Jornada Internacional de Políticas Públicas – UFMA. 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos/EixoTemaicoC/246Maria_do_Socorro_Sousa_de_%20Ara%C3%BAjo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições, 1977. 70 p.

BERNARDO, J. **O Inimigo Oculto** – Ensaio sobre a luta de classes; manifesto anti-ecológico. Afrontamento, Porto, 1979.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres.** São Paulo: Ática. 1995.

_____. **História da sustentabilidade.** 2007. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/vista/2007/nov30.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

BORTOLOSSI, H.J. **LPP - Estatística da letras, palavras e períodos.** 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/cdme/lpp/lpp-html/lpp-e-br-file.html>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular.** São Paulo, SP: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Vãos, 2ª edição, 1985

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência, Secretaria de Direitos Humanos, CAMP. **Projeto Político Pedagógico da Rede de Educação Cidadã.** Talher Nacional - Secretariado IMPRENSA NACIONAL. Brasília - DF. 2011. 28 p. (4a ed.).

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência, Secretaria de Direitos Humanos, CAMP. **Sem cercas e muros: a Educação Popular no meio do povo** (Análise do processo pedagógico das oficinas da Recid). Talher Nacional - Secretariado IMPRENSA NACIONAL. Brasília - DF. 2012. 90 p.

CARVALHO, M. M. C. de. **A configuração da historiografia educacional brasileira.** Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

CASA pequeno davi. **Encontro da Macrorregional RECID Nordeste.** 16 Out. 2017. Disponível em: <<http://casapequenodavi.blogspot.com/2017/10/encontro-da-macrorregional-recid.html>>. Acesso em: 14 Jan. 2019.

CASTELLS, M. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol2. **O Poder da Identidade.** São Paulo: SP: Paz e Terra, 2000. p. 17-28; 78-87; 141-168; 417-427.

CASTORIADIS, C. **Encruzilhadas do labirinto II.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p. 1-19, 135-158.

CHAUÍ. M. **O que é ideologia.** Editora brasiliense. 2005.

CINTRA, L. **Você sabe a diferença entre segurança alimentar e soberania alimentar?.** 2013. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/ideias-verdes/voce-sabe-a-diferenca-entre-seguranca-alimentar-e-soberania-alimentar/>> Consulta em: 12 ago. 2015.

CONSEA. **Mesa de controvérsias sobre impactos dos agrotóxicos na soberania e segurança alimentar e nutricional e no direito humano à alimentação adequada: relatório final.** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. -- Brasília : Presidência da República, 2014.112 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/mesa_de_controversias/mesa-de-controversias-sobre-agrotoxicos-2013/mesa_controversias_web.pdf> Consultado em: 26 set 2018.

CÚPULA dos povos na rio + 20 por justiça social e ambiental. **Declaração Final e Sínteses das Plenárias.** 2012. Disponível em: <<http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/DOCUMENTOS-FINAIS-DA-CUPULA-DOS-POVOS-NA-RIO-20-POS-JUSTI%C3%87A-SOCIAL-E-AMBIENTAL.pdf>>. Consulta em: 14 Jan. 2019.

DECRETO nº 8.579, de 26 de novembro de 2015, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8579.htm> Acesso em: 12 Mai. 2018

DECRETO Nº 9.038, de 26 de abril de 2017, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9038.htm> Consultado em 12 mai. 2018

DECRETO Nº 7.688, de 2 de março de 2012, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7688.htm> Acesso em 12 mai. 2018

DUMONT, L. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 11-31; 86-115.

DUPUY, J. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FÁVERO, O. **Uma pedagogia da Participação Popular** - Análise da Prática Educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas, Autores Associados, 2006.

FEINBERG, J. **Wordle**. 2009. Disponível em: <<http://www.wordle.net/>> Acesso em: 12 abr. 2016.

FERREIRA, E. M. de A. N. **Discursos sobre sustentabilidade nas redes sociais digitais: uma análise no Twitter**. Dissertação (Mestrado) -- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. 2014. 129 p.

_____. Potencialidades e limites da cosmovisão ecológica como novo paradigma civilizatório. **VIII Seminário Internacional - As redes educativas e as tecnologias: movimentos sociais e educação**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ]: Mídia Digital. 2015.

FERREIRA, L. da C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006. 110 p.

FERREIRA NETO, D. N. **Uma alternativa para a sociedade**: caminhos e perspectivas da permacultura no Brasil. São Carlos: [s.n.], 2018. 317 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. 127 pp.

GAMA, A. **João Bernardo, O Inimigo Oculto** - Ensaio sobre a luta de classes; manifesto anti-ecológico. Afrontamento, Porto, 1979. Revista crítica de ciências Sociais No 7 - CES – Coimbra: Dez. 1981 p. 621 – 626. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=140&id_lingua=1>. Acesso em: 14 Jan. 2019.

GARCÉS, M. D. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: PONTUAL, P.; IRELAND, T. **Educação popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: MEC/UNESCO/CEAAL, 2006. p. 77-89.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. 189 pp.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 415 pp.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990. (11ª ed., 2001)

HECK, S. **TESE RECID ESTELA**. Mensagem recebida por <selvinoheck@terra.com.br> em 17 mai. 2018.

_____. **TESE ESTELA – RECID E MOVIMENTO AMBIENTALISTA – CONSIDERAÇÕES SELVINO**. Mensagem recebida por <selvinoheck@terra.com.br> em 17 abr. 2019.

JACOBI, P. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **RAP – Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 131-158, 2000.

_____. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade das articulações de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003. Disponível em:

<http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf>.

Acesso em: 12 nov. 2012.

KARU coletivo Slow Food. **Banquete São Carlos em defesa do CONSEA**. 2019.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/603636416716804/>>. Acesso em 19 Fev. 2019.

KRIEG-PLANQUE, A. **A fórmula “desenvolvimento sustentável”**: um operador de neutralização de conflitos. 2010. Disponível em:

<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao19/artigos/artigo_001.pdf> Acesso em: 10/06/2013. 25 pp.

LÁSLÓ, E. Uma evolução a sustentar. [Entrevista a Flavia Pardini]. **Página 22**, São Paulo, n. 11, p. 12-17, ago. 2007.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 310 pp.

LIPOVETSKY, G. A renovação ética. In: _____ **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Barueri: Manole, 2005. p.192 – 206.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003, 159 p.

MACHADO, V. D. F. **A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. In: III Encontro ANPPAS, 2006, Brasília. 18 pp.

MANCIE, E. A. **Fome Zero e Economia Solidária: O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil**. Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular, 2004. 276 p.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, 224 p..

MDS. **Apresentação do Programa Fome Zero na reunião preparatória para o Foro de diálogos Brasil - Espanha: Desenvolvimento com justiça social**. 2005. 14 p. Disponível em:<<http://slideplayer.com.br/slide/286679/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

MEDIDA provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. 2019. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MENDONÇA, Rita. **Conservar e criar:** natureza, cultura e complexidade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005, 255 p.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), “Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes”, **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, vol. 17(2), Campinas: Unicamp, pp. 78-87

MOURA, M. C. O. de **Programa Fome Zero:** uma convocação ao exercício da cidadania. In: EQUIPE NACIONAL DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. Mobilização social: caminho de transformação. Caderno de Estudos, Goiânia: Universidade Católica de Goiás n. 1., p.17-23, 2004.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa.** Brasília: UCB, 2003. 108 p.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU/ MEC, 1976.

NEGRI, A; GUATTARI, F. **As verdades nômades.** Por novos espaços de liberdade. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Politéia, 2017. 214 p.

OLIVEIRA, F. A. **Reflexões Críticas Sobre Weltanschauung:** Uma Análise do Processo de Formação e Compartilhamento de Cosmovisões numa Perspectiva Teo-Referente. *FIDES REFORMATA* XIII, Nº 1 (2008), p. 31-52, 2008. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_XIII_2008__1/Reflexoes_Criticas_sobre_Weltanschauung_Fabiano_de_Almeida_Oliveira.pdf>. Acesso em 23 mai. 2014.

PEREIRA, Dulcineia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Revisitando a história da educação popular no Brasil:** em busca de um outro mundo possível. Revista HISTEDBR. Campinas: UNICAMP, n. 40, p. 72-89, dez., 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art05_40.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 255 pp.

RECID. **Rede de Educação Cidadã**. Website Oficial. [200-?]. Disponível em: <<http://recid.redelivre.org.br/>> Acesso em: 04 mar. 2015.

_____. **Vamos lá fazer o que será**: Versão reduzida. Caminho do meio produções audiovisuais LTDA. Vídeo. Cor. 11 min. 2007. Disponível em: <<https://vimeo.com/14003995>>. Acesso em: 02 Fev. 2015.

_____. **Pé dentro, Pé Fora**: Na Ciranda do Poder Popular. Produção Coletivo Muruá. Vídeo. Cor. 48 min. 2011. Disponível em: < <https://vimeo.com/32872425>>. Acesso em: 16 Fev. 2015.

_____. **Rede de Educação Cidadã**. 2013. Disponível em: <<http://recid.org.br/index.php>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

_____. **Linha do tempo**. 2013. Disponível em: <<http://recid.redelivre.org.br/files/2013/10/linha42-sopraver.jpg>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

_____. **REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ – Balanço resumido de 2011 a 2014**. 2015. Disponível em: <<http://recid.redelivre.org.br/2015/02/11/recid-balanco-2011a2014/>> Acesso em: 09 mar. 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RELATORIO do XIII Encontro Nacional da Recid. Porto Alegre: Camp. 2016.

ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 11-36.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: Contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento, 2000. 376p.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. (Org.) **Conhecimento Prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007. 127 pp.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1993. 143 pp.

SG, Secretaria Geral da Presidência da República. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.** 2014. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf>>. Acesso em: 25 Mar. 2015.

SG, Secretaria Geral da Presidência da República. **05.02.2015 - Educadores populares se encontram para refletir sobre os rumos da Rede de Educação Cidadã.** 2015. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2015/fevereiro/05-02-2015-educadores-populares-se-encontram-para-refletir-sobre-os-rumos-da-rede-de-educacao-cidada>> Acesso em: 02 Abr. 2015.

TALHER. **Sistematização da Rede de Educação Cidadã:** uma história escrita por várias mãos. Biblioteca Virtual sobre Sistematización de Experiencias - Programa Latinoamericano de Sistematización de Experiencias del CEAAL. 2010, 13 p. Disponível em: <http://www.cepalforja.org/sistem/documentos/Rede_educacao_cidada_uma_historia_varias_maos.pdf> Acesso em: 19 jan. 2015.

TYGEL, Alan Freihof. **Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida:** construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. *Agriculturas*; v. 11 - n. 4; dezembro de 2014; p. 38 – 42. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Agriculturas_v11-n-4_artigo7_ContraOsAgrotoxicos.pdf>.

Consultado em: 26 set 2018.

UNITED purpose. **Our Community Has Our Voice”:** Increasing community participation in Brazil. 19 Ago. 2018. Disponível em: <<https://united-purpose.org/stories/2018/8/15/our-community-has-our-voice-in-brazil>>. Acesso em: 14 Jan. 2019.

VALE, Ana Maria do. **Educação popular na Escola Pública.** São Paulo: Cortez, 1992.

VIÉZZER, M. **Somos todos aprendizes.** In: Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, v 5. In: Lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental. 1995.

Disponível em: <http://www.recea.org.br/acervo/artigo_MOEMA-Tratado.doc> Acesso em: 02 mai. 2012.

WALLERSTEIN, I. M. **O fim do mundo como o concebemos:** ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ANEXO I - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS.

Pergunta 1: Qual sua principal atuação na Recid? (atuação / movimento / bandeira de luta).

Pergunta 2: O trabalho que você desenvolve (enquanto membro da Recid) tem alguma relação com o Movimento Ambientalista, ou com os temas da sustentabilidade; Meio Ambiente ou Ecologia? Caso a resposta seja sim, explique qual a relação que você vê e por quê.

Pergunta 3: Pensando nas questões ambientais, como você explicaria o que é sustentabilidade?

ID	UF	Pergunta 1	Pergunta 2	Pergunta 3
1	SC	Atuo na coordenação do FREPOP - Fórum de Educação Popular, a atuação se dá na colaboração para construir espaços de encontros entre educadores e educadoras populares	Desenvolvo a coordenação do FREPOP, que nas suas doze edições, teve atividades autogestionadas sobre temas ecológicos.	Sustentabilidade pode ser concebida como um conceito que para além de respeito a multidiversidade dos ecossistemas, concebe os seres humanos parte destes ecossistemas.
2	CE	Professora universidade estadual; A formação e articulação jovens dentro campo acadêmico	Sim. Pesquisas e debates temáticos sobre questão ambiental, dentro do semiárido nordestino	Capacidade: Atuar, viver de forma relacional com o meio em que vive criando formas de sobrevivência aproveitando os valores da terra.
3	AL	Atuo através da minha contribuição no MOPS - Movimento popular de saúde - e Aneps - Articulação Nacional da Práticas Integrativas em Saúde.	Atuo com o tema ambiental através das práticas como a fitoterapia, o cultivo de Ervas medicinais, na inserção do cuidado em saúde - do modelo Agroecológico sustentável - por um modelo de Alimentação e Produção que agregue os valores agroecológicos - e não de consumo e degradação ambiental como é o Capitalista.	Acredito ser o modelo ambiental focado e / ou voltado para uma sustentabilidade e não só ambiente - Acredito que a sustentabilidade é o conjunto do equilíbrio entre a natureza e o ser seja ela racional ou não.
4	DF	Educadora Popular. Bandeiras de luta: terra, teto, trabalho, educação.	Sim, trabalhamos a agroecologia em formação nos assentamentos e em hortas urbanas; trabalhamos temas sobre agrotóxicos o uso e efeitos no meio ambiente.	Sustentabilidade deveria ser um modo de se relacionar com o mundo em todas as relações com o cuidado para com a natureza e seus recursos reconhecendo que somos parte.

5	RO	Minha atuação hoje é no Movimento dos Atingidos por Barragens. Nossa maior bandeira é pelo Projeto Energético Popular + Direitos dos Atingidos. Também ajudamos construir o Projeto popular + RECID no nosso Estado.	Nosso movimento antes de tudo também somos defensores do Meio Ambiente. Questionamos o modelo de construção de Barragem no Brasil. Um modelo que expulsa famílias, mata os rios, elimina a biodiversidade e cria passivos socioambiental.	Sustentabilidade: É conviver com o meio ambiente, tirando da floresta os produtos necessário para a sobrevivência familiar e cuidar do mesmo.
6	ES	Sou Movimento Direitos Humanos - Já conhecia a Recid, mas atuação se firmou com último convênio como entidade âncora. CDDH. Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Serra.	Não. Enquanto entidade de Direitos Humanos acompanhamos lutas ambientalistas na linha da formação, proteção e defesa dos membros.	Com olhar sobre grupos, coletivos e entidades, fóruns e redes. Comunidades quilombolas, ribeirinhas entre outros. Sustentabilidade parte princípio de manter o que estamos perdendo. Ex. sementes criola, agroecologia e orgânicos, é luta pela sustentação do planeta a partir dos seus espaços, de suas vidas.
7	MA	Coordenação - Articulação de movimentos e lutas. Oficinas nas bases, principalmente com Economia Solidária	Sim. Na Recid e localmente sou ligado à Associação Cultural e Ambiental de Preservação do Rio Buriti e Afluentes - que desenvolve ações locais de Preservação - Ecologia e Meio Ambiente	Sobretudo a garantia de sobrevivência do planeta com todos seus entes.

8	PB	Educadora Popular. Minha atuação é junto com as mulheres, na base, trocando experiências, saberes e sabores. Na formação política e na luta de gênero.	Sim, essa relação se dá na formação crítica, na realidade em que as mulheres estão inseridas. (desemprego, analfabetismo, violência doméstica, sexistas, falta de água, alimentação cheia de veneno / agrotóxico) etc...	É um modelo de produção que leva em consideração a vida do planeta como um todo. A "casa comum". A pessoa, a fauna, a flora, a Mãe Terra, o ecossistema. Um modelo que trate o meio ambiente com respeito e não como mercadoria.
9	RS	Sou diretor do CAMP. Atuo na Recid desde 2003, como militante, entidade âncora estadual e entidade âncora nacional.	Todo trabalho de educação popular guarda relação com as lutas concretas dos movimentos sociais, no caso, a Recid tm estreita relação com os movimentos de catadores, as cooperativas de reciclagem e as lutas territoriais de resistência ambiental e os povos tradicionais.	Sustentabilidade é a capacidade que uma prática / ação tem de realizar-se e desenvolver-se sem destruir as bases políticas, físicas, econômicas, sociais, culturais e ambientais que sustentam seu meio.
10	PR	Sou educadora popular atuando pela Assembléia Popular Paraná com associações de catadores / as de material reciclável de Curitiba e região metropolitana, ligando com bandeiras de trabalho e geração de renda nos princípios da ECOSOL [Economia Solidária], saúde, educação, moradia, meio ambiente.	As ações desenvolvidas com os coletivos de catadores e catadoras estão vinculadas às temáticas descritas; não diretamente ao movimento ambientalista; mas compreendo que as ações estão permeadas nas pautas ambientalistas.	

11	DF	Educador popular, desenvolvimento das oficinas comunitárias de produção audiovisual pelo modelo de agência escola de expressão e comunicação dentro da rede comunitária de comunicação composta por indivíduos, coletivos e entidades atuantes com educação e cultura popular.	Sim. Nossos dois projetos em execução hoje - Memória dos Povos do Cerrado e Memória Alimentar dos Povos do Cerrado, abordam o universo cultural de comunidades e seus territórios que tem o bioma cerrado como identidade geográfica, registrando e divulgando saberes e fazeres por suportes tecnológicos e redes sociais da internet. Os temas de sustentabilidade e meio ambiente ou ecologia tem indissociável relação com todas as ações desenvolvidas.	Nos nossos projetos procuramos praticar a sustentabilidade em todos os níveis de execução. São projetos, que por estarem ligados a um bioma em processo voraz de de devastação, a sustentabilidade se explica pelos objetivos que contemplam a realização de produtos com base no resgate e preservação dos recursos naturais, envolvendo educação e cultura popular.
12	RS	Educadora popular. Movimento de Economia Solidária, empreendimento de reciclagem de papel. Ecopapel.	Sim, não tem como trabalhar a educação popular sem falar em sustentabilidade ambiental pois não adianta ter educação sem ter um ambiente, um universo para garantir de fato a sobrevivência.	A sustentabilidade é pensar práticas de preservação do meio ambiente e minimizar os impactos causados pelos humanos no planeta que é nosso e para nós enquanto vida.
13	AC	Movimento de Quadrilhas Juninas - pelo reconhecimento e valorização da cultura junina. Movimento LGBT - pelo respeito e dignidade	Sim. Através do temas propostos no ano, desenvolvemos atividades e trabalhos voltados	Relaciona-se com aspectos da cultura, economia, sociais e ambientais da sociedade. Em suas necessidades e

			à preservação do meio ambiente, com educação e palestras de tal.	expressões no maior potencial no presente e no tempo de preservar a biodiversidade e o ecossistema natural.
14	MG	Atuo junto as pastorais sociais, movimento de Direitos Humanos e Economia Solidária. Já fui contratada em dois convênios da Recid - MG. Hoje estou voluntária na Recid.	Sim, dentro do Fórum Mineiro de Direitos Humanos sou conselheira do sub comitê do Ribeirão da Mata e acompanho os grupos de agricultura urbana que tem parceria coma Recid na área da formação. Campanha contra os agrotóxicos, AMAU [Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana].	É pensar e atuar junto a projetos que visem formas de sustentação com preservação ambiental levando em conta as necessidades da geração futura.
15	CE	Atuo numa associação de educadores populares no estado do Ceará, onde desenvolvemos processos formativos e organizativos de educação popular junto a grupos comunitários e dentro de instituições da educação formal.	Sim, enquanto educador da Recid faço parte do Fórum Microregional Pela Vida no Semiárido de Iguatu - Ceará. Esta e outras instituições defendem e promovem a convivência com o semiárido, buscando uma harmonia ecológica entre todos os seres que fazem parte de bioma caatinga e com esse fenômeno climático.	Diante de tamanha agressão ao meio ambiente, devido a ação danosa do ser humano que depreda e mutila a nossa "casa comum", nos julgamos donos do todo, compreendo que sustentabilidade é a arte de conviver em harmonia com o todo do universo.

16	TO	Movimento de Direitos Humanos: Na Recid a minha atuação é realizar atividades pedagógicas com grupos. Assim como provocar a sua organização.	Sim. Trabalho com grupo de mulheres camponesas que busca uma vida sustentável e saudável do ponto de vista da sustentabilidade da terra e meio ambiente.	Sustentabilidade é tudo aquilo que se usufrui sem degradar o meio ambiente. Neste sentido podemos pensar na extração de matérias prima (produto) sem matar o mesmo.
17	AM	Educadora a facilitadora no movimento de acesso às políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia. Valorização da agricultura familiar e agroecológica como base econômica, social e política.	Sim! Trabalhamos para mostrar aos agricultores familiares as vantagens de uma agricultura sustentável e ecológica, econômica e socialmente.	Sustentabilidade é tudo aquilo que é autossustentável independente econômico e social, no caso da agricultura é tudo aquilo que dá condições para a melhoria da vida familiar e da produção agrícola - é tudo que dá e proporciona a melhoria econômica das famílias.
18	TO	Trabalho com projeto social com crianças e adolescentes, pela Recid, bem como também o fortalecimento da Economia Solidária de Tocantínia - TO	No projeto Cidadão/a do Amanhã de Tocantínia - CAT, realiza ações como arborização de setores do município e também atividades educativas. Realizamos porque sabemos da necessidade que temos de cuidar do meio ambiente, bem como a conscientização das pessoas.	Sustentabilidade significa fazer uso da matéria prima sem danificar o meio ambiente, buscando sempre fazer o planejamento do seu uso sem que prejudique a vida humana.
19	BA	Voluntário. Discuto questões ligadas a saúde, controle social em saúde e também as questões ligadas ao movimento LGBTT.	Não.	Um projeto de desenvolvimento que pensa da racionalidade (uso racional) dos recursos ambientais além de uma política de

				desenvolvimento que busque justiça social e ambiental.
20	PE	Atuo como militante do Fórum de EJA no Estado de Pernambuco.	Não.	Forma que o meio ambiente tem de funcionar e manter as condições de vida asseguradas através da implantação de ações, recursos, que sejam realistas para os diversos setores humanos que dependem e utilizam o meio ambiente para viver.
21	PE	Educador popular da Recid, atuo no bojo da Via Campesina NE, em especial com a Pastoral da Juventude Rural e o com o MST.	Sim. Em especial com a PJR [Pastoral da Juventude Rural] ela tem grupos produtivos. GPRs - Grupos de Produção e Resistência, que atuam exclusivamente com Agroecologia e Economia Popular Solidária. Logo trabalhamos com o tema.	Pensando na agroecologia, entendemos que é um desenvolvimento do campo e do planeta de forma equilibrada, que leve em conta o bem estar das pessoas e da mãe terra, um desenvolvimento baseado no cuidado do planeta e de quem nele habita.
22	RR	Educadora popular da Rede; com participação como apoio, nos seguintes movimentos: Mulheres Camponesas - MMC, Economia Solidária e ...	Os movimentos: E.S [Economia Solidária] e MMC [Movimento de Mulheres Camponesas], são movimentos que trabalham sustentabilidade social, com a prevenção do meio ambiente, o resgate da valorização humana; respeitando as	A preservação da água, da agricultura familiar, o combate aos agrotóxicos, e outros; mas estas três aqui apresentadas, são prioridades urgentes. Como pensar em sustentabilidade, com uma sociedade agredida pelas doenças terminais, principalmente o câncer; que é uma doença causada pelo veneno e as contaminações

			etnias e a cultura cidadã, principalmente a preservação das riquezas naturais que difere o eu de cada ser.	aquáticas.
23	RO	Formação política da juventude urbana e contribuições para a aformação da juventude camponesa. Utilizando como ferramenta elementos da arte e da organização popular. (Levante Popular da Juventude).	Não.	Vejo a sustentabilidade, a priori como um termo muito utilizado no campo neodesenvolvimentista sem considerar os impactos. No entanto vejo como imprescindível o cuidado com os espaços e recursos naturais para o progresso integral do Brasil.
24	RJ	Educador voluntário; conselheiro do CONSEA [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional] (Recid); educador na área dos catadores.	Sim pois através de embates contra os agrotóxicos, com o lema comida de verdade no campo e na cidade.	Dando uma nova vida para nós mesmo, isto é a natureza mas consciente.
25	MS	Atuo como educadora social, no movimento de cultura. A partir dele trabalhamos com mulheres em situação de violência, mais especificamente, e com vários outros movimentos, alguns com pautas mais pontuais e outros não.	Sim, indiretamente por conta do desenvolvimento de formação da consciência crítica que perpassa vários temas, e entre eles, a questão ambiental. Não estou diretamente ligada com o movimento ambientalista, mas pessoalmente, no campo de trabalho que também atuo (com teatro), desenvolvemos junto à escolas públicas ações de	Penso que seria em como utilizar os elementos essenciais para vida, sejam feitas de forma coletiva e que pensasse de forma a não agredir, ou diminuir a agredição ambiental para adquirir esses elementos, colaborativamente, autogestionado, sem utilização de capital.

			fomento a preservação ambiental, uso consciente da água, da reciclagem do lixo, etc etc	
26	AM	Educação e moradia	<p>Sim, há uma forte relação por conta da reforma urbana necessária para tornar a vida qualitativa e as cidades sustentáveis, visto que há um grande déficit de moradia, saneamento básico, infraestrutura, mobilidade e acessibilidade, necessitando de políticas públicas efetivas e formação cidadã na perspectiva da E. P. [Educação Popular] pois a educação formal deixa muitas lacunas nesse sentido.</p>	<p>No sentido da garantia de direitos. Direito a vida, direitos sociais, direito a cidade e como consequencia uma cultura em cuida, preserva e manter o meio em que vivemos, planeta e o próprio ser humano.</p>
27	MT	Educador Popular, Movimento HIP-HOP, Nação HIP-HOP Brasil.	Não.	<p>Sustentabilidade é tudo que produzimos no ambiente que vivemos de forma sustentável sem produzir impactos negativos no ambiente, usando recursos naturais.</p>

28	PI	Promover a aproximação e fortalecimento dos grupos, sua organicidade e sua forma integrada de agir articuladamente; tudo isso fundamentado nos preceitos da educação popular.	Sim, pois vivemos numa intensa busca de fortalecimento das nossas identidades. Por mais diversas que elas sejam, todas perpassam pelos debates e práticas ambientais. O movimento pode não existir de modo estruturado, com instâncias, mas existe na prática de um povo que vive em comunidades de base.	São novas práticas, alternativas que promovem o jeito protagonista de ser, no que diz respeito ao fato de sermos capazes à partir do que produzimos e de nos renovarmos a cada ciclo, cada fase de dificuldades e limitações.
29	PB	Sou membro da CPT Sertão / PB (Comissão Pastoral da Terra), minha atuação na Recid se dá como educador voluntário e trabalho como educador popular acompanhando áreas de assentamentos.	Sim, a gente trabalha a Educação Popular onde através do processo de formação estão sendo desenvolvidas nos assentamento experiências de agroecologia e convivência com o semi-árido.	No meu entender sustentabilidade requer que a ação desenvolvida cause o mínimo de impacto possível a sociedade e meio ambiente e que esta atividade tenha um sustento social, econômico e político, não venha a causar prejuízos a si mesmo.
30	AM	Bandeira de luta, porque as pautas da rede [Recid] nos interessa, enquanto pastoral da juventude.	Creio que hoje é uma pauta muito importante. Na verdade a sustentabilidade deve perpassar todas as ações, principalmente no que tange aos projetos sociais. Pois a maioria dos editais hoje pedem a prática e a intervenção na questão socioambiental.	Sustentabilidade é um estilo de vida, pautado em uma nova lógica. Do homem com relação a natureza, a política, ao território, a cultura, a sociedade, etc. Então, a sustentabilidade está para além do discurso. É na verdade uma nova forma de sociabilidade humana. Pautado em princípios de cuidado, igualdade, respeito a diversidade e claro ao Meio Ambiente. Que

				esse sistema essencialmente consumista, individualista desse espaço a novas relações também entre o homem e a natureza. A sustentabilidade é um passo para a construção de nova racionalidade.
31	SP	Coletivo Jovem de Meio Ambiente, Levante Popular da Juventude	O Coletivo Jovem [de Meio Ambiente] tem um trabalho de educação ambiental por diversos meios, por exemplo as conferências, projetos com educomunicação, entre outros	Sustentabilidade, pensando hoje em nosso modelo econômico vigente, capitalista, é muito interessante pensarmos em um consumo que não agrida o bem comum e a preservação de nossos recursos que são explorados por grandes interesses do capital.
32	RJ	Educação popular	Sim, sempre temos e desenvolvemos em nossos trabalhos / oficinas o tema ambiental e sustentabilidade pois não podemos nos calar e nem deixar de abordar temas tão importantes para as nossas vidas.	Quando podemos nos sustentar diante da vida e dos fatos que estão ao nosso redor, dando suporte a outras pessoas tais como consciência, participação, arte, cultura, etc...
33	SC	Parceiro - movimento sindical	Sim. Atuo com educação profissional e a questão ambiental está entre os temas geradores na área do turismo, buscando refletir alternativas frente ao modelo	A sustentabilidade está vinculada à questão ambiental numa perspectiva de inclusão social e de interação das práticas sociais dos sujeitos, portanto, integra-se ao debate da ocupação dos espaços, preservação ambiental e

			hegemônico.	luta pela qualidade de vida da população.
34	RN	Educação popular, qualidade de vida com segurança alimentar e meio ambiente saudável livre a interferência do homem	Sou estudante no curso técnico em agroecologia, trabalho com oficinas semanais e faço parte do núcleo dos objetivos do milênio onde buscamos a sustentabilidade.	Sustentabilidade é quando usamos os nossos recursos naturais ou materiais sem destruir ou causar danos de forma que venha a ser repostos sempre quando for preciso ser usado para que não falte.
35	MG	RENAJOC - Rede Nacional de Adolescentes e jovens comunicadores, sou integrante, atuo nas temáticas de gênero e sexualidade, direitos humanos a comunicação e adolescências e juventudes.	Sim, nós trabalhamos com formação de adolescentes e jovens nas temáticas socioambientais, realizamos o Rio + você, que é uma sensibilização no dia da terra e produzimos conteúdos informativos em uma abordagem educadora.	Sustentabilidade é um olhar de preservação do nosso ecossistema a partir do sistema capitalista, como podemos produzir as demandas sociais sem gerar danos, no caso da energia é mais sustentável a produção de energia solar pelo seu menor impacto ambiental. Sustentabilidade é preservação.
36	RN	Educadora social (pastoral da criança / grupo de escoteiros)	Trabalhamos sim com esse tema e percebemos a necessidade de cuidar para um bem viver	É viver pensando no outro no todo e em tudo.
37	PE	Atuação na área de Educação em Direitos Humanos. Movimento Nacional das Mães pela Igualdade / Movimento Nacional de Direitos Humanos. Bandeiras de luta: LGBT, Direitos Humanos, crianças e adolescentes, juventude e mulheres.	Não.	Os direitos ambientais atualmente não estão sendo respeitados como deveria ser, para que possamos ter sustentabilidade ambientais precisamos respeitar todos os

				Direitos Humanos ambientais e social, porque o ser humano ele é social e vive em um ambiente e este ambiente tem que ser saudável.
38	CE	Trabalho com agroecologia, bioconstrução, permacultura, arte e cultura.	Sim, minha prioridade são as comunidades rurais focado na sustentabilidade e na propagação da biodiversidade no cuidado de sementes criolas e nativas	Sustentabilidade é a harmonia plena da humanidade com o meio respeitando todas as limitações que nos rodeiam
39	MG	Educador - MST / CRB sul de minas [Curso Realidade Brasileira] / comunicação da campanha permanente contra os agrotóxicos / UAI - União agroecológica de Inconfidentes / Educador de Economia Solidária	Sim! Sou do Comitê sul de Minas da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos Pela Vida e dos movimentos de Agroecologia do sul de MG.	Sustentabilidade por hora um de-arranjo capital. Mas é um sonho que pode se tornar realidade.
40	AM	Sou membro do Coletivo Jovem de Meio Ambiente / AM, lutamos por um ambiente equilibrado, ecologicamente correto e justo; desenvolvemos como movimento social a educação ambiental em todos os níveis e o protagonismo juvenil, atuações: formações, encontros, palestras, ações práticas, nos princípios: Jovem educa jovem, uma geração aprende com a outra, jovem cuida de jovem e jovem escolhe jovem.	Atuações como movimento socioambiental desenvolvendo atividades teóricas e práticas no estado do Amazonas nas cidades de: Iranduba, Manacapuru, Novo Ayrão, Manaus, Manaquiri, Itapiranga, etc. Acreditamos que aplicar um trabalho que abrange os 4 temas / eixos : Ar, água, fogo e terra viabilizando formações, encontros,	O ser humano busca o desenvolvimento nesta sociedade onde o capitalismo engorda o consumismo, a sustentabilidade surge como ferramenta consciente tida por muitos e outros acreditam na compensação do termo " SUSTENTAR ". Hoje estamos alheios aos casos fortuitos na natureza onde o homem contribui negativamente, eu acredito em atitudes conscientes e mudanças práticas.

			palestras, fóruns, sendo engajados nos espaços políticos de articulação no Estado por políticas públicas dignas e justas, afinal o "meio ambiente é o todo em que vivemos".	
41	PI	Na gestão compartilhada	Tem toda relação. Pois através de uma gestão compartilhada podemos melhor planejar e executar os trabalhos de formação nas questões ambientais, ecológicas. Esse jeito de gestar dar oportunidade de <u>escuta</u> e planejamento sustentável.	Seria um sistema de convivência com o meio em que vivemos e refletindo e planejando um presente e futuro saudável, sustentável, possível de se viver melhor com a natureza e os seres em geral.
42	PI	Educadora voluntária. Através da participação na rede, juntamente com os jovens da minha região criamos a AAMC: Associação Ambientalista Morro do Caã em Lagoa de São Francisco.	Sim. Como já felei acima foi através da Recid e da formação em educação popular que me senti motivada a criar junto com a juventude da minha cidade um movimento e analisando os problemas percebemos que o ambiental era o mais gritante, então fundamos a AAMC.	Sustentabilidade está ligado a forma como o homem se relaciona com o meio em que vive em todos os seus aspectos. É um sistema cíclico sustentável onde o homem conseguiria viver em harmonia com o meio ambiente.

43	SP	Atuo no MTD [Movimento dos Trabalhadores Desempregados] e na CMP []. Na Recid fazemos oficinas de organização de empreendimentos solidários, e na organização / formação em ocupações de moradia.	Sim. Estamos organizando um empreendimento solidário de reciclagem de entulho de construções para produção de materiais de construção (tijolos ecológicos, reaproveitamento de pedra e areia) e discutindo projetos de moradia sustentáveis com uso de energia solar, reuso de água, aproveitamento de água de chuva, coleta seletiva, etc.	É algo que traga o mínimo de impacto ambiental, mas que contribua para a superação das desigualdades sociais e econômicas, e que a tecnologia não seja monopolizada pelo capital. A verdadeira sustentabilidade não combina com o sociometabolismo do capital, onde o lucro está acima de tudo.
44	SC	Educador; instrutor de percussão e costureiro. Com criança e adolescentes, movimento negro.	Meu trabalho tem ligação com escola obrigatoriamente passa pela consciência ecológica / No movimento negro tem relação com a natureza viva (pedras, rios, ervas, ar, água ...). E percussão alternativa é com material reciclado.	É a vida sem causar dano a todas as espécies, é a preservação civilizatória na vivência diária nos costumes responsável.
45	ES	Atuo junto a juventude, mulheres e na agroecologia	Sim, nas atividades com foco na agroecologia e sustentabilidade. A mais forte relação está nos trabalhos que fortalece a geração de renda das mulheres através das hortas orgânicas.	Embora o conceito tenha sido apropriado pelo capital, segue sendo uma proposta mais coerente no que diz respeito ao uso dos recursos ambientais e na geração de renda sem que haja impactos sociais e naturais.

46	MG	Não sou diretamente da Recid - Sou da Educação do Campo (CPT [Comissão Pastoral da Terra]), quilombola, e do STTR [Sindicato dos Trabalhadores em Rodoviários de Belo Horizonte e Região], nossa bandeira de luta é: Direito a terra, gênero, geração, educação do campo, Saúde (SUS), igualdade racial e assistência social.	O meu trabalho é direto com a Educação do Campo e educação popular; neste caso a relação com meio ambiente é fundamental, pois considera a valorização da agroecologia, a qualidade de vida como estratégia de vida saudável no campo.	É as condições permente de auto sustentação do solo, onde existe a preservação do meio ambiente, o controle social da produção, a preservação dos recursos naturais, a construção coletiva dos meios de sustentação alimentar do homem.
47	RJ	Não atuo diretamente pela Recid. Este Encontro (XIII) é o primeiro contato, mas o perfil da Recid tem tudo a ver com a proposta de trabalho no que tange a preocupação com uma educação emancipatória, com o Comitê Territorial de Educação do Rio de Janeiro, que congrega 87 municípios dos 92 que compõem o estado do Rio de Janeiro. Nosso trabalho é por uma educação integral e integradora.	Considerando a resposta anterior posso dizer que sim, pois sendo o foco a formação integral, teremos uma resposta mais consciente de uma prática cidadã.	A preocupação com a degradação do meio, a utilização consciente dos recursos naturais e reaproveitamento de materiais diversos, entre outros.
48	CE	Ainda não atuamos na Recid. Fazemos parte da rede de inclusão digital e estamos no coletivo. A ONG atua em diversas áreas inclusive, formando agentes ambientais.	Se pensarmos qual deve ser a atuação, a responsabilidade dos seres humanos para com o planeta, devemos incluir em todas as áreas as reflexões sobre sustentabilidade, meio ambiente e ecologia se quisermos continuar vivendo.	Sustentabilidade é a forma de interação com o meio ambiente, de forma a usar seus recursos de maneira responsável encontrando meios para sua renovação pensando na vida e no que vamos construir para que as próximas gerações possam continuar tendo qualidade de vida.
49	PR	O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis não tem atuação na Recid. Algumas bandeiras de luta do MNCR - Por um programa de reciclagem popular - Pagamento por serviço ambiental, contra a incineração de resíduos, fechamento dos lixões, coleta seletiva, entre outros.	Sim, a nossa atividade é essencialmente ambientalista, a nossa ação de meio ambiente, sustentabilidade e ecologia, se dá por	São Ações humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja um modelo de desenvolvimento que

			meio da gestão adequada dos resíduos sólidos (não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e destino final adequados).	não agrida o meio ambiente, uso inteligente dos recursos naturais, garantindo à humanidade o desenvolvimento sustentável.
50	SP	Não faço parte da Rede, mas dirijo uma ONG (sampa.org) que trabalha com inclusão digital, educação social e tecnologia, e já mantive parcerias e tenho laços com diversos movimentos aqui presentes.	Não como membro da Recid, mas sim, temos essa relação com sustentabilidade e meio ambiente, especialmente com nossa atuação em centros de recondicionamento de computadores (CRC's), onde trabalha-se com resíduos e descartes (lixo eletrônico), onde resgatamos o descarte impróprio, formamos jovens, prolongamos vida útil de equipamentos (entre outras atividades).	Uma cultura contra-hegemônica, onde recursos e força de trabalho são repensados em termos de solidariedade e responsabilidade ambiental e social, contrapondo-se à cultura do lucro, do mercado e da exploração desenfreada.
51	PR	Eu não sou da Recid, sou da Rede CEFFAs (centro de formação) centro familiar de formação por alternância, nosso público é agricultor familiar, e também povos tradicionais. Ex: quilombolas, faxualerese ribeirinhos e assentados da reforma agrária. Uma educação libertadora estancar o exodo rural, e oportuniza o jovens viver dignamente no campo.	Nós da Rede CEFFAs defendemos agricultura sustentável. Temos cursos em técnicos em meio ambiente, e agroecologia. Ofertamos para as famílias e jovens ATER [assistência técnica e extensão rural] em agroecologia.	Sustentabilidade. É produzir sustentável, produzir sem agredir a natureza, ter muito respeito com a fauna e a flora. Resumindo. Colocar a vida em primeiro lugar e depois o lucro.

52	DF	Não atuo na RECID	Embora não tenha atuação na RECID, sou um "militante" ambientalista. Preservar o ambiente é preservar a sobrevivência.	Susutentabilidade: ações ou resultados que preservam a vida.
53	PA	Divulgação dos objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS / ONU	sim. Entre os 17 ODS estão: agricultura sustentável, preservação da vida na água e da vida terrestre, consumo e produção responsáveis, energia limpa e consciente ...	O equilíbrio entre as esferas: econômica, social e ambiental.
54	PR	Fui convidada para participar do encontro da Recid. Trabalho com agricultores familiares (jovens e mulheres): chamada pública Divesificação da Agricultura Familiar das áreas cultivadas com o tabaco na região centro-sul do PR. - CEDJOR: Centro de desenvolvimento do jovem rural; - Território centro-sul do Paraná.	O trabalho que desenvolvimento está totalmente ligado às questões ambientais: agroecologia; produção saudável de alimentos; sustentabilidade.	Sustentabilidade é a conexão dentro de um espaço, de um ambiente. Susutentabilidade é a relação estreita dentro de um ambiente; por exemplo, dentro de uma propriedade produzir olerícolas, produzir a compostagem, utilizar os restos de verduras alimentar as galinhas, deste esterco fazer preparados agroecológicos, proteger a nascente, reaproveitar todos os elementos de uma propriedade.
55	SP	Este é o meu primeiro contato com a Recid, sou representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Fórum Estadual e Municipal de São Paulo	O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, como articulador de Políticas Públicas e diálogo convergentes entre diversos atores da sociedade civil e	Sustentabilidade, é encontrar o equilíbrio entre o consumo necessário humano e os desejos infinitos de cada pessoa, somado a ganância e o ego. Aprender a consumir sem destruir o planeta,

			<p>governo, tem em seu bojo todos os temas acima citados e vários outros temas de importância social. A aglutinação, disseminação de todos estes temas e sua real realização é de suma importância para plena democratização do país.</p>	isto significa, aprender a produzir de maneira na qual todo material de rejeito deve e pode ser matéria-prima para outro produto.
56	ES	<p>Parceria na pauta dos ODS / ONU - Objetivo 4. [Educação de qualidade Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos] Acesse: nacoesunidas/e/os/17objetivos de desenvolvimento sustentável</p>	<p>Membro do Mov. Sindical - Sindicato Técnicos Industriais do E. S. - SINTEC - ES [Secretário Geral], nossa entidade assumindo sua responsabilidade social, ancorou, em parceria com a SG / Presidência e o PNUD, a secretaria estadual dos ODM / ONU - 2000 / 2015. Os temas acima citados estão nos objetivos 7 dos ODM. [Secretário executivo núcleo ODM / ODS - ES]</p>	<p>Uma nova ordem de consumo / produção que contemple fundamentalmente o socio / ambiental. Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS / ONU apontam para os desafios para os próximos 15 anos 2016 / 2030,</p>
57	RS	<p>Não sou da Recid. Represento a CONAM (Confederação Nacional das Associações de Morades), entidade convidada para o XIII Encontro Nacional da Recid.</p>	<p>Nossa entidade tem atuação em temas ambientais. Ex: Saneamento Ambiental (participamos do grupo de trabalho interministerial do plano nacional de saneamento básico - GT I PLANSAB)</p>	<p>Viver no presente sem comprometer o futuro.</p>

			participamos do comitê técnico de saneamento ambiental do Conselho Nacional de Cidades.	
58	PE	Não faço parte da Recid. Estou sendo convidado como membro do grupo de elaboração do Marco de Referência (representante das Universidades) e como coordenador do GT - 06 (Educação Popular) da Anped.	Como disse acima, não faço parte da Recid e meu trabalho não trata de meio ambiente ou sustentabilidade, embora esteja participando, neste momento, de um projeto de pesquisa com o tema.	O conjunto de estratégias, ações e atitudes (e os conceitos que os informam) relativas à nossa relação com o meio ambiente, os meios de que dispomos para assegurar nossa sobrevivência como espécie e de garantir a continuidade da vida.
59	CE	Estou convidada - atuação no Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento Organizado das Trabalhadoras e Trabalhadores Urbanos (MOTU)	Enquanto militante do Movimento Popular e de Mulheres a construção a qual faço corresponde ao equilíbrio e sustentabilidade no meio ambiente quando através da educação popular realizamos ações informativos que interroga a realidade com o meio ambiente que se vive, se trabalha...	Qualquer ação que objetive entender o meio ambiente como um espaço de sustentação do planeta.
60	SP	Não atuo na Recid - Sou convidada.	Movimento Feminista - Marcha Mundial das Mulheres. Tem relação com temas da sustentabilidade. Trabalhamos com soberania alimentar / agroecologia.	A Sustentabilidade tem a ver com o modelo de produção e reprodução, que tem que ser organizado a partir e para a qualidade da vida humana. Este modelo tem que romper com a divisão sexual do trabalho / o trabalho

				reconceituado como o trabalho que faz as mulheres de cuidador e domésticos que ser valorizado e parte do processo de produção. O que produza sem destruir o meio ambiente e a Natureza e sem a exploração das mulheres.
61	DF	Minha atuação tem sido no setor de educação do MST. Principal bandeira de luta: Luta pela escolarização e contra o fechamento de escola e por uma política pública de educação do Campo	Participação coordenação do coletivo nacional de educação do MST, sou da coordenação nacional do Fórum de educação do campo, sou membra da CONEC / MEC / SECADI - Comissão Nacional de educação do Campo. Participando atualmente na campanha nacional por alimentação saudável um direito de todos - lançada pelo MST em setembro 2015.	Processo de autonomia dos sujeitos em todos os sentidos, educacional, alimentar, ambiental, habitacional.... Base fundamental para a auto sustentabilidade dos seres humanos. Principalmente a bandeira de luta pela produção de alimento agroecológica.
62	MA	Não tenho ainda atuação na Recid. É meu primeiro encontro, minha atuação é no Movimento de Moradia / União Nacional dos Movimentos de Moradia.	Ainda não temos nenhum trabalho na Recid mas na área que atuamos na luta da moradia também trabalhamos a questão ambiental, porque entendemos que a questão ambiental da pela uma cidade melhor e mais integrada e justa.	Para mim sustentabilidade é viver em plena harmonia com o meio ambiente. Produzir o equilíbrio social sem agredir o meio ambiente.

63	DF	Não tenho uma atuação direta na Recid. Sou da Secretaria de Governo da Presidência da República - Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS). Secretário Adjunto.	Não sou membro da Recid.	Sustentabilidade é a condição do planeta de prover a vida no presente e no futuro o que implica em profunda revolução na forma de homens e mulheres produzirem a existência (outro padrão de consumo, igualitarismo). O capitalismo é, na sua essência, predador.
64	DF	Sou militante do Levante Popular da Juventude que é um movimento social de jovens do campo e da cidade e se articula dentro da RECID	No Levante temos compromisso com a construção de um novo projeto de sociedade que coloque o homem e a mulher como centro da política . Atuamos no sentido de projetar / organizar os jovens da classe trabalhadora. O meio ambiente faz parte deste contexto geral de sociedade que queremos construir.	Sustentabilidade é acima de tudo relações humanas harmoniosas. A exploração capitalista não permite que os seres humanos se conectem de forma sustentável com o meio, portanto para nós, para se falar em sustentabilidade é preciso avançar num projeto de desenvolvimento que coloque as relações humanas no centro do poder.
65	MS	Atuo pela marcha mundial de mulheres e pelo fórum de juventudes de Campo Grande.	Não.	Seria uma forma de utilizar meios da natureza mas diminuindo os riscos para ela evitando ao máximo que se extingua tais recursos.
66	MS	Juventude e políticas públicas	Relativamente, quando há debates sobre a ocupação , pela juventude, de espaços públicos urbanos.	Sustentabilidade é o debate sobre a preservação do meio ambiente e como nos relacionamos com o todo na perspectiva de garantir o futuro.

67	RJ	Igualdade de gênero, redes de EcoSol, Finanças Solidárias e Resíduos Sólidos	No movimento faço parte da frente justiça socioambiental da articulação de mulheres brasileiras, e sou militante da economia solidária. A luta contra os impactos ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento que temos no Brasil e no mundo.	É bem viver, é produzir sem destruir, é ter consciência do que consome e os impactos que isso tem nos recursos naturais.
68	DF	Sou da equipe original do TALHER, construída por Frei Betto em 2003 para fazer o trabalho de mobilização e educação cidadão do Programa Fome Zero. A partir do TALHER surgiu a Rede de Educação Cidadã (Recid). A partir daí formulou-se um Plano de Formação (2005) e um Projeto Político Pedagógico (2007) e constituiu-se um Coletivo Nacional - Governo e Sociedade - Coordenador da RECID.	A RECID propõe um Projeto Popular pelo Brasil, onde os temas de meio ambiente, agroecologia, sustentabilidade estão presentes o tempo todo. Um dos 12 princípios - o 4º - da RECID fala da defesa da biodiversidade e da natureza na perspectiva política e socioambiental sustentável. Fui um dos formuladores da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) o Plano Nacional (PLANAPO) e Secretário Executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e sempre	Para mim, sustentabilidade é o cuidado com a casa comum, traduzido na proposta do BEM - VIVER: homens e mulheres integrados à natureza, uns cuidando dos outros, construindo uma casa onde todos e todas - homens, mulheres, fauna e flora, natureza, meio ambiente - cuidam uns dos outros. Tem a ver, portanto, com determinado projeto de desenvolvimento e de sociedade.

			se fazia a relação com os temas na RECID.	
69	DF	Como gestor, no acompanhamento da relação da Recid com a Secretaria Geral da Presidência e com a Secretaria de Governo.	Procuramos ampliar a relação da Recid com os conselhos, movimentos sociais e redes governamentais e não governamentais, e incluir nestas relações os movimentos com políticas ambientalistas.	Compatibilização do desenvolvimento com o uso dos recursos naturais para assegurar a qualidade de vida da população e do meio ambiente para a atual e as futuras gerações.
70	DF	Apoiador, pois como gestor público acabo tendo pouca militância específica.	Sim. Com a sustentabilidade de maneira geral pois a mesma é uma linha transversal que perpassa as políticas públicas e lutas como um todo.	Sustentabilidade é todo de um processo de desenvolvimento em todas as suas dimensões.
71	DF	Assistente dos assessores da comissão da Recid no governo	Suporte técnico para os membros da Recid.	Consciência, tanto para consigo, com o próximo e planeta.
72	DF	Faço parte da Secretaria de Governo da Presidência	Nossa secretaria passa a atuar a partir de agora com os ODS. [objetivos de desenvolvimento sustentável]	O Brasil necessita crescer, buscando além da qualidade de vida, a geração de empregos, educação. Esse crescimento precisa ser responsável, garantindo-

				se a sustentabilidade / manutenção do meio ambiente e da vida natural.
73	DF	Não tenho uma atuação direta ainda. Atuo no governo, na Secretaria de Governo da Presidência da República.	Não diretamente	É uma forma de repensar o consumo, enquanto preservação da natureza.
74	AM	Faço parte da cooperativa que executou o projeto no Amazonas e fiz parte do coletivo de educadores por 8 anos como educadora realizando atividades para o segmento da economia solidária.	Sim, o movimento de economia solidária tem entre seus princípios a sustentabilidade dos empreendimentos.	Sustentabilidade é a relação dada entre a sociedade e o meio ambiente num convívio harmônico, etc.
75	AM	Atuo.	Trabalho na EcoSol [economia solidária] defendemos o meio ambiente o bem viver somos contra os orgânicos [quis dizer: agrotóxicos]	É preservar o ambiente onde você tiver mais respeitando o ser humano dentro das reservas.
76	DF	De 2005 a 2009 fui educador (de base) da RECID. A partir de 2009 passei a compor a equipe de governo que acompanha e participa da coordenação da RECID.	Tem relação, indireta. Numa perspectiva de totalidade o objetivo da conscientização, como consciência que leve à ação trabalha com a relação entre o natural e o cultural como um par dialético e a transformação social pretendida com a conscientização busca novas relações sociais e socio-ambientais.	Sustentabilidade envolve a construção de relações socio-ambientais não exploratórias entre sujeitos e com relação à "natureza".

77	DF	<p>Entre 2010 e 2012, atuei na Recid-DFE (Distrito Federal e Entorno) como educadora voluntária. Participava de todas as ações e funções, especialmente dos gts "pedagógico" e de "educação". Do final de 2012 até mar/2015, continuei como voluntário da Recid-DFE e fui contratada pela Recid Nacional, para trabalhar na Comunicação, onde atuei/atuo (pois a Recid é uma militância que independe de contratação), no "GT Nacional Pedagógico e de Comunicação", cuidando dos materiais comunicacionais da rede nacional, de algumas redes regionais e de processos de formação como a Ciranda Nacional, entre outros. Como movimento de origem, venho do movimento Software Livre/Cultura Digital, além de assumir as pautas/bandeiras dos movimentos orgânicos a Recid de forma nacional.</p>	<p>Sim. Inicialmente a partir do trabalho nacional, buscando sempre fortalecer nacionalmente as bandeiras dos movimentos locais e nacionais, muitos orgânicos da Recid. Para além disso, reforçando nossos princípios, o trabalho com software livre e cultura digital nos traz vários temas correlacionados que vão deste a metareciclagem (inclusive conseguimos pelo gt nacional que cada recid estadual recebesse computadores metarreciclados e com software livre), passando pela obsolescência programada (também com consequência direta no meio ambiente), até o uso (e sempre, também proposição e estudos) de softwares livres (tanto nos canais de comunicação da recid como a produção de materiais e plataformas de formação online), que buscam uma alternativa a este</p>	<p>Sustentabilidade é não levar ao meio ambiente nada que o prejudique, seja agora, seja daqui a mil anos. E é trabalhar o "bem-viver". Pra isso é preciso fazer planejamentos longos, e pensar que cada ação/idéia precisa considerar sempre todas estas vertentes conjuntamente, de forma transversal.</p>
----	----	---	---	--

			mercado imperialista e neoliberal dos softwares proprietários, que avança em todos os sentidos para que o domínio sobre as tecnologias se torne cada vez mais fechado, autocrático e para que a cultura do "descartável" e do "substituível" se torne cada vez mais estranha na sociedade. O movimento Software livre/Cultura Digital, entre outros, lutam contra tudo isso e a Recid também tem esta bandeira, que também é a bandeira da educação popular na medida em que o modo de trabalho defendido também é um modelo totalmente horizontal, compartilhado e onde todos têm voz e trabalham a partir de paixões comuns.	
78	PR	Movimento Indígena da Juventude - kaingang	É o meio ambiente. Nosso trabalho cultural é o meio ambiente. O Índio não vive sem mato, sem água, sem terra.	Tudo que vem do ambiente. Nós indígenas somos parte do meio ambiente. Sempre foi isso. Tudo era orgânico. Agora é só soja, transgênico, agrotóxico.

79	SP	Sou Educadora Popular no Cursinho popular Cardume e Cursinho popular da Vila do Teatro, milito no Fórum Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente e num coletivo de Mulheres Negras, ECOA PRETA. Conhece alguns materiais da Recid.	Não diretamente. No entanto trabalhamos a questão da sustentabilidade e meio ambiente de forma transversal nos cursinhos; na compreensão / discussão do sistema capitalista; já realizamos atividades no Manguezal, Jardim Botânico e oficinas de horta vertical em escolas públicas ocupadas.	Entendo a sustentabilidade como a forma de produção e reprodução social da vida calcada em valores harmônicos à uma vida cooperativa entre sujeitos e natureza.
80	SP	Não conheço. Milito na Educação Popular através do PET - Educação Popular (criando e recriando a realidade social) vinculada a instituição UNIFESP.	Não.	Uma forma de viver em harmonia com a natureza, porém que o capitalismo se apropriou para fazer com que a classe media / baixa economizar enquanto as grandes indústrias continuam gastando horrores.
81	SP	Atuo no PET Educação Popular na UNIFESP. Mas faz pouco tempo que participo.	Como faz pouco tempo que participo do PET (só fui a uma reunião até agora) não sei responder.	A sustentabilidade em si é algo importante para a humanidade. Mas como ela é usada pelo capitalismo se transformou em algo inútil.
82	RS	Jornal Boca de Rua	Sim o jornal ajuda com imagens e informações para ajudar todos	-
83	RS	Movimento popular de Rua. Boca de Rua	Sim. A gente luta pela Redenção [parque] não fechar.	-
84	RS	Nossa bandeira de luta é o Povo da Rua que é a grande maioria de nossa população	Sim, porque muitos moradores [de rua] são catadores [de recicláveis] e assim	é o modo de se auto sustentar

			ajuda a reduzir a sujeira na rua das cidades e capitais que reduz a sujeira do solo.	
85	RS	Não conheço. Atuo no apoio da luta realizada pela população de rua no movimento nacional de população de rua [MNPR]. Sou antropólogo.	Não ainda, mas temos relação com o movimento dos catadores.	Explicaria como um conjunto de discursos e de práticas que visam conduzir a existência humana sem a produção de excedentes agressivos ao meio ambiente.
86	SP	Não participo de nenhum movimento / militância. Não conheço Recid, porém conheço na cidade que moro atualmente bem bacana, movimento Praia Limpa	Trabalhamos no intuito de conscientizar os moradores e visitantes da importância da preservação e o não descarte de resíduos em Locais não adequados em especial nas praias de Porto Seguro.	Sustentabilidade ideia boa, porém hoje vejo muitas corporações usando como modo de auto promover e assim gerar lucro e visibilidade para sua empresa.
87	BA	UJS [Uniao da Juventude Socialista]	Não.	A sustentabilidade é um modo de utilizar dos recursos naturais de modo consciente, sem que prejudique que gerações futuras também utilizem desses recursos.
88	BA	Não. Diretório Estadual do Movimento Indígena UJS / BA. Trabalhando com a juventude, pensando em como alinhar o crescimento das comunidades indígenas com o desenvolvimento sustentável.	Apesar de não ter um vínculo direto com o movimento ambientalista, pensar no bem estar de nossas comunidades é pensar no futuro, e para isso precisamos cuidar do que nos dá alimento e traz consigo energias fortes, que é a	É promover uma conscientização do que é educação ambiental e a partir daí, pensar em como se desenvolver em equilíbrio com o meio ambiente.

			natureza.	
89	BA	Não conheço mas gostaria de saber mais sobre essa rede. Sou militante da UJS, com a bandeira da mesma, me filiei a UJS a pouco tempo, mas acredito que a causa é justa.	Sim, acredito que seja importante debater sobre o tema sempre. Ver o que pode ser feito e como contribuir.	Sustentabilidade engloba todas as questões ambientais e ecológicas visando as melhores condições para o nosso planeta e assim os demais ambientes.
90	RS	A minha bandeira é pelo bom uso de <u>tudo</u> , principalmente dos recursos naturais. E luto pelo respeito de todos. Devemos usar tudo com bom senso e inteligência.	Sim, estudo geografia física observando movimentos de massa associados a ação antrópica levantando estudos de impacto ambiental com objetivo de recuperar áreas degradadas e responsabilizar os empreendedores dos danos causados ao meio ambiente seja por medidas compensatórias ou outras.	O princípio de sustentabilidade é a responsabilidade do indivíduo com seu consumo, respeitando os recursos ambientais construindo uma educação que seja capaz de cobrar os órgãos responsáveis.
91	RS	Trabalho com eventos multiartísticos itinerantes em praças de Pelotas, com a ideia da ocupação dos espaços públicos e sua valorização. www.facebook.com/piqueniquecultural	Sim. Porque nosso trabalho visibiliza espaços públicos como praças e parques de bairros, ou seja, áreas verdes urbanas. Com isso, estimula a relação entre lazer, cultura, ocupação de espaços pela comunidade e seu comprometimento junto a eles. O	Acredito que seja uma forma onde o que for consumido seja de alguma forma repostado, respeito aos ciclos naturais sem deterioração permanente.

			espaço verde e natural em meio a cidade para o encontro, a troca, o intercâmbio, a transgressão.	
92	RS	Não conheço a Recid! Bandeira de luta é o desejo de um mundo mais justo.	Sim. Porque e para que seja possível uma conscientização em relação ao meio ambiente e a necessidade de poupar o planeta.	sustentabilidade - já que vivemos aqui deveríamos manter e não explorar da forma como acontece
93	RS	Não. Trabalho com lixo têxtil a fim de encontrar um novo viés na indústria da roupa que sabemos é altamente poluente.	Sim, reciclagem de lixo têxtil a fim de pensar a indústria da roupa e seu modo altamente explorador e poluidor.	É a forma de tentar minimizar o impacto da vida humana na saúde do planeta.
94	RS	Atuo na União da Juventude Socialista [UJS] e na União Estadual dos Estudantes DR JUCA, minha bandeira de luta é a LGBT, e por uma universidade mais popular que seja do povo.	No movimento que faço debatemos diversos assuntos, acho importante fazer debate sobre o assunto pois estamos rodeados de diversos temas importantes nessa área que se mostraram pertinentes nos últimos tempos debatermos.	Sustentabilidade é ser sustentável, saber lidar sem abusar dos meios a que tem acesso.
95	SC	Faço parte de um projeto de minha cidade (Arte Cidadã) atuo como professora de música, e nos movimentos de luta somente agora que estou iniciando a fazer parte.	Não.	É um meio do qual pode melhorar vidas futuras, mas é uma ação que precisa de consciência para funcionar da melhor forma. É fundamental, é uma questão que deve também ir para as escolas, pois precisamos

				reeducar, para de fato funcionar.
96	SC	Não conheço. Atuo na UBES, fundação da UMES no meu município e UJS.	Sim. Divulgar e desenvolver trabalhos e ajudar e desenvolver interesse sobre o Meio Ambiente.	Sustentabilidade é aprimorar as fprmas de desenvolvimento prezando nossas condições ambientais.
97	SC	Sou professora de música, em um projeto chamado Arte Cidadã, onde tem como objetivo o fortalecimento da cultura através da arte, seja na música, teatro e dança.	Não.	Sustentabilidade em meu ver, é a percepção do quanto precisamos das reservas naturais e todos os espaços que vivemos, das causas e efeitos da responsabilidade do nosso habitat. É a consciência da preservação da vida.
98	SC	Não atuo [na Recid] UNE; DCE - Unochapecó; CA - Unochapecó.	Não diretamente.	Um meio de viver em harmonia com o meio ambiente e com a sociedade. Sem agredir a sociedade e o meio onde está incluso.
99	sc	UJS - Uniao da Juventude Socialista / PCdoB; DCE - Unochapecó / UCE - União Catarinense dos Estudantes; CA NO PRUMO - Arquitetura e Urbanismo - Unochapecó	Sim, busca-se aplicar a sustentabilidade na gestão das entidades.	Sustentabilidade é o meio de desenvolvimento prezando pelo menor impacto ambiental possível
100	SC	UJS [Uniao da Juventude Socialista] - Sou filiado a UJS, militante e presidente do DCE da unochapecó.	De certa forma sim, mas não é a principal.	Sustentabilidade funcionaria da forma em que as pessoas viventes em uma seguinte omunidade passa a viver de uma forma social.
101	BA	Sou da União da Juventude Socialista / UJS. Atuamos na rede de juventude e nossa pauta principal é a construção do socialismo.	Não!!	Acho que o conceito de sustentabilidade foi criado pelo capitalismo para colocar a culpa na população civil pela degradação causada

				pelo imperialismo.
102	RS	Sou ambientalista e militante do direito à moradia e cidade no município de Caxias do Sul [RS]. E também atuo na área de cultura.	Sim. Trampo no diretório acadêmico de arquitetura e urbanismo (FSG) e estamos desenvolvendo um trabalho que "re"cria canteiros em áreas abandonadas pelo poder público com enfoque em paisagismo regenerativo.	Baixa emissão de poluentes e baixo consumo de recursos naturais. Mas, acredito que a sustentabilidade se sustenta em cima de três pilares: social. Econômico e ambiental. Sendo assim não consigo pensar em sustentabilidade visando apenas a questão ambiental.
103	RS	Participo da luta antimanicomial.	Não tem relação, mas trabalhamos com blocos de atividades que são reciclados.	Sustentabilidade é reaproveitamento do "lixo".
104	RS	Não atuo na Recid. Atuo no movimento / coletivo da UJS (União da Juventude Socialista), na UBM (União Brasileira de Mulheres), UNALGBT e na UNE [União Nacional dos Estudantes]	No nosso coletivo falamos sobre todos os assuntos. Então tem sim uma relação.	Sustentabilidade é tudo que envolve o meio ambiente. A sustentabilidade então é o meio ambiente em um modo sustentável.
105	RS	Membro do conselho municipal LGBT em Canoas [RS], membro da UJS Canoas, União da Juventude Socialista.	Não.	Viver com o pouco que é necessário sem abusar da natureza, ou seja, ser gentil com ela para que ela seja gentil conosco.
106	RS	Membro da UJS Canoas	Não.	-
107	RS	Não faço parte de nenhuma força.	Não.	Sustentabilidade para mim é viver fazendo o menor ou nenhum dano ao meio natural e original.
108	RS			
109	RS	Projeto Alternativa Cidadã (PEAC); Coletivo Centro de Vivências; Guerrilha de Arte e Ação Direta.	Não	Criar mecanismo para uma transformação do que temos ao que queremos, como

				práticas de manutenção do bem estar e qualidade de vida.
110	SP	Não, eu milito pela Economia Solidária e atuo através do RAP e da poesia.	Sim, a Economia Solidária luta por produção e comércio justo, sustentabilidade na produção, eu trabalho com comidas artesanais orgânicas que também visa o cuidado com o meio ambiente.	É a transformação e renovação do meio ambiente, o próprio meio ambiente gerando e se renovando.
111	RS	Milito pela Marcha Mundial das Mulheres [MMM], que é um coletivo feminista. O movimento feminista visa todas as esferas sociais e inclusive a questão do meio ambiente como regra comum, justamente, pelo mesmo e pelo capitalismo que destrói o todo	Sou uma vegana e faço na minha militância conversas e debates com as companheiras.	Sustentabilidade, é um equilíbrio do todo.
112	-	participação junto a ong Sucre, foro permanente de Hip Hop, atuando como MS, oficinairo	Sim, porque através do meu trabalho a gente pode vir, gerar, servir e mudar, de nós pra nós.	Arte de, gerar, auto sustentar.
113	RS	Não	-	vem muito lá atrás, o meu avô já fazia reciclagem com osco, vidro, ferro. Bttaciaá Faz tempo!
114	RS	Não. Cultura de rua. Resistência.	Sim o movimento que reivindicamos é contra a destruição do meio ambiente praticada por governos e empresários	Não existe mediante o capitalismo.
115	RS	Faço parte de uma organização voltada a educação ambiental e fomentação da cultura. Ecofiltros e Produtora Ectoplasma.	Nosso trabalho é produzido através da redução de resíduos, transformando saco plástico em arte. O fio ecológico é feito	Pra mim sustentabilidade é transformar o que seria descarte em algo que possa ser utilizado e também procurar formas de não contribuir

			de sacolas plásticas para produção de acessórios e arte.	com a poluição e os gastos exagerados.
116	RS	Não Conheço. A minha atuação é trabalhando com ecofiltros que a proposta é usar materiais reciclados e transformar em artesanato.	Sim. Tirando material que possa ser reciclado do meio ambiente e transformando em materiais de uso doméstico ou pessoais como joias e utensílios.	Seria reciclar seu lixo seco ajudando a cuidar do meio ambiente em que vivemos. Tentando tirar o lixo que seria jogado na natureza.
117	RS	Trabalho com movimento cultural em relação a música e artesanato com material reciclável, tal como eco filtros (filtros dos sonhos)	Sim, montamos eventos musicais onde é possível artistas exporem seus trabalhos artesanais.	Sustentabilidade é algo bem amplo, as pessoas podem utilizar materiais recicláveis para criarem produtos de utilidade pública, assim como alimento.
118	RS	Não conheço a Recid. Milito pelo Juntos! E construo o PSOL de Santa Maria [RS]. Sou do Diretório Acadêmico de Serviço Social da UFSM.	Eu não, mas o coletivo que eu construo tem uma setorial de meio ambiente.	Sustentabilidade vem para ser uma saída para o que o capitalismo fez com o meio ambiente.
119	RS	Não, e não faço parte de nenhum coletivo, mas sou feminista e faço parte do PET que tem interesse em todas as questões sociais e atuamos com informações sobre saúde.	Não	É uma convivência harmônica entre os ecossistemas, principalmente o impacto entre a relação humanos e os demais seres vivos, de maneira que a ação humana não destrua os seres naturais do habitat.
120	RS	Não. Milito no coletivo feminista Filhas da Luta, no qual atuo ativamente, porém levanto outras bandeiras de luta como movimento negro, LGBT, reforma psiquiátrica, ...	Não.	Sustentabilidade é relacionado com as questões ambientais e o ser humano, limite de uso dos meios naturais e respeito pelo meio ambiente.
121	RS	Minha bandeira é junto daqueles que acreditam em um ambiente respeitado e conservado, pelas que ao passo de hoje apenas usam de maneiras errada e de benefício próprio.	Não atualmente, mas este ano vou começar um curso técnico de Gestão ambiental, pois	O ser humano precisa se conscientizar desta importância de cada um fazer a sua parte para o auxílio do todo.

			acredito que seja de extrema importância do conhecimento de todos.	
122	-	Sou Presidente do Instituto de Assistência Social da Central Sindical Italiana CGIL INCA - O INCA atua na assistência aos fluxos migratórios no Brasil e na América Latina.	O nosso trabalho se ancaixa nas sustentabilidades sociais	As questões ambientais são muito complexas. No ambiente não há sustentabilidades ambientais sem as sustentabilidades sociais. É também uma questão de modelo de desenvolvimento.
123	RS	Não. Milito com o Movimento Nación Pachamama na luta por resgatar o contato profundo com a Terra.	Sim, semeamos a consciência Pachamama, vendo a terra como um ser de direito, não como uma fonte de recursos. Experimentamos a vida em comunidade, voltando a nos reconectar com a terra, aprendendo a partir dela.	O termo traz a questão de SUSTENTAR. Sustentarmos o que? Sinto um desejo de "sustentabilidade" dentro de uma cosmovisão diferente do que vivenciamos, onde Pachamama é a base de tudo.
124	RS	Sou militante do MPA [Movimento de Pequenos Agricultores], sou filha de agricultores e atuo como Técnica de Enfermagem e milito na área de Agroecologia na Cooperativa.	Sim. Porque nosso objetivo é trocar os agrotóxicos que os agricultores utilizam, em alimentos sem uso de venenos e alimentos mais saudáveis.	É usar seus produtos que se produz sem atingir o meio ambiente, gerando diversidade.
125	RS	Não conheço. Milito Movimento de Pequenos Agricultores [MPA], nossa bandeira de luta é um outro modelo de agricultura voltado a agroecologia e a soberania alimentar.	Sim, pois lutamos por um modelo de agricultura saudável e que preserve a vida do meio ambiente e do ser humano em todos os sentidos da sua existência.	Sustentabilidade é pensar no ser humano como um todo ao ambiente que o cerca, tendo a consciência de estar interligado a natureza ao seu redor, assim evitando prejudica-la.

126	RS	Movimento de Mulheres Negras	Sim, com algumas mulheres que trabalham com reciclagem.	O meio ambiente necessita de mais cuidado para que tenhamos um habitat melhor para viver.
127	RS	Não. Trabalhos: comunitários, voluntariado e solidariedade.	Não.	Sustentabilidade: criação de barragens, construção de açudes, lagoas; não desmatamento, plantações de árvores, tratamento de esgoto; reciclar o lixo, ou seja, separá-los.
128	RS	Horta comunitária, coordenadora na Lomba do Pinheiro e líder comunitária.	Hoje as pessoas estão doentes, tudo é pela alimentação, o uso abusivo de agrotóxicos.	Temos que se empenhar cada vez mais de cuidar do nosso planeta, que ele está sendo ameaçado, cada vez mais, dentro do sistema capitalista, que só querem visar lucro.
129	RS	-	Sim, Conselho de Saúde, Associações de Bairro	São os cuidados com o meio em que vivemos.

130	RS	Não	Não.	Desenvolvimento econômico norteado por visão de proteção ambiental. É o equilíbrio entre a produção e a proteção do ambiente.
131	RS	Não	Não	Sustentabilidade começa pela conscientização humana e pelos governos de conscientizar a sociedade com a preservação do meio ambiente. Não colocar lixo nas ruas, separar o lixo orgânico do seco.
132	RS	Não	Não	É adequar os meios de produção e desenvolvimento ao menor impacto possível no meio ambiente.
133	-	Não	Trabalho na CORSAN. Ajudei e colaborei com o Plano Nacional de Saneamento.	É fazer que seu uso seja feito com racionalidade e o meio ambiente fica preservado.

134	RS		Presidente da Associação de Moradores da Cidade Nova onde trabalhamos com crianças jovens e idosos e muitas vezes discutimos sobre o meio ambiente.	Cuidar do meio ambiente em que vivemos cuidando dos alimentos, da água e onde vivemos para poder ter uma vida saudável e menos poluição
135	RS	Pela RECID não, mas faço parte do núcleo socialista da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre / RS pelo PSB	Meu trabalho é em paralelo, pois como conselheiro do orçamento participativo da minha região, fazemos trabalhos de conscientização da defesa e preservação do meio ambiente, como das nascentes, lixo reciclável e etc...	Criar ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, mas sem comprometer o futuro das próximas gerações.
136	RS	Não conheço, mas trabalho na área da Educação, no momento trabalho com adolescentes e sou coordenadora do núcleo socialista da Lomba do Pinheiro, filiada há 12 anos no PSB.	Indiretamente sim, pois como trabalho com crianças e adolescentes faço projetos relacionados ao meio ambiente.	A sustentabilidade é organizar o nosso bairro, a nossa cidade, deixando ela limpa e trabalhar com a reciclagem onde tirando dali muitas vezes será renda.

137		FRACAB [Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Moradores de Bairros] Asoc. Moradores	Sim - Porque lutamos por bairros auto sustentáveis utilizando energia solar e eólica e com estações de tratamento de esgoto.	Sustentabilidade é usar com sabedoria os recursos renováveis ou não.
138	RS	Sou militante partidária (PSB) e do Movimento de Mulheres	Sim, Na política partidária buscamos os espaços de poder (executivo e legislativo). Ali é possível implementar políticas públicas que levem em conta a sustentabilidade, o meio ambiente e a presença humana no ecossistema.	A sustentabilidade está presente quando temos responsabilidade com o futuro do planeta, quando efetivamos ações que garantam os ecossistemas e que priorizem o respeito a todas formas de vida e não só a humana, que viabilizem a harmonia entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.
139	RS	Sou preidente de duas comunidades e conselheira do plano diretor	Sim eu desenvolvo junto a comunidade a reciclagem	sustentabilidade é não jogar lixo na rua e separar o lixo.

140	RS	Não atuo. Minha militância é para construir um Brasil melhor junto com o PSB	Não. Administrativo.	Sustentabilidade é pensar em um mundo melhor para todos, reaproveitando águas da chuva, reciclar os lixos e com menos desmatamentos.
141	RS	Nenhuma, diretamente eu participo do movimento estudantil em minha universidade (UFPel).	Sim, sou estudante do curso de Agronomia, e participo no âmbito ambiental e ecológico, nas bases e em minha perspectiva universitária.	A gestão dos recursos naturais, de forma racional, garantindo a manutenção, além dos compromissos com o meio ambiente e sistemas ecológicos.
142	RS	Não conheço a Recid e milito no movimento estudantil a 4 anos e milito na Juventude Socialista Brasileira e também no Partido Socialista Brasileiro e faço parte do Diretório do curso de Agronomia.	Sim o PSB e a JBS tem relação com o movimento [ambiental] pois se não nos preocuparmos com nosso planeta e nosso meio perderemos nossa riqueza natural.	Sustentabilidade é uma forma de se viver e não degradando o meio ambiente tendo rentabilidade econômica e tendo uma sociedade harmônica.
143	RS	Não conheço a Recid. Milito há 8 anos no movimento estudantil e na juventude socialista brasileira, pelos direitos de jovens e estudantes, pela educação pública e uma sociedade mais justa.	Com sustentabilidade sim, da perspectiva econômica, mas não diretamente ligado ao meio ambiente ou ecologia.	É uma forma responsável de olhar e lidar com o meio ambiente e utilizar os recursos naturais, pensando a saúde do planeta e a segurança das gerações futuras.

144	DF	Não atuo na Recid. Atuo na pauta da juventude.	Tem. As lutas estão diretamente ligadas ao meio ambiente.	É o uso racional e viável dos recursos ambientais e naturais.
145	PA	Não. Movimento Popular.	De uma certa forma sim, esclareendo a população formas para que possam ter uma vida mais saudável.	Desenvolvimento através de ações para suprir as necessidades humanas.
146	RS	Sou militante do PSB e também trabalho em uma instituição religiosa.	Sim, Trabalhamos levando a informação e focando a conscientização.	Acredito que a sustentabilidade funciona quando todos participam (cidadãos comuns à governo). Sustentabilidade para mim, é ter atitudes não egoístas, que olha para o mundo ao redor e para o futuro.
147	RS	Militante do PSB. Atuante pela fé e pela família. Bandeira de luta, o Próximo.	Temos relação com movimentos ambientalistas, através da conscientização pela palavra, bem como instigar a sustentabilidade através dos problemas de ações consumistas.	Se pensarmos que o consumismo excessivo é a contramão da sustentabilidade, trabalhando a conscientização das pessoas, naturalmente viveremos em uma situação de mais sustentabilidade.

ANEXO II – RELATÓRIOS PEDAGÓGICOS SELECIONADOS

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

Registro Pedagógico

Convênio 750364 / 2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (X); Encontro Intermunicipal/3.3 () ; Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: Distrito Federal	2. Município: Samambaia/DF
3. Endereço: QN 421 - Paróquia São José Operário	
4. Número de Participantes: 20	5. Data: 05 de junho de 2012
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Orlanda Maria e Rosa Maria e Ana Luzia.	
Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): APOCE – Associação Popular de Cultura e Educação e RECID/DFE.	

8. Objetivo e Tema da atividade:

Realização de oficina de Educação Popular e o Meio Ambiente - Para levar aos participantes informações sobre o meio ambiente e qual postura devemos assumir diante dos problemas ambientais em nossa cidade.

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

Jovens estudantes do ensino médio de escola pública e homens e mulheres moradores da comunidade de Samambaia/DF.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

19:30 - Mística

19:45 - Abertura com Cristiano Mano - Apresentando todos os presentes, falando da relevância do tema e da importância do dia de realização dessa oficina: 05 de junho que é o Dia Mundial do Meio Ambiente e que é necessário que cada um e cada uma se envolva nas questões ambientais.

20:00 - A palavra é dada a educadora Rosa Maria que faz uma breve apresentação da Rede de Educação Cidadã, que surgiu como um projeto do governo federal na "era Lula", para levantar a realidade dos moradores das comunidades de periferia, levando a metodologia freireana, que provoca o sujeito no reconhecimento dos seus direitos, se apropriando deles pra mudar a própria realidade, transformando-a. " Paulo Freire foi um educador que circulou por todas as esferas da educação, tendo sido inclusive secretário de educação do estado de São Paulo, mas priorizou a educação popular e esse é nosso caminho para tentarmos conscientizar nossa comunidade, para os desastres ambientais que assolam nosso planeta". Dando continuidade ao tema proposto, Samambaia vive hoje o desafio de tentar manter uma qualidade de vida ameaçada pela implantação do aterro sanitário que será transferido pra cá em

breve, porque quem mora no Distrito Federal há mais de trinta anos, lembra que hoje onde está uma das maiores cidades da classe média alta: Águas Claras, era um setor de chácaras com diversas nascentes e áreas de proteção ambiental, que foram suprimidas pela especulação imobiliária. Como o lixão atualmente está em um dos pontos que dia a dia se torna mais visível pra quem entra e sai de Brasília, é necessário tira-lo de onde se encontra pra não deixar a capital do país com um cartão postal indesejável. Tira-se o lixão e os que dele tiram seu sustento, para construir prédios e casas sobre seu aterro, com chorume e gás betano já poluindo e invadindo escolas, mas que não poluirão visualmente, uma das vias mais movimentadas da cidade. Um estudo realizado por ambientalistas do DF sobre como será o tratamento dado ao lixo, mostra uma imagem catastrófica para o DF e o Entorno nos próximos anos e que a população tem que se conscientizar do seu papel ou nada adiantará as campanhas que os defensores do meio ambiente propõem. O aterro sanitário em Samambaia, acabará com nascentes de rios, uma área muito grande de preservação ambiental e com um maior agravante, a saúde da comunidade que terá de conviver com mais esse transtorno e um novo assentamento de catadores que tendem a morar na área de extração de sua sobrevivência.

21:30 - Lanche

21:45 - Retorno com Cristiano expondo a importância de cada um e cada uma desempenhar seu papel na luta por seus direitos, na defesa de sua cidade e na conscientização de nossos vizinhos, nossos filhos e fazer sempre a nossa parte, dando uma contribuição por menor que seja, para minimizar os problemas enfrentados na nossa qualidade de vida.

22:15 - Algumas falas dos participantes (citadas no quadro 11)

22:45 - Encerramento

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais... - pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

Os avanços foram as discussões provocadas pelo tema, que trouxe um contexto histórico desconhecido pela maioria dos presentes, as dificuldades terão que ser levantadas a cada encontro, para busca de soluções consistentes.

- Orlanda Maria “ O grande problema de transferirem o aterro sanitário pra cá, é que esse lixo circulará por todo DF até ser jogado em sua área de destino, isso não é um complicador?”

- Cristiano - “ Fizemos um número enorme de manifestações e chamamos a comunidade para participar, mas na hora ninguém priorizou a luta que estávamos enfrentando”.

- Rosa Maria - “Serão mais de duas mil toneladas de lixo despejadas aqui todo dia, e não se sabe se existe um estudo de destinação aos resíduos sólidos, dos eletro-eletrônicos etc. Porque não adianta o governo fazer campanha, se ele mesmo não cumpre a sua parte”

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

O grupo percebeu a importância que tem a educação popular, como eixo norteador para problemas cotidianos como a separação do lixo e a educação ambiental como instrumento de emancipação e de cidadania.

13. Comentários

Todos elogiaram a iniciativa da APOCE e da RECID/DFE. Os participantes perceberam a necessidade de estarem se fortalecendo com informações para não deixarem que outras atitudes ditatoriais do governo venha diminuir as conquistas em todos esses anos de luta, por um número mínimo de moradores que levantam a bandeira de todos.

Nome da Entidade responsável: INSTITUTO ARTE, CULTURA E VIDA.

Assinatura do educador responsável: Ana Luzia.

Contato educador responsável (e-mail e telefone): "Ana Luzia" lufranca.analuzia@gmail.com (61) xxxx-xxxx.

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...).

E

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

Registro Pedagógico

Convênio 750364/2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (x); Encontro Intermunicipal/3.3 (); Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: AL	2. Município: Palmeira dos Índios
3. Endereço: Comunidade Arial, Zona Rural – Cep: 57.600-000 Palmeira dos Índios	
4. Número de Participantes: 20	5. Data: 12/09/2011
6. Educadores Responsáveis pela atividade: José Hélio, Suyane Tenório, Josevania Souza da Silva e Maria Quitéria.	
Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): RECID, Professores (as), da comunidade.	

8. Objetivo e Tema da atividade:

Lixo e o meio ambiente na comunidade

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

São homens e mulheres, jovens e crianças moradores da comunidade Ariado que estão participando das oficina de formação discutindo o tema organização da comunidade, violência doméstica e água e agora trabalhando a questão do lixo.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

Despertar a conscientização a respeito do meio ambiente e da importância da sua preservação, a assim como da necessidade do reaproveitamento do lixo por meio de reciclagem. Mostrar que a reciclagem traz inúmeros benefícios para a sociedade, reduzindo o volume de lixo enviando aos aterros sanitários, e ajudando a manter a comunidade limpa além de promover a economia de matéria prima levar as pessoas a reciclar em oficinas de matérias recicláveis, as sucatas encontradas no meio em que vivem. Utilizar material reciclável no dia a dia.

Utilizamos cartazes, cola, sacolas plásticas, lápis piloto, baldes etc.

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais... pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

Como avanços apresentamos a participação e o engajamento da comunidade para dar conta da discussão do tema, que as pessoas produzem lixo, mas não estão preparadas para um correto destino e acabam prejudicando o meio ambiente e a saúde. O município não se preocupa com o lixo produzido na comunidade com o da cidade por não um processo de educação ambiental nem na cidade nem nas comunidades da zona rural. Por isso é urgente adotar

medidas de cuidados com o lixo e meio ambiente.

O local de realização da oficina não é apropriado assim como as condições das demais moradias da comunidade.

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

1. Como cuidar do meio ambiente corretamente;
2. Preservação da fonte de água da comunidade;
3. O meio ambiente é de todos os seres vivos;
4. Inclusão do tema meio ambiente na escola da comunidade;

13. Comentários

Nome da Entidade responsável José Hélio Pereira da Silva

Assinatura do educador responsável

José Hélio Pereira da Silva

Contato educador responsável (e-mail e telefone): (82) 9904-1174 heliomonte.pereira@gmail.com

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...)

Preparando apresentação de grupo

Apresentação da música Xote Ecológico

CPF	Nome	UF	Cód. Município	Município	Endereço
06	LEANDRA LISBOA PINHEIRO	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
06	TEREZINHA JANUARIO DA SILVA	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
06	MARIA QUITERIA DA SILVA	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
36	FRANCISCO BALBINO DA SILVA	AL	2785	MACEIO	S
60	MARIA CICERA DA SILVA	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
01	ANA PAULA DE OLIVEIRA	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
08	CICERO SEVERO DOS SANTOS	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
06	MARIA QUITERIA VIEIRA DE OLIVEIRA	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
11	ANA CRISTINA DA SILVA BARBOSA	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
95	JOSEVANIA SOUZA DA SILVA	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
02	LUCIANO BISERRA DA SILVA	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
01	EDNA BARBOSA FRANCA	AL	2825	PALMEIRA DOS INDIOS	10
00	MARIA JOSE GOMES DA SILVA	BA	3781	PAULO AFONSO	10

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

Registro Pedagógico

Convênio 750364/2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (X); Encontro Intermunicipal/3.3 (); Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: Ceará	2. Município: Morrinhos-CE
3. Endereço: Comunidade de Bela Vista, Morrinhos-CE	
4. Número de Participantes: 24	5. Data: 04/11/2012
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Antonio Soares, Ozanir Barros, Almir Barros	
Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): Prefeitura Municipal de Morrinhos, Movimento Ceará, Associação Comunitária de Sítio Alegre e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos	

8. Objetivo e Tema da atividade:

Diagnosticar problemas e potenciais da comunidade; Refletir sobre as possíveis causas e consequências dos problemas comunitários; Abordar Meio Ambiente como espaço de interrelações entre Homem e Natureza;

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

O público participante na atividade foram jovens, adultos e idosos, homens e mulheres moradores da comunidade da comunidade de Bela Vista.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

Acolhida, mística e apresentação; dinâmica "ciclo hidrológico"; Apresentação e exibição do vídeo da Recid: "Pé dentro, pé fora, na ciranda do Poder popular!"; Conversa geradora (diagnóstico); apresentação dos slides "Água e lixo: Características e tratamento";

Os conteúdos abordados foram: Organização comunitária, associativismo, água e lixo.

Os materiais utilizados foram: datashow, notebook, papel madeira, pincéis, pastas, papel ofício, crachás, revistas, coletânea de textos, cancionário, copos, etc.

A metodologia do encontro foi a dialética numa proposta de educação crítica popular freireana, com diálogo, roda de conversa e problematização da realidade a partir de questões geradoras.

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em

rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais - pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

Podemos apresentar como um significativo avanço a presença e atenção dos 24 participantes da Associação Comunitária de Bela Vista na oficina, haja vista a comunidade ser conhecida por não gostar de participar dos eventos comunitários, como também, embora ainda de forma tímida, a participação através de falas significativas nos momentos de debate e nas dinâmicas.

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

oficina se deu de forma tranqüila, gerando uma perspectiva positiva para a comunidade que se reconheceu enquanto fragilizada devido a não organização comunitária, muito embora exista uma associação comunitária, a participação não se efetivava tão significativamente.

13. Comentários

Oficina realizada em: 04/11/2012
Comunidade de Bela Vista / Morrinhos-CE

Nome da Entidade responsável: Associação dos Educadores Populares do Ceará (Movimento Ceará)

Assinatura do educador responsável: Antonio Soares de Sousa

Contato educador responsável (e-mail e telefone): (88) 9909-9154 / 9704-7576 E-mail: assousa.tab@gmail.com

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...)

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

Registro Pedagógico

Convênio 750364/2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (X); Encontro Intermunicipal/3.3 (); Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: Ceará	2. Município: Morrinhos
3. Endereço: Comunidade de Curralinhos	
4. Número de Participantes: 21	5. Data: 02/11/2012
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Antonio Soares, Ivan Adauto e Paulene Rocha	
Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): Associação de Mulheres de Curralinhos, STTR de Morrinhos e Movimento Ceará	

8. Objetivo e Tema da atividade:

Dialogar e refletir a importância do Agricultor Familiar e a cultura local
Tema: Agricultura Familiar e a Cultura local

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, idade de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

O grupo era composto de agricultores e agricultoras familiares, jovens e adultos – numa proporção de 07 homens e 14 mulheres da comunidade de curralinhos, membros da Associação.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

Mística de abertura e apresentação dos participantes; Roda de conversa sobre o papel e a importância da agricultura familiar na comunidade. No segundo momento, em grupo, foi construído um painel refletindo as dificuldades e potencialidades no desenvolvimento desta atividade e a expectativa de futuro. No terceiro momento o grupo levantou as necessidades para uma melhorar a atividade, elevando o nível de produção e melhoria da qualidade de alimentação e vida das pessoas.

Conteúdo: Agricultura Familiar, Cultura, Alimentação

Material utilizado: pinceis, papel madeira, papel ofício

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais...- pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

A participação animada dos participantes, a alegria;

A dificuldade de acesso foi uma dificuldade na realização da atividade.

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

A amizade entre os participantes e o estímulo a participação colabora a auto estima e favorece a ambiente gostoso e aconchegante.

13. Comentários

Os participantes não levaram o CPF e não foi possível colocar na lista de presença.

Curralinhos

Morrinho-Ce, 02/11/2012

Nome da Entidade responsável: Movimento Ceará – Associação dos Educadores Populares do Ceará

Assinatura do educador responsável _____

Contato educador responsável (e-mail e telefons): assousa.tab@gmail.com (88) 9407-7576

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...).

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

Registro Pedagógico

Convênio 750364/2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (X); Encontro Intermunicipal/3.3 (); Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: PERNAMBUCO	2. Município: Carpina
3. Endereço: Centro de Treinamento da DIOCESE	
4. Número de Participantes: 20	5. Data: 05/07/2012
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Severino Ramos Correia de Figueiredo	
Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): Diocese de Nazaré	

8. Objetivo e Tema da atividade:

Tema: Identidade, Cultura, Etnia e gênero na agricultura camponesa.

Objetivo:

- Discutir as relações de poder e novos sujeitos sociais existentes no campo na perspectiva da construção do projeto popular;
- Compreender o confronto de projetos entre o agronegócio e a agricultura camponesa.

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

Educadores do campo e assentados da reforma agrária da Mata norte de PE, grupo heterogêneo quanto a gênero e escolaridade, bem como quanto a faixa etária.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

A oficina teve início com uma mística em torno à música A Vitória do Trigo, e em seguida se fez uma abordagem do tema partindo do conceito de trabalho.

Os elementos centrais do estudo se encontram descritos abaixo:

- ✗ O **trabalho** como ação humana transforma o espaço e também transforma o próprio ser humano em seu cotidiano.
- ✗ O trabalho é **ação coletiva**, aprendida no cotidiano, repassado e transformado ao longo da história.
- ✗ O **campo** como espaço da **realização do trabalho** se torna também **espaço da construção da identidade**.
- ✗ **Trabalho e identidade** são construções que se completam. O próprio corpo humano sofre mudanças que estão ligadas ao trabalho desenvolvido.
- ✗ O **trabalho** numa **sociedade capitalista**, é também uma ação que **gera excedente controlado** pelos donos dos meios de produção.
- ✗ Capital x Trabalho
- ✗ Latifúndio x Trabalho assalariado
- ✗ Agronegócio x Agricultura camponesa
- ✗ Cultura de massa X resistência cultural
- ✗ Agronegócio – expressa as relações econômicas, políticas, culturais tecnológicas - entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial, abrangendo também o setor de serviços
- ✗ Sementes (tecnologias de manipulação das espécies)
- ✗ Insumos (tecnologias de manipulação de defensivos, etc.)
- ✗ Meios de produção – terra, indústria, etc.
- ✗ Ex. da soja
- ✗ Cargill, ADM em 2011 controlavam
- ✗ 65% da produção nacional de fertilizantes
- ✗ 50% da capacidade de esmagamento
- ✗ 95% do controle das exportações
- ✗ (Dicionário de Educação do Campo pag. 32.)
- ✗ **Agricultura Camponesa** - como fruto da ocupação espaço feita pelo trabalho, é herdeira da

diversificação cultura e das múltiplas ocupações (trabalho) onde toda a família participa.

- ✖ O núcleo executor do **trabalho** neste caso é a **família**.

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais...- pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

Avanços:

- A abordagem do tema a partir da categoria trabalho ajudou muito pois facilita para se aprofundar o tema no cotidiano dos assentamentos.
- A ligação entre o tema do estudo e a vida cotidiana nos assentamentos ajudou a trazer para o centro do debate a questão do trabalho como leitura para a compreensão de gênero e etnia.
- A música ajudou como elemento de ligação entre o estudo e o cotidiano.
- Houve uma boa interação entre o grupo e o formador.

Dificuldades

- A falta de material didático para estudo sobre acaba trazendo problemas para aprofundamento do tema;
- Poderíamos ter feito um planejamento de ações sobre o tema, e não conseguimos em virtude do tempo da oficina.
- Ainda falta os educadores darem passos no sentido de promover uma ação educativa que integre os conteúdos com o cotidiano.

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular

- A integração entre educadores e assentados ajuda a dar passos no sentido do melhor entendimento da realidade.
- Os eixos quando integrados com a realidade ajudam a ampliar a capacidade de análise da comunidade.
- O planejamento só dá resultado se tiver como ponto de partida o cotidiano.

13. Comentários

--

Nome da Entidade responsável Pastoral dos Catadores *X MTC*

Assinatura do educador responsável Severino Ramos Correia de Figueiredo

Contato educador responsável (e-mail e telefone): 81-91680361 ramosfigueiredo3@yahoo.com.br

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...).

Severino Ramos Correia de Figueiredo

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil.

Registro Pedagógico

Convênio 750364/2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (x); Encontro Intermunicipal/3.3 (); Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: PERNAMBUCO	2. Município: Santa Maria da Boa Vista-PE
3. Endereço : Projeto Caraibas Agrovila II	
4. Número de Participantes: 20 pessoas	5. Data: 14/07/2012
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Juzileide Carvalho e Fernanda Rodrigues	
Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): Movimento dos Atingidos por Barragens- MAB, Assentados da Reforma Agrária, RECID e Levante Popular da Juventude Setão.	

8. Objetivo e Tema da atividade:

"A construção de barragens e os impactos a soberania alimentar".

Dialogar em especial com a juventude sobre os desafios para continuar a luta, a mobilização e a organização social, tendo em conta a negação à soberania alimentar das famílias, pelo modelo de agricultura implantado na região.

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

O público participante da atividade de formação, são jovens, 14 mulheres e 06 homens que atuam ativamente das lutas sociais em organizações do campo e da cidade. Estes sujeitos buscam fortalecer a organização e a formação dos trabalhadores e trabalhadoras em suas comunidades e assentamentos na busca pela garantia e efetivação dos direitos sociais, tomando visíveis, palpáveis em suas vidas o acesso às políticas públicas essenciais, e lutam contra os grandes projetos e seus impactos socioambientais que violam os direitos humanos.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

Abertura- 14:00 hs / Intervalo- 16:00 hs / Encerramento/jantar – 18:20

Mística – Simbologias que trouxeram presente a terra, água, a produção de alimentos saudáveis.

Apresentação dos Participantes da formação- (dança da palmeira).

A produção de alimentos antes da construção das barragens na região (UHE Sobradinho; UHE Itaparica);

A produção de alimentos na região após a construção das barragens (UHE Sobradinho; UHE Itaparica);

- Depoimentos de atingidos pela barragem de Sobradinho sobre a produção de alimentos antes a construção das barragens e após as construções.

Brasil o maior consumidor de agrotóxico do mundo X a produção de alimentos saudáveis;

- Apresentação de algumas partes do filme "o veneno estar em sua mesa". Silvio Tender.

Reflexões sobre os temas trabalhados em grupos;

- Socialização das reflexões nos grupos no grande grupo.
- Distribuição da cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA
- Panfletos da campanha permanente contra os agrotóxicos.

Avaliação e Encerramento.

Recursos Utilizados- Computador, data show, DVD, folha de ofício, caneta.

***1. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais. - pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):**

Diante do processo de formação percebe-se a necessidade de um trabalho mais consolidado e contínuo com estes públicos, pois com a construção das barragens muitas famílias se encontram em estado de insegurança alimentar. Esta situação aponta para a necessidade de um processo sólido de formação e organização nas comunidades/assentamentos e nas periferias das cidades, para a organização da produção de alimentos saudáveis nas comunidades para a garantia da soberania alimentar desta população e para a efetivação de todos os direitos sociais.

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

O processo de educação popular desenvolvido em comunidades, tem proporcionados inúmeros aprendizados. Nesta atividade onde se trabalhou a importância da garantia da soberania alimentar das famílias podemos elencar entre eles o aprendizado de que as próprias famílias são capazes de produzirem seu alimento, alimentos saudáveis e de qualidade, desenvolvendo a produção coletiva, agroecológica e integrada.

***3. Comentários**

A educação popular se faz necessária, pois ao longo da história das lutas populares tem sido perceptível a sua contribuição no processo de organização e formação dos sujeitos, do fortalecimento do trabalho de base, possibilitando o acesso a informação, e a conquista de direitos humanos necessários para a condição humana.

Nome da Entidade responsável: MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES CRISTÃOS - MTC

Assinatura do educador responsável: *Juzileide P. do Nascimento*

Contato educador responsável (e-mail e telefone): juzileidenascimento@hotmail.com – 87 8827 5372/ 87 9621 1794.

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...).

Oficina 13

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

Registro Pedagógico

Convênio 750364/2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (X); Encontro Intermunicipal/3.3 (); Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: PERNAMBUCO	2. Município: Ipojuca
3. Endereço: Rua 15 nº 53 Chameca cabo de Santo Agostinho Pernambuco	
4. Número de Participantes: 20	5. Data: 27/09/2012
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Simone Lourenço e Alexandra Muniz	
Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): Cantinho da Criatividade, Recid.	

8. Objetivo e Tema da atividade:

Temática: Políticas de Segurança Alimentar e o Direito a Alimentação.

Objetivo: Esta oficina tem como objetivos:

1. Levar os/as participantes a refletirem sobre a realidade de pobreza e miséria no nosso país, sobre as condições de vida dos que não tem acesso sequer a cesta básica mínima mensal;
2. Analisar criticamente a desigualdade estrutural da sociedade brasileira e latino-americana, que produz esta realidade;
3. Levar o grupo a comprometer-se com ações orientadas a reverter o quadro de miséria e fome do Brasil.

Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

Lideranças comunitárias, agricultores, jovens militantes.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

Desenvolvimento da oficina

1º MOMENTO

O OLHAR SOBRE A FOME.

Este momento teve como objetivo sensibilizar através da realidade.

Então o facilitador exibiu o filme: Ilha das Flores. Encerrada a exibição do filme foi pedido para os participantes escrevessem frases com o que mais chamou a atenção no filme. Em seguida cada participante leu sua frase.

ALGUMAS FRASES

- " O filme mostra que o homem é o único ser dotado de inteligência. Mas, que provoca a destruição da própria espécie".
- " O filme mostra o individualismo e a manipulação do trabalhador".
- " O filme também mostra a diferença das classes. Os que tem e os que não tem o que comer".
- " Descreve o nível de desigualdade e a falta de interesses dos dominantes para com essa situação".

Síntese das falas.

No Brasil predomina a cultura da desigualdade e a exploração do maior sobre o menor.

2º MOMENTO

IMAGENS DA MISÉRIA E DA FOME

O facilitador apresentou através de slides, dados sobre a realidade da miséria no Brasil e nos demais países da América Latina.

Miséria no continente:

Foram citadas as situações dos seguintes países: Brasil, Venezuela, Costa Rica, Chile.

A fome nas grandes cidades brasileiras:

Foram citadas as seguintes cidades: Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia.

Também foram mostrados os percentuais dos miseráveis por região, ficando a região nordeste como a região com mais concentração de miséria e pobreza.

Após a apresentação dos slides o grupo foi convidado a fazer observações sobre os dados. A facilitadora perguntou: "Quais dados mais chamaram a atenção e o que essa realidade supõe?"

Em seguida foram organizados grupos e foram entregues alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como alguns textos que ilustram o tema em debate.

O debate nos grupos foi orientado a partir das seguintes perguntas: Onde, no seu dia a dia, você identifica situações de miséria e fome? Quais seriam os principais pontos comuns entre o vídeo, os textos e os dados estatísticos analisados? Que fatores levam a este quadro de miséria e fome?

Cada grupo tinha que elaborar uma frase que sintetizasse a discussão realizada para apresentar em plenária.

3º MOMENTO

SOCIALIZAÇÃO

GRUPO 1

"Todo ser humano tem direito a uma alimentação adequada. No Brasil existe uma contradição, a pesar de ser um país rico, milhares de pessoas ainda passam fome".

"A concentração de renda é a grande causadora da miséria e da fome".

"A falta de vontade política cria mais situações de miséria e fome".

"O governo prioriza o fortalecimento dos meios de produção esquecendo de garantir qualidade de vida para o povo".

4º MOMENTO

Para que todos tenham o direito de comer, qual o nosso compromisso enquanto cidadão e cidadã?

O facilitador sugere ao grupo a escrever uma carta – compromisso que proponha ações de combate à miséria, a partir das seguintes questões: O que poderíamos fazer para reverter a situação de fome e miséria no nosso bairro, cidade ou até mesmo no nosso país?

Os participantes encaminharam de na próxima reunião ampliar o debate e escreverem coletivamente a carta.

No encerramento da oficina foi vivenciado um momento de partilha de alimentos, onde cada pessoa trouxe um alimento e pode compartilhar com os demais, vivenciando a mística da amizade, coletividade e humanismo.

AVALIAÇÃO.

O grupo avaliou como positiva a oficina, com destaque em relação ao tempo curto que limita a ampliação do debate. Sugere que possamos fazer atividades com mais tempo e com mais participantes.

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais...- pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

O grupo encaminhou a realização de uma atividade de multiplicação e aprofundamento da temática nas comunidades onde atuam.

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

Nesta atividade foi percebido que o grupo tem a cada momento se fortalecido, no sentido da construção coletiva dos saberes e das ações de mudança. O grupo prioriza a multiplicação dos aprendizados e colocam em prática nas suas ações, cada dentro da sua realidade. Tomam como princípio o diálogo estratégico para a construção de um outro modelo de sociedade.

Comentários

Nome da Entidade responsável: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES CRISTÃOS

Assinatura do educador responsável: Simone Andréa Boaventura

Contato educador responsável (e-mail e telefone): Simonecabo2005@yahoo.com.br 81- 86289827

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...).

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

REGISTRO PEDAGÓGICO

Convênio 750364/2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (X); Encontro Intermunicipal/3.3 (); Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: Rondônia	2. Município: Guajara Mirim
3. Endereço: E.E.E.F.M Rocha Leal	
4. Número de Participantes: 20	5. Data: 22/05 - Manhã
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Samuel Soares da Costa (educador voluntário)	
Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): CJ – Coletivo Jovem de Rondônia, Recid - RO e IMV.	

8. Objetivo e Tema da atividade:

Tema: Educação Popular e Juventude Ambientalista.

Este é o primeiro encontro com jovens, estudantes do ensino médio e fundamental, da escola Rocha Leal, objetivando gerar um processo de formação e organização, destes jovens para o protagonismo juvenil no meio social e ambiental da escola e sua comunidade, seguindo os seguintes passos, ouvir e conhecer a realidade dessa juventude, o que tão pensando, vivendo, seus anseios, seus sonhos e com base na educação popular ajudar nesta busca individual e coletiva de superar os desafios, enfrentar as problemáticas e fazer as lutas.

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

14 Mulheres/jovens entre 14/16 anos, estudantes, oriundas da classe trabalhadora, moradora das proximidades da escola, sem incursão ao movimento social.

06 Homens/Jovens entre 14/17 anos, também estudantes do ensino médio, classe trabalhadora.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

Apresentação coletiva; Dinâmica para Entrosamento do Grupo; Diálogos de conhecimento; Pergunta Geradora: "O que essas mãos já fizeram?" e diálogos sobre; Intervalo; Pergunta geradora: "O que essas mãos pretendem fazer?" e diálogos sobre; Diálogos sobre a situação atual da Sociedade.

MATERIAL UTILIZADO: Kraft, pincel atômico, tarjetas, despesas com transporte e lanche, créditos celular/educador, mídia.

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular

(exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais...- pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

Não encontramos dificuldades. O local da realização da atividade muito agradável, os/as participantes estavam totalmente animadas/os com a atividade foi um momento muito gratificante.

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

A Juventude ainda não se sente protagonista nos espaços onde se encontra, porém está ciente de sua condição, de sua força precisando então de um apoio para sair de sua posição confortável e impotente.

13. Comentários

6 pessoas não colocaram número de documento .

Nome da Entidade responsável: IMV – Instituto Madeira Vivo

Assinatura do educador responsável : Silvana Maria dos Santos Tomaz

Contato educador responsável (e-mail e telefone): 69/9215 4901, recid.ro@gmail.com

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...).

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil
REGISTRO PEDAGÓGICO

Convênio 750364/2010
SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (X); Encontro Intermunicipal/3.3 (); Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: Rondônia	2. Município: Guajará Mirim
3. Endereço: E.E.E.F.M Rocha Leal	
4. Número de Participantes: 19	5. Data: 22/05 - Tarde
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Samuel Soares da Costa (educador voluntário)	
Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): CJ – Coletivo Jovem de Rondônia, Recid - RO e IMV.	

8. Objetivo e Tema da atividade:

Tema: Educação Popular e Juventude Ambientalista.

Este é o segundo encontro com jovens, estudantes do ensino médio, da escola Rocha Leal, objetivando gerar um processo de formação e organização, destes jovens para o protagonismo juvenil no meio social e ambiental de sua escola e comunidade, seguindo os seguintes passos, ouvir e conhecer a realidade dessa juventude, o que estão pensando, vivendo, seus anseios, seus sonhos e com base na educação popular ajudar nesta busca individual e coletiva de superar os desafios, enfrentar as problemáticas e fazer as lutas.

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

10 Mulheres/jovens entre 14/16 anos, estudantes, oriundas da classe trabalhadora, moradora das proximidades da escola, sem inserção ao movimento social.

09 Homens/Jovens entre 14/17 anos, também estudantes do ensino médio, classe trabalhadora.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

Mística de Início, com a Faixa 01 da Comunidade Manoa; Diálogos sobre as dificuldades individuais e coletivas encontradas para práticas sociais e enumerou-se por meio de tarjetas cada uma delas; Apresentação da Educação Popular como Visão de Mundo e instrumento da prática militante; Intervalo;
Diálogos sobre a Educação Popular na prática e em diversos espaços sociais; Dinâmica de produção de soluções para a problemática Social e Ambiental da Escola e da Comunidade, com a música “Queimamos a Solução” do Projeto In’Água, e construímos um esquema com tarjetas e kraft; Pergunta Geradora: “Qual o seu sonho para o mundo, para o País, para a Região e para sua cidade?”, diálogos sobre a citada pergunta; Finalização do momento com uma mística de despedida, com a música “Eu Te Desejo” da Flávia Venceslau;

MATERIAL UTILIZADO: Kraft, pincel atômico, tarjetas, despesas com transporte e lanche, créditos celular/educador, mídia.

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais...- pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

Não encontramos dificuldades. O grupo ainda mais solto, participou bastante das dinâmicas e contribuiu com o tema, fazendo a relação com o dia a dia.

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

O importante é gerar um processo de formação e organização com o grupo, necessitando presença constante e de uma formação continuada, em parceria com a escola que se coloca a disposição.

13. Comentários

7 pessoas não colocaram número de documento.

Nome da Entidade responsável: IMV – Instituto Madeira Vivo

Assinatura do educador responsável : Silvana Maria dos Santos Tomaz

Contato educador responsável (e-mail e telefone): 69/9215 4901, recid.ro@gmail.com

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...).

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

Registro Pedagógico

Convênio 750364/2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (X); Encontro Intermunicipal/3.3 () ; Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: Minas Gerais	2. Município: Coronel Pacheco
3. Endereço: Escola Municipal Daniel de Carvalho - Rua Dr. João Pinheiro, 59 – Centro – Coronel Pacheco – MG.	
4. Número de Participantes: 09 pessoas	5. Data: 15 e 29/03/2012 e 12 e 26/04/2012
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Andréa Aparecida dos Santos	
7. Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): - Rede de Educação Cidadã de Minas Gerais - Prefeitura de Coronel Pacheco - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Coronel Pacheco - Escola Municipal de Coronel Pacheco - Associação dos Catadores de Juiz de Fora (ASCAJUF)	

8. Objetivo e Tema da atividade:

As Oficinas de Formação tiveram como objetivo reunir os catadores ativos da cidade de Coronel Pacheco (Município próximo a Juiz de Fora – Zona da Mata Mineira), para uma capacitação por meio de um processo de formação social, profissional, política e cultural (repassa resumido do Curso da CATAFORTE/INSEA para os catadores), e dar o apoio à organização da Associação de Agentes Ambientais de Coronel Pacheco (AAACP).

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

- 06 pessoas catadoras associadas à AAACP.
- 01 pessoa Secretário Municipal do Meio Ambiente
- 01 pessoa Diretor da Escola Municipal de Coronel Pacheco
- 01 pessoa Coordenadora da ASCAJUF

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

- Mística dos 04 dias de oficina: "Bandeira de Luta"/ "A Carpintaria"/ "As três Peneiras"/ "Bem Viver" (Cora Coralina)

- Diagnóstico da realidade local com os participantes
- Repasse da Experiência da ASCAJUF
- Organização do trabalho do catador
- Processo produtivo da catação
- Triagem
- Comercialização
- Organização da Produção no Galpão
- Parcerias e apoio
- Movimento Nacional dos Catadores (história, objetivos, lutas e conquistas)
- Fundação da AAACP - Elaboração e aprovação do Estatuto
- Lanche

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais...- pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

- Houve boa participação dos catadores do município de Coronel Pacheco e grande interesse em aprender e esclarecer dúvidas. Este processo de formação para autogestão, assistência técnica e fomento à mobilização dos catadores contribuiu para o reconhecimento destes trabalhadores na cidade.
- Aumento da capacidade profissional, técnica, social e política dos catadores deste pequeno município de Coronel Pacheco.
- "Unidos podemos mais... vamos dá a conhecer a nossa associação e levar adiante nosso trabalho aqui no município e região" - "Catadores unidos jamais serão vencidos"!
- "Precisamos conscientizar toda a comunidade, as crianças e adolescentes da Escola serão os nossos multiplicadores na cidade..."
- "Esta capacitação nos estimula, fortalece os nossos objetivos e nos ajuda a enfrentar as dificuldades existentes aqui no município".
- "Somos privilegiados em ter o apoio total da Prefeitura de Coronel Pacheco neste projeto da Coleta Seletiva na cidade, ela nos ofereceu assistência técnica, caminhão, motorista e reforma do local/galpão para triagem e venda..."

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

- Continuação do estudo sobre o "Manual Amigo do Catador" com os associados de Coronel Pacheco.
- Criação, elaboração do Estatuto e registro da Associação de Agentes Ambientais de Coronel Pacheco.
- Visita e oficina prática no local da Associação com a catadora da ASCAJUF (Triagem e comercialização).
- Partilha de conhecimentos e experiências para construirmos juntos caminhos para melhoria das condições de trabalho, de vida e efetivação dos direitos dos cidadãos catadores.

. Comentários

- Faltaram alguns números de documentos a preencher, dois catadores não apresentaram o documento nos dias das oficinas, apesar de ter sido pedido desde a primeira oficina.
- Esta formação foi realizada em 05 encontros na cidade de Coronel Pacheco/MG., com um grupo pequeno de 07 pessoas que já fazem um trabalho de catação no município. Nestes encontros participaram também o Secretário Municipal do Meio Ambiente e a Coordenadora da ASCAJUF (Associação dos Catadores de Juiz de Fora). TODOS assinaram a lista de presença. Se houver algum motivo de dúvidas com relação a lista de presença, favor entrar em contato com a Prefeitura da Cidade de Coronel Pacheco, e falar com o Secretário do Meio Ambiente, "Eder Lopes" – (32) 3258-1112 ou com o Diretor da Escola onde foram realizadas as oficinas de formação. Ter dúvidas a respeito da assinatura dos participantes de uma oficina de formação realizada com seriedade é por em dúvida o trabalho e a seriedade do educador(a) que assumiu o compromisso com a Rede de Educação Cidadã. Cadê a confiança?

Nome da Entidade responsável: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA

Assinatura do educador responsável

Contato educador responsável (e-mail e telefone): andrapasantos@ig.com.br - Tel.: (32) 9193-3887

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...).

F. 152

- Justificativa -

Eu, Amélia Aparecida dos Santos, educadora social da Recod-MG, venho justificar que a Lista de Presença da "Oficina de Formação" realizada no Município de Coronel Pacheco - M.G., próximo à cidade de Juiz de Fora, é referente à Formação Continuada, repasse do Curso da Cataforte para os Catadores, que aconteceu em os encontros específicos, incluindo a organização e programação do Curso no Município.

As datas destes os encontros poderão ser comprovadas pelas notas das passagens rodoviárias enviadas na prestação de contas, e ainda poderão ser confirmadas com o Secretário Municipal do Meio Ambiente de Coronel Pacheco, "Eder Lopes" (32) 3258-1112, quem apoiou e participou das oficinas junto aos Catadores.

Juiz de Fora, 08 de Junho de 2012.

Amélia Santos

(32) 9193-3887
3234-2069

REFLEXÃO

Um repórter perguntou à Cora Coralina o que é viver bem. Ela lhe disse:

“Eu não tenho medo dos anos e não penso em velhice. E digo pra você, não pense. Nunca diga estou envelhecendo, estou ficando velha. Eu não digo. Eu não digo que estou velha, e não digo que estou ouvindo pouco. É claro que quando preciso de ajuda, eu digo que preciso.

Procuro sempre ler e estar atualizada com os fatos e isso me ajuda a vencer as dificuldades da vida. O melhor roteiro é ler e praticar o que lê. O bom é produzir sempre e não dormir de dia. Também não diga pra você que está ficando esquecida, porque assim você fica mais. Nunca digo que estou doente, digo sempre: estou ótima. Eu não digo nunca que estou cansada.

Nada de palavra negativa. Quanto mais você diz estar ficando cansada e esquecida, mais esquecida fica. Você vai se convencendo daquilo e convence os outros. Então silêncio! Sei que tenho muitos anos. Sei que venho do século passado, e que trago comigo todas as idades, mas não sei se sou velha, não. Você acha que eu sou?

Posso dizer que eu sou a terra e nada mais quero ser. Filha dessa abençoada terra de Goiás. Convoco os velhos como eu, ou mais velhos que eu, para exercerem seus direitos. Sei que alguém vai ter que me enterrar, mas eu não vou fazer isso comigo.

Tenho consciência de ser autêntica e procuro superar todos os dias minha própria personalidade, despedaçando dentro de mim tudo que é velho e morto, pois lutar é a palavra vibrante que levanta os fracos e determina os fortes.

O importante é semear, produzir milhões de sorrisos de solidariedade e amizade. Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança.

Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.”

Cora Coralina

Que possamos ter decisões sábias e que favoreçam nosso crescimento e a construção de um mundo novo, muito melhor para TODOS E TODAS!

É bom contar com você!

**REDE DE
EDUCAÇÃO
CIDADÃ**
TALHER NACIONAL

**OFICINA DE FORMAÇÃO – CATADORES DA AAACP –
CORONEL PACHECO /MG. – MARÇO E ABRIL/2012**

PROJETO: Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

Registro Pedagógico

Convênio 750364/2010

SDH/CAMP

Atividade/meta

Oficina de Formação/4.2 (X); Encontro Intermunicipal/3.3 (); Encontro Regional/3.4 ()

1. Estado: Santa Catarina	2. Município: Blumenau
3. Endereço: Rua Florânia, nº 464 – Bairro: Velha Central.	
4. Número de Participantes: 38 (Trinta e oito)	5. Data: 20/09/2012
6. Educadores Responsáveis pela atividade: Sinclair Emilia Reinert e Elisiane Andreolla	
7. Organizações envolvidas com a atividade (parcerias): APP Escola Zulma de Souza Silva.	

8. Objetivo e Tema da atividade:

- Objetivo é integrar no mesmo debate adulto e adolescente sob o tema:
Economia doméstica e a relação com o meio ambiente.

9. Caracterização do grupo que participou da atividade. Exemplo: escolaridade, tipo de atividade que exercem, se atua em algum movimento social, quais as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, benefícios, etc.), Caracterização numérica do público (Jovens, mulheres, homens, crianças, idosos...).

Tivemos a presença de trinta e oito participantes entre eles:

- 27 Feminino
- 11 Masculino
- 08 Estudantes adolescentes e jovens entre 11 e 16 anos;
- 02 Professores do ensino fundamental;
- 01 Coordenador pedagógico do ensino fundamental;
- 21 Trabalhadores da indústria têxtil;
- 02 Comerciantes;
- 04 membros da APP.

Observação: na foto vamos ver que tivemos a presença de mais pessoas da comunidade, no entanto ficou a critério dos mesmos em assinar a lista de presença, e muitos não assinaram a mesma.

10. Descrição dos momentos que compuseram a atividade de formação, dos conteúdos abordados, da metodologia e materiais utilizados:

Tivemos como Convidados para proferir a formação, um professor (Vilmar Tomio) Economista da Universidade Regional de Blumenau e Coordenador do Instituto de Pesquisa Social da FURB. Vale ressaltar que o Professor Vilmar não cobrou para participar da formação, veio como voluntário.

- A Educadora Sinclair faz uma saudação a todas e a todos, fala da parceria entre a RECID e a Associação de Pais e Professores para a realização da oficina - aproveitou o momento para apresentar o que é a RECID. Na sequência apresenta o Professor Vilmar fazendo uma introdução do objetivo do encontro e a relação com o desafio da RECID - que é trabalhar com a Juventude, adolescentes para a construção de um projeto popular para o país com a metodologia da educação popular Paulo Freiriana.

- Professor Vilmar iniciou a formação questionando as e os participantes se todas estão dispostos a ver o quanto cada qual tem contribuído para a degradação do meio ambiente, o quanto cada um tem jogado dinheiro no latão do lixo e o quanto cada um tem trabalhado além do necessário. Tivemos um burburinho generalizado entre os participantes.

Durante a formação os adolescentes e adultos presentes puderam ver que a cultura do consumismo e a falta de informação faz com que o comportamento da sociedade está pautado na lógica do consumo sem a reflexão da real utilidade dos produtos, o quanto a sociedade tem avançar para quebrar paradigmas e romper a lógica do modo de produção capitalista. Vilmar faz um cálculo do quanto efetivamente se precisa trabalhar para consumir a mesma coisa economizando mais e resultando em mais tempo para o lazer. Essa reflexão coloca adultos e adolescentes num desafio em se permitirem estar mais tempo para o lazer, mais tempo para passear e se divertir do que consumindo e degradando o meio ambiente. Vilmar lembra que os recursos naturais são finitos, limitados e tem data para acabar.

- Foi servido um delicioso café em que compramos os ingredientes e as cozinheiras da escola se prontificaram em fazer bolos para o coffee Breack.

11. Apresentação dos avanços e dificuldades observados nesta atividade de educação popular (exemplo: construção de um trabalho de base com formação permanente, organização ou fortalecimento do trabalho em rede para reivindicar o acesso aos direitos sociais... - pode colocar a falas dos sujeitos para enfatizar):

Avanço: Essa oficina é com um público eclético, onde conseguimos juntar adolescentes, professores, trabalhadores da indústria têxtil e APP da Escola com a contribuição de um Professor da Universidade como voluntário. Destacamos que é uma oficina que poderá ter um processo de formação continuada, devido à seriedade, simplicidade e conteúdo envolvente ligado ao cotidiano dos participantes.

Pontos a ser revisto: limitar o número de participantes vinculando ou não a assinatura na

lista de presença, pois esperávamos uma média de 20 pessoas e fomos surpreendidos com número muito superior.

12. Descreva os aprendizados extraídos desta atividade de educação popular:

Aprendizados:

- A ligação entre consumo e meio ambiente;
- A cultura do consumismo e suas influências na relação familiar,
- Um outro mundo é possível.

13. Comentários

Os participantes solicitaram continuidade na formação e se possível continuar trabalhando em conjunto com os jovens e adolescentes;

Essa oficina é um dos compromissos que assumimos no encontro em São Miguel do Oeste, em que apontamos a importância de trabalharmos mais com a juventude.

Nome da Entidade responsável - INSTITUTO ACORDAR

Assinatura do educador responsável

Contato educador responsável (e-mail e telefone): *elisiane.acordar@hotmail.com*

Contato do educador co-responsável - sergiolindobernardo@yahoo.com.br - 47 84040132

Observações:

- 1) Este registro deve ser enviado em cópia física e por meio digital.
- 2) Anexar lista de presença (original e uma cópia).
- 3) Fotos (com data digital e organizadas em uma única mídia).
- 4) Cópia de materiais utilizados (textos, músicas, desenhos, imagens ...).

ANEXO III – RECID E MOVIMENTO AMBIENTALISTA – CONSIDERAÇÕES SELVINO (INFORMAÇÃO PESSOAL)¹⁷

1. SOBRE OS ITENS 1 E 2

1.1. BEM VIVER

Falta fazer alguma referência sobre o tema do BEM VIVER, até porque a RECID, por tuas próprias observações e questionários, fez vários debates tendo como referência o Bem Viver – ver páginas 62, 77, 132. E o Bem Viver, como sonho e utopia, tem ganho espaços crescentes nas reflexões e práticas ambientalistas.

O Movimento Fé e Política, do qual faço parte, há vários Encontros Nacionais, e em textos e análises, tem como referência o Bem Viver. O próximo Encontro Nacional, que vai ser em Natal/RN, 12 a 14 de julho [2019], de novo.

Tem diferentes textos e análises, inclusive meus, em www.fepolitica.org.br, de Pedro Ribeiro de Oliveira, meus, Frei Betto, entre outros.

A ABONG e o ISER ASSESSORIA promoveram no último período, inclusive nos últimos FSM, um programa chamado de ‘Novos Paradigmas para um outro mundo possível’, com referência no Bem Viver. Tem um livro lançado recentemente com este título, organizado por Ivo Lesbaupin e Mauri Cruz, com textos de Leonardo Boff, Ladislau Dowbor, Marcos Arruda, entre outros.

2. ECOSSOCIALISMO

Da mesma forma, falta fazer uma referência ao Ecosocialismo, cujo principal proponente é Michel Löwy. O Movimento Fé e Política fez um debate com ele em São Paulo ano passado a respeito. Ver em www.fepolitica.org.br

O Bem Viver e o Ecosocialismo são as duas linhas mais contemporâneas que refletem sobre a questão ambiental, apontando uma nova utopia

3. JOSÉ LUTZENBERGER, SEBASTIÃO PINHEIRO, GISELDA CASTRO E MAGDA RENNER

Também não citas em nenhum momento o Lutzenberger, falecido, Giselda Castro e Magda Renner, falecidas (recentemente foi lançado um Documentário sobre elas, chamado

17 HECK, S. TESE ESTELA – RECID E MOVIMENTO AMBIENTALISTA – CONSIDERAÇÕES SELVINO. Mensagem recebida por <selvinoheck@terra.com.br> em 17 abr. 2019.

‘Substantivo Feminino’), e o Sebastião Pinheiro, ainda vivo, todos gaúchos, grandes referências na questão ambiental, agrotóxicos, etc.

4. PAPA FRANCISCO E A ECOLOGIA INTEGRAL

Também valeria alguma referência à Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, e sua proposta de ecologia integral, que tem pautado os debates nos últimos anos, em pastorais, movimentos ambientalistas, e também na RECID.

5. RECID E MOVIMENTOS SOCIAIS

Nos itens 2.6, 2.7, Movimentos Ambientalista e Movimentos Sociais no Brasil, talvez coubesse uma ênfase maior na presença, participação e articulação entre a RECID, o MAB, MST e MMC e outros movimentos do campo. Especialmente no Norte e Nordeste, foram parceiros permanentes. As questões ambientais entraram muito nos debates e ações por causa destes movimentos sociais, entre outros.

Assim como, com a criação da CNAPO e CIAPO – Política e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – houve uma grande articulação e diálogo com a ANA – Articulação Nacional de Agroecologia – e a ABA – Articulação Brasileira de Agroecologia. Até porque eu e [...], que vinha do MST, e não por acaso, como escrevi na entrevista que fizeste comigo, que éramos do TALHER e da RECID, assumimos a Secretaria Executiva da CNAPO. Assim os temas da educação popular e a questão ambiental e agroecológica conectaram-se mais fortemente.

No mais, as referências à Ilse Scherer-Warren – convidamos ela em alguns momentos para debates em Brasília -, a Leonardo Boff, nosso parceiro permanente na RECID, Moema Viézzler, Maria da Glória Gohn, Moacir Gadotti – o IPF foi parceiro no primeiro convênio com a RECID, depois o CAMP -, Brandão – estive em debates com ele em Goiânia e outros lugares -, dois grandes parceiros da RECID, são mais que justas.

6. ITENS 3, 4, 5

6.1. Minha observação sobre estes Capítulos.

Tenho mais dificuldade de falar a respeito destes Capítulos finais, os mais importantes, até partem de entrevistas e observações diretas tuas, e precisam de reflexões e análises a partir do objetivo da tua tese. O levantamento geral de atividades é muito bom. Mas, talvez, pudesses avançar mais, especialmente no Capítulo 5, sobre os resultados, com análises sobre as práticas da RECID na sua relação com a questão ambiental.

O que trouxeram, por exemplo, de positivo para a Economia Solidária, nas ações concretas nas comunidades, na formação de educadores/as e na qualificação política e técnica das experiências, na melhoria de vida das pessoas, na conscientização ambiental, etc.

Parece que se fica quase só no levantamento de ações e opiniões, e pouco na sua análise. Afinal, o objetivo da tese é ver como a RECID e a educação popular se ligaram à questão ambiental, como educadoras e educadores populares lidaram com o tema e que consequências, boas, positivas, ou negativas, trouxeram para as pessoas envolvidas, para as comunidades, para os movimentos sociais.

6.2. Sobre o gráfico da página 55 e outros elementos da página 55 e seguintes

Antes de existir o MDS, havia o MESA, Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar, Ministro Graziano, que está hoje na FAO. Daí, MESA, COPO, PRATO, SAL, TALHER. Os primeiros recursos públicos, orçamentários para o TALHER e a mobilização social, vieram via MESA, em 2004 transferidos para o então criado MDS.

Falta também fazer uma referência no gráfico aos Comitês Gestores do Fome Zero. Era o Cartão Alimentação, antes de existir o Bolsa Família, que era gerido pelos Comitês Gestores, eleitos diretamente pela população em Assembleias municipais. A equipe do TALHER viajou por todo Brasil em 2003 para ajudar na convocação e realização das Assembleias. Isso está descrito no livro ‘Calendário do Poder’, de Frei Betto, com suas polêmicas e divergências, não poucas. Nós querendo manter os Comitês Gestores e o governo acabou extinguindo-os, criando os Conselhos do Bolsa Família.

Também não há referência às Conferências de SAN e seu papel, especialmente a segunda, acontecida em Olinda em 2004, com grande participação do TALHER e da RECID, esta ainda em fase inicial.

Ainda: o CONSEA era um órgão consultivo, mas com duas coisas muito importantes. Uma: tinha dois terços da sociedade civil e um terço dos seus membros do governo, o que não acontecia com todos os Conselhos. Outra: estava locado diretamente na Presidência da República, ao contrário dos outros Conselhos, decidido diretamente pelo próprio presidente Lula, o que lhe dava muito mais força política, e às suas propostas, porque falava diretamente em nome do Presidente da República e não em nome de um ministro. Assim conseguia articular melhor todas as políticas do Fome Zero no conjunto do governo e no diálogo com o governo, organizações sociais e movimentos populares.

[...]

FINALMENTE:

A tese ajuda muito, não a RECID ou os governos Lula e Dilma, mas no resgate e compreensão de um momento histórico e inédito, quando governo e sociedade uniram-se para combater a fome, construir políticas públicas com ampla relevância social e preocupação com temas que antes não estavam no centro da preocupação de governos e sociedade.

Há um resgate das ideias e práticas pedagógicas libertadores de Paulo Freire.

Por último, se me decidir, será um elemento e contribuição importantes para que eu escreva a história da RECID, como vive insistindo comigo Frei Betto.